

YY PAÛ ou YVA PAÛ
“Espaço Mbya entre as águas ou o caminho aos céus”
OS ÍNDIOS GUARANI E AS ILHAS DO PARANÁ



Maria Inês Ladeira
Centro de Trabalho Indigenista

CRÉDITOS:

FOTOS: Maria Inês Ladeira

RELATORIO DOS MITOS: Davi Martins da Silva Guarani

MAPAS: Eliane Penna Firme Rodrigues Maria Ignes Maricondi

ARTE FINAL DO DIAGRAMA GENEALÓGICO: Maria Ignez
Maricondi

Maria Inês Ladeira

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

Novembro, 1990

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO.....	1
II.	AS REGIÕES DE PARANAGUÁ E GUARAQUEÇABA.....	5
1	Aspectos físicos e geográficos	5
2	Aspectos econômicos e sociais	11
3	A história e os primeiros ocupantes da baía de Paranaguá	17
	Apêndice	26
III.	OS GUARANI DO LITORAL PARANAENSE.....	32
1	Língua e Grupo	32
2	População	40
	Diagrama genealógico	47
IV.	O TERRITÓRIO GUARANI.....	51
1.	As fontes históricas	51
V.	A OCUPAÇÃO MBYA NO LITORAL, SEGUNDO SUA HISTÓRIA	57
1.	Introdução	60
2.	A história e sua explicação	64
3.	Acontecimento em Superagui	69
4.	Dados complementares sobre a toponímia regional	73
VI.	ASPECTOS DA OCUPAÇÃO MBYA NAS ILHAS COTINGA, PEÇAS E SUPERAGUI E SEU RELACIONAMENTO COM AS POPULAÇÕES ENVOLVENTES	79

VII. BIBLIOGRAFIA	90
ANEXO I – NATUREZA JURÍDICA	(ausente nessa versão eletrônica)
ANEXO II – POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E UNIDADES PROTETIVAS	(ausente nessa versão eletrônica)
ANEXO III – DOCUMENTOS CARTORIAIS ÚTEIS	104
ANEXO IV – RELATÓRIO ILHA DA COTINGA – FUNAI	115
ANEXO X – INFORMAÇÃO TÉCNICA No 98.....	125

I. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apontar e discutir aspectos relativos à ocupação Guarani no litoral paranaense, fornecer subsídios que comprovem o modo de ocupação tradicional dessa população e apresentar propostas para o encaminhamento de medidas administrativas de demarcação de suas áreas.

Dando seqüência ao trabalho desenvolvido junto às aldeias Guarani do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, concentramos nossa atenção, neste ano¹, no litoral do Paraná. Pensamos que as aldeias Guarani dos municípios de Paranaguá e Guaraqueçaba não podem deixar de receber, por parte das entidades civis e oficiais, a atenção, o reconhecimento e a vontade política necessária à regularização fundiária que foram destinados às demais aldeias Guarani do litoral, nos outros Estados.

É sempre bom lembrar que há cerca de poucos anos atrás, as aldeias Guarani do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro não contavam com o reconhecimento oficial e praticamente inexistiam informações organizadas a seu respeito. Considerados como índios do Paraná, ou do Paraguai, nômades, ou sem parada, pretendia-se, dessa forma, descaracterizar a ocupação Guarani nas encostas da Serra do Mar e adjacências, negando-lhe o direito à terra.

A ética e religião Guarani-Mbya causam profunda aversão, nesses índios, em brigar por terra, principalmente porque, desse modo, estariam expondo seus “verdadeiros lugares” à cobiça do homem branco. Essa peculiaridade Mbya, que foi motivo de reflexões em outro trabalho², via de regra era distorcida de seu significado e utilizado para reiterar a tese de que os Guarani não precisavam de terra, pois nem “lutavam” por ela.

“Neste século, em virtude das pressões exercidas pela sociedade envolvente, os Guarani perderam áreas que jamais poderão retornar, desviaram sua trajetória em função das novas rodovias, mas conseguiram manter as aldeias

¹ Ano de 1990

² Ladeira e Azanha, 1987

como pontos estratégicos que permitem a configuração de seu ‘espaço’ e presença junto à Serra do Mar”³.

Por outro lado, a defesa de suas posses ainda que de modo pacífico, só foi admitida e explicitada por esses índios “em vista da total indisponibilidade de outras terras junto à Serra do Mar, indisponibilidade esta decorrente de especulações e invasão florestais”⁴.

O objetivo principal do nosso trabalho é conhecer a situação fundiária, definir e propor princípios e tratamentos específicos com relação ao encaminhamento de demarcação das aldeias do litoral, que levem em consideração a ética e os princípios Guarani-Mbya com respeito à ‘terra’.

Acreditamos que o território Guarani-Mbya no litoral deve ser observado no conjunto de suas aldeias, embora as formas de encaminhamento se diferenciem nas diversas unidades federais. Nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os procedimentos para demarcação ocorreram através de convênio entre o Governo Estadual e a FUNAI (Fundação Nacional de Apoio ao Índio). No estado do Paraná, a localização dessas aldeias Mbya em Ilhas (bens da União) é fato que exige procedimento diferente.

Para o levantamento fundiário da região, levantamento topográfico da aldeia de Cutinga e localização das aldeias Peças e Pescada, contamos com a participação do Projeto “Terras de Pescador”, que conta com o apoio institucional do IAMA (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente). O objetivo desse projeto é “instrumentalizar” as comunidades com um trabalho técnico que abrange relatórios, levantamento fundiário e topográfico, mapas, fotografias e propostas de encaminhamento jurídico com vista à regularização judiciária coletiva de suas posses. Na baía de Paranaguá esse trabalho resultou num “laudo de ocupação” de duas comunidades vizinhas às aldeias Guarani: Tibicanga, na Ilha das Peças e Cotinga, na Ilha da Cotinga.

³ Ladeira e Azanha, 1987, p. 7

⁴ Ladeira e Azanha, 1987, p. 8.

As aldeias Guarani das Ilhas Cotinga, Peças e Superagui estão próximas ou se dividem com vilas de pescadores, sendo que, em alguns casos, as comunidades utilizam áreas comuns. Para melhor compreender o significado e a necessidade de terra como garantia de sobrevivência dessas diferentes comunidades tradicionais, foi necessária uma intensa reflexão conjunta, pois a delimitação de áreas, mesmo se pensada como uma interferência necessária, poderia promover uma indesejada desarmonia nas relações já estabelecidas.

A discussão das propostas para encaminhamento da regularização das áreas indígenas contou com a participação, fundamental, do Dr. Carlos Frederico Marés, diretor do NDI (Núcleo de Direitos Indígenas)

Para o levantamento topográfico da aldeia da Cutinga, contamos com recursos do projeto “YVY KATU”⁵, integrado pela ANAI (RS) –Associação Nacional de Apoio ao Índio -, PKN (Projeto Kaiova Ñandeva) e CTI (Centro de Trabalho Indigenista). Estas três entidades civis atuam há muitos anos junto às três parcialidades Guarani que sobrevivem no país: Kaiova, Nhandeva e Mbya. A reunião dessas três entidades no projeto “YVY KATU” tem como finalidade juntar e organizar informações sobre a situação fundiária das aldeias Guarani, para definir princípios comuns na resolução de conflitos.

Para realizar o trabalho de campo, contamos ainda com os seguintes apoios e colaborações: Capitania dos Portos de Paranaguá, que nos cedeu embarcação; da comunidade Guarani, através de seus guias e do transporte em ser barco; do enfermeiro da FUNAI, Marcos Pedro, que trabalha com os Guarani das ilhas; do IBAMA de Guaraqueçaba, com alojamento e embarcação; ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná), com embarcação e documentos; do SPU – Serviço de Patrimônio da União que nos auxiliou na pesquisa de documentos cartoriais que incidem na região.

Para a elaboração do trabalho, o Instituto Histórico e Geográfico de

⁵ “YVY KATU” = terra limpa, terra apropriada (tradução mbya).

Paranaguá, a Biblioteca Municipal de Paranaguá, a Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, e a Biblioteca da Universidade Federal do Paraná, contribuíram com o empréstimo e indicação de obras.

A organização final do texto contou com a contribuição do antropólogo Gilberto Azanha, assessor do CTI.

Maria Inês Ladeira

Centro de Trabalho Indigenista

NOTA: Os vocábulos Guarani são, em quase sua totalidade, oxítonos e a acentuação ocorre somente nas exceções. Na escrita das palavras Guarani, empregamos uma grafia bem próxima à usada hoje por aqueles Mbya do litoral que foram alfabetizados em português ou em Guarani, ou em ambos os idiomas, através de um projeto do Centro de Trabalho Indigenista, desenvolvido entre 1979 e 1982, na aldeia da Barragem, ou através do SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS, na aldeia do Rio das Cobras (PR). Nas situações de textos dos autores conservamos as grafias apresentadas em suas obras.

II. AS REGIÕES DE PARANAGUÁ E GUARAQUEÇABA

1. Aspectos físicos e geográficos

As características geográficas do Estado do Paraná, aliadas à fertilidade de suas terras, fazem com que o seu desenvolvimento econômico se processe através de seu interior. Considerado um dos Estados brasileiros de maior expressão na produção agrícola⁶, atrai tanto a atenção do governo como os investimentos de capital que se voltam, principalmente, na direção da agro-indústria.

Já o litoral paranaense de pequena dimensão –o 2º menor do país, perdendo apenas para o Piauí⁷ – pode ser considerado, de acordo com uma visão desenvolvimentista, como “uma zona de passagem ou uma porta para o oceano”⁸.

“Tão pequeno é o litoral paranaense que, de uma elevação de poucos metros, pode-se avistar montanhas de um e de outro Estado”⁹. (refere-se aos estados vizinhos – São Paulo e Santa Catarina)

Sob um outro prisma, o litoral paranaense, com sua natureza, os recortes de suas baías, é enaltecido pelos historiadores conterrâneos pela “majestosa beleza”. “Quando o Criador plasmou o Cosmos e modelou o nosso Globo, entregando-o à natureza para que completasse a sua obra, previu por certo entre as maravilhas do continente a surgir lento do seio das águas, num perpassar de milênios, a deste estuário paranaense, que é um verdadeiro prodígio de hidrografia.....”¹⁰ O estuário paranaense, viveiro de inúmeras espécies ictiológicas, abriga ainda uma rica fauna marinha.

Cinco baías constituem o estuário paranaense: Paranaguá, Antonina,

⁶ Os produtos principais são o café, a soja, o trigo e o milho.

⁷ Kraemer, 1983, p. 18.

⁸ Maack, 1981, p. 82.

⁹ Nascimento Junior, 1980, p. 35.

¹⁰ Nascimento Junior, 1980, p. 35.

Laranjeira, Pinheiros e Ibupeva”¹¹, “formando todas em conjunto e sem solução de continuidade, a mais vasta extensão interior de águas, um verdadeiro Mediterrâneo, em cujas margens poderiam assentar numerosos portos”¹².

Na verdade, o que se convencionou chamar de Baía de Paranaguá é um complexo formado por 3 baías: a de Paranaguá, Antonina (município de Antonina) e Laranjeiras (município de Guaraqueçaba), interligadas numa mesma formação geográfica”¹³.

O município de Paranaguá limita-se com os municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes e Guaratuba, compreendendo uma área de 802 Km².

A atividade mais significativa de Paranaguá é o seu porto. “Segundo o IBGE, em 1971 o Porto de Paranaguá era o segundo mais importante do país em valor de exportação, sendo superado apenas por Santos, ultrapassando Vitória e Rio de Janeiro”¹⁴.

O porto, situado no interior da baía de Paranaguá, dispõe de mar calmo, e portanto ótimas condições de atracagem. Entretanto encontra-se distante da entrada da barra. Os portos de Antonina e Guaraqueçaba estão ainda mais distantes, o que prejudica a instalação de terminais pesqueiros¹⁵.

A pequena importância econômica da atividade pesqueira no Paraná, fato que contrasta com a expressividade dessa atividade nos demais estados do sul, é atribuída, via de regra, aos seguintes fatores: localização dos seus portos e pequena extensão do litoral.

O município de Guaraqueçaba limita-se ao norte com o Estado de São Paulo, à leste com o oceano atlântico, à oeste com os municípios de Antonina e Campina Grande, ao sul com o município de Paranaguá. Compreende uma área de cerca de 2000 Km².¹⁶ Seu porto encontra-se na parte norte da Baía das

¹¹ Ibupeva ou “Ibupétuba”, conforme Vieira dos Santos, 1850, p 71

¹² Nascimento Junior, 1980, p. 3.

¹³ Kraemer, 1983, p. 18.

¹⁴ Kraemer, 1983, p.18.

¹⁵ Kraemer, 1983, p.17.

¹⁶ Alvar, p.5.

Laranjeiras. Três enseadas ganham o município: Pinheiros, formada pela Ilha do Superagui e Ilha das Peças, a de Laranjeiras e a do Benedito. Nas baías do município de Guaraqueçaba existem cinco portos: Guaraqueçaba, Laranjeiras, Superagui, Benedito e Itaqui.

Guaraqueçaba era o segundo distrito do município de Paranaguá, até ser desmembrado em 1880. Até então, todas as ilhas, baías e a superfície terrestre que compreende Guaraqueçaba faziam parte de Paranaguá. Assim sendo, até essa data, os autores se referem à região como Paranaguá.

MAPPA DO MUNICIPIO DE PARANAGUÁ

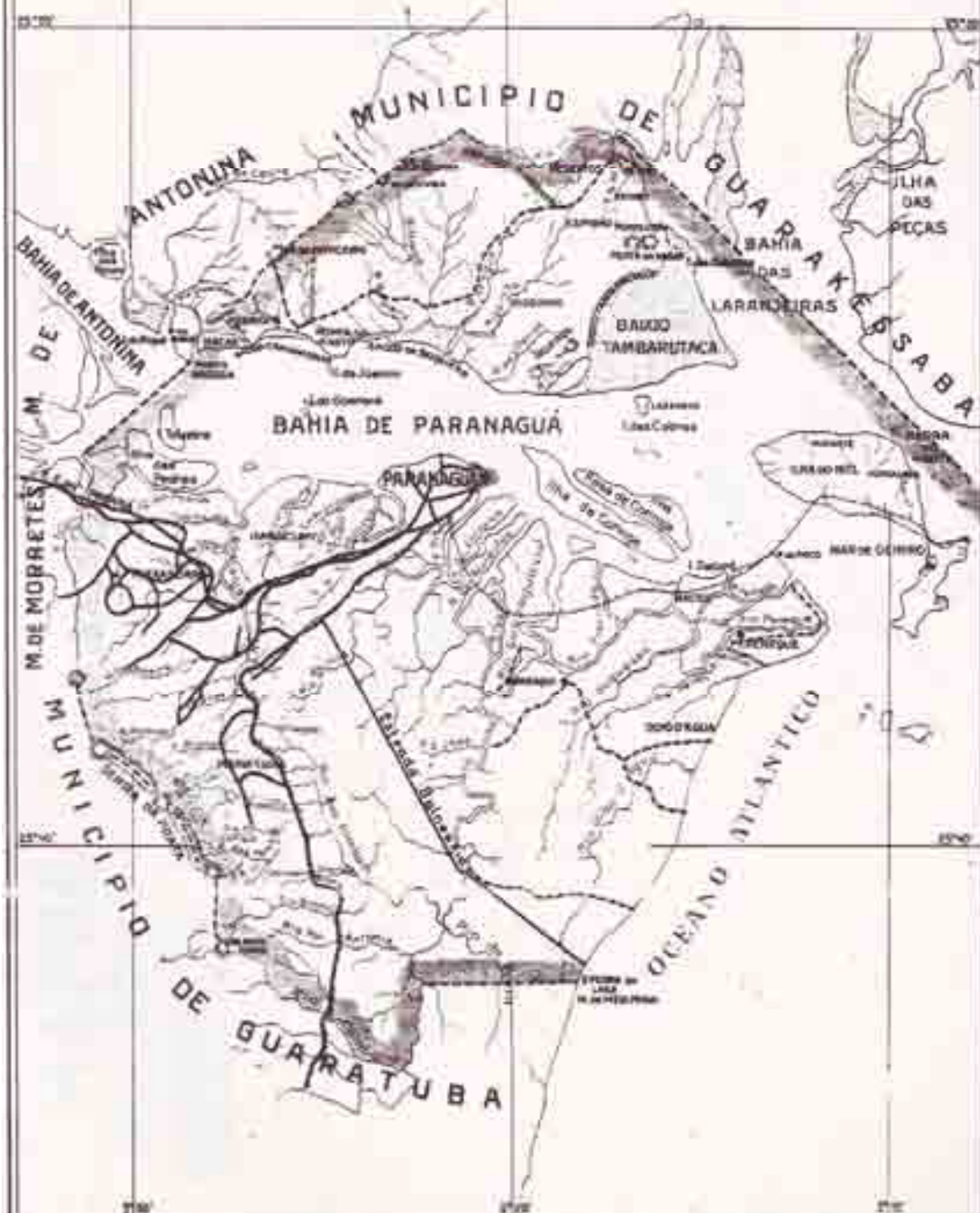
ESCALA 1:250.000

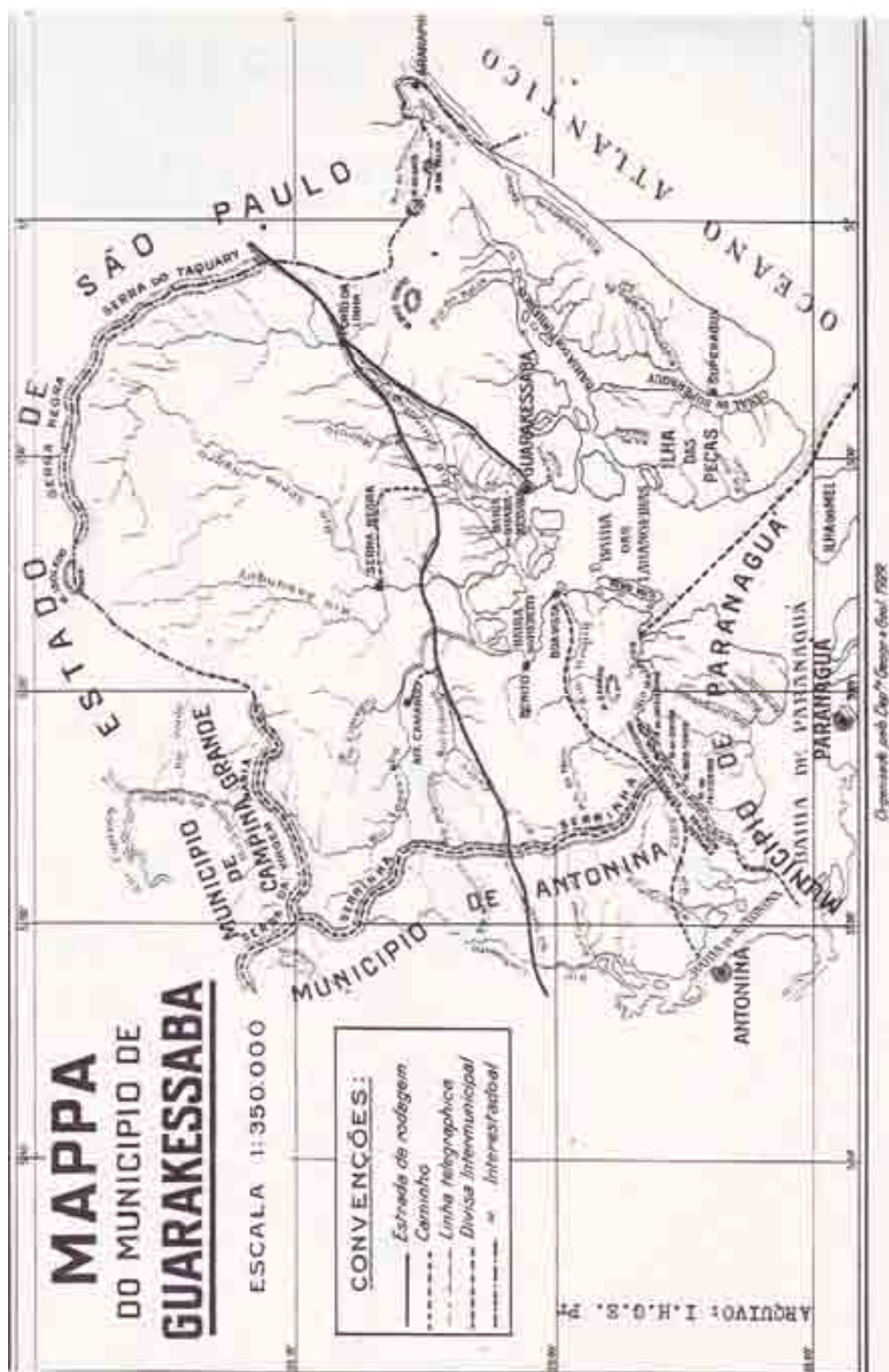
Organizado pelo Depto Geogr. e
Geol. 1929

CONVENÇÕES:

- Estrada de ferro
- " " rodagem
- - - - Caminho
- Linha telegraphica
- - - - Divisa Intermunicipal

ARQUIVO: Instituto Histórico
Geográfico e Etnográfico do Pr.





MAPPA DO MUNICIPIO DE ANTONINA

ESCALA 1:187.500

CONVENÇÕES:

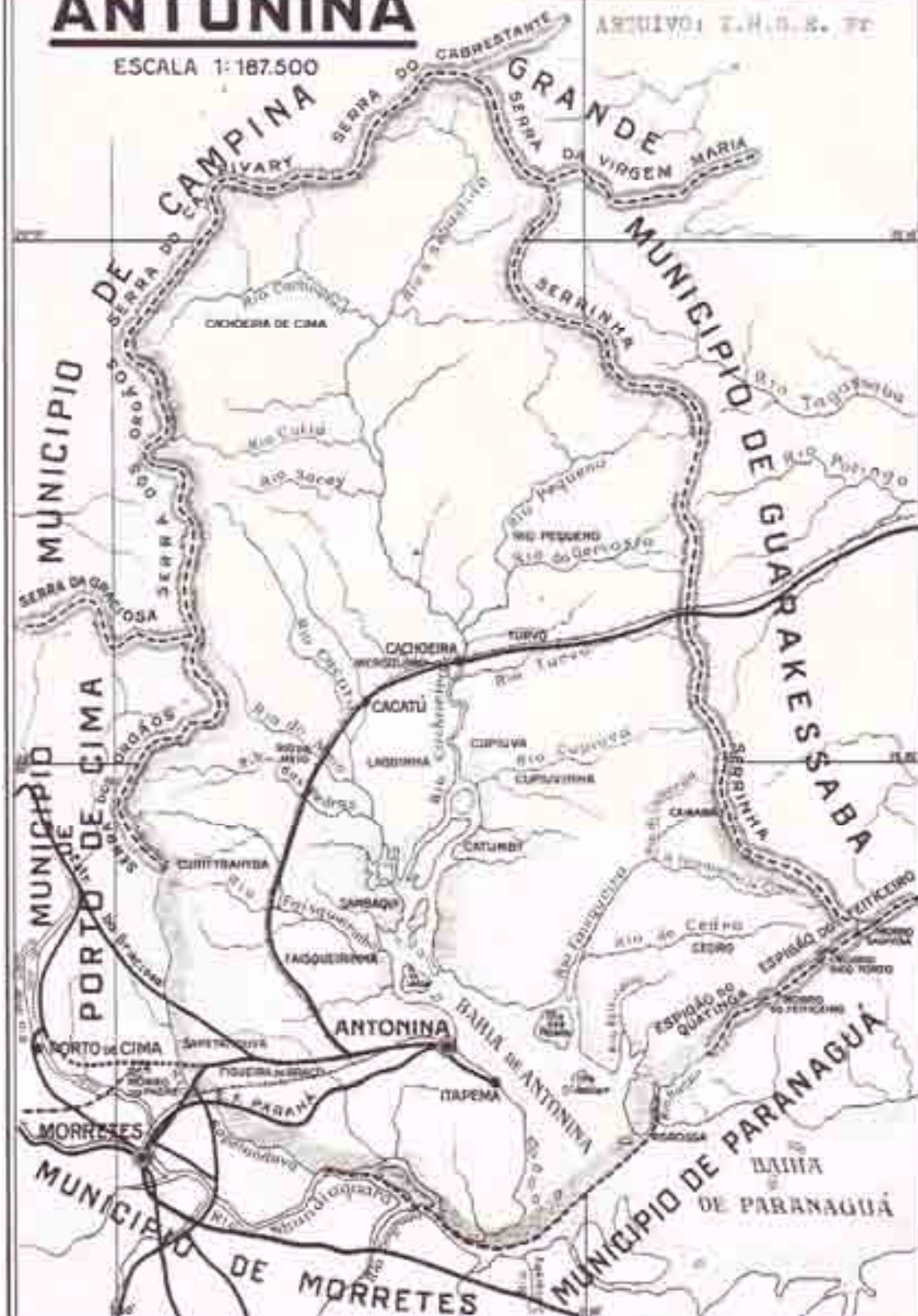
Estrada de ferro

de rodagem

Linha telegraphica

Divise Intermunicipal

ARCHIVO: T.H.B.S. PT



2. Aspectos Econômicos e Sociais

O primeiro povoado do Paraná foi “Nossa Senhora das Mercês da Cotinga”¹⁷, formado por volta de 1560 com a chegada dos “degredados” ou náufragos das expedições realizadas entre 1501 e 1514. Estes, partindo de Cananéia em pequenas embarcações e guiados pelos índios, aportaram nessa ilha. Lá permaneceram por quase vinte anos até conquistarem a confiança dos Carijós, quando puderam, então, se instalar, aos poucos, no continente, às margens do rio Taguare (atual Itiberê).

A conquista do estado do Paraná se deu, portanto, através de Paranaguá. A vila “Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá” foi fundada em 29 de julho de 1648, ainda no “ciclo do ouro”.

As primeiras amostras de ouro encontrado no Brasil¹⁸ foram provenientes das minas de Paranaguá, precisamente da mina do ITAPEMA. Remetidas ao Cardeal D. Henrique, rei de Portugal, em 1578, marcam o início da exploração do ouro na região. “Depois vieram as explorações das minas de Tagaçaba, Açungui, Faisqueira, Cubatão e outros. Com esse feliz resultado, Paranaguá se tornou a povoação mais florescente da Costa Sul do País”¹⁹.

Alguns aspectos dessa visão otimista se refletem na descrição da sociedade de então:

“Os primeiros povoados de Paranaguá formavam um núcleo de certa significação social; alguns se elevando com grande distinção, não só pela sua origem como pelo seu passado... Era pequeno esse núcleo social, porém gente boa, com antepassados ilustres e respeitáveis. Portanto, já existia elemento social, enriquecendo com a extração do ouro”²⁰.

Domingos Peneda, “homem régulo e matador”²¹ teria sido enviado para

¹⁷ Nascimento Junior, 1980, p. 11.

¹⁸ A descoberta e exploração das minas de ouro em Paranaguá antecede à descoberta das Minas Gerais, porém muito mais ricas e que vai ser o centro das atenções.

¹⁹ Viana, 1976, p. 11.

²⁰ Viana, p.12.

²¹ Vários autores se referem a ele dessa forma devido à truculência de seus métodos.

subjugar os Carijós e promover a povoação de Paranaguá. Ainda é mencionado na literatura histórica como um dos pioneiros no descobrimento das minas de ouro.

A visão otimista da sociedade parnanguara de então, esboçada por Manoel Viana, contrasta com a opinião, bem mais drástica, apresentada por Nascimento Junior, para quem, antes de 1640, o povoado não passava de “simples burgo ou arraial de mineradores e aventureiros brancos em mistura com índios e negros, formando uma sociedade primitiva, instável, caótica e entregue a todos os desenfreios dos instintos, das paixões e em cujo meio uma ou duas dezenas de homens de prol, com família e radicados à terra pelas lides agrícolas, mal podiam fazer sentir os influxos da moral e da religião...”. E continuando: “Oriunda essa sociedade informe do primitivo povoado ou acampamento de imigrados de São Vicente e Cananéia, na ilha da Cotinga, onde se instalou na década de 1560, passando aos poucos para o continente à medida que o temor aos Carijós ia se dissipando com o tempo, já nos fins do século XVI, entre 1600 e 1610, toda essa população se achava localizada nas ribanceiras do Taquaré, entregue à mineração e à lavoura.

Não havia autoridade legalmente constituída, senão a prepotência de um certo Domingos Peneda, que na má qualidade de ‘homem régulo e matador’ exercia domínio absoluto e por certo tirânico na povoação nascente, temido que era por brancos, negros e índios”²².

Em 1640 chega à “aldeia de Paranaguá” o paulista Gabriel de Lara, cuja importante missão era ser o “capitão povoador da Terra Carijó”²³.

Gabriel de Lara obteve a unanimidade dos outros autores sendo considerado pessoa “digna e eficiente”. Conseguiu conciliar os interesses da população, aliando-se à família de Gonçalves Peneda, filho de Domingos Peneda e promover o desenvolvimento do povoado, garantindo à coroa lusa o

²² Nascimento Junior, 1980, p.23/24.

²³ Viana, 1976, p.13.

seu domínio. Prova de sua eficiência, atestada pelos autores, é a de que, em 1646 ergueu o Pelourinho e em 1648 conseguiu elevar o povoado à categoria de vila.

O “ciclo do ouro” em Paranaguá não trouxe grandes conseqüências econômicas para a região. Encontrado em pequena quantidade, apenas nas terras de aluvião e areias monazíticas, o ouro logo se extinguiu, tendo esse ciclo em Paranaguá um brilho fugaz. Com seu declínio, o litoral paranaense é quase esquecido.

Entretanto, deve-se ao ciclo do ouro o início da colonização do estado. É ele também que vai caracterizar a ocupação da região através das relações de trabalho e da miscigenação entre os pioneiros (os Peneda, os Gonçalves, os Almeida, os Correia e os De Lara), os índios e os negros escravos.

Até hoje a sociedade parnanguara constitui-se desses elementos étnicos e da miscigenação. Conserva-se, ainda, uma “aristocracia” pequena, detentora do poder político, índios Guarani e uma grande população mestiça que compõe a maioria das vilas de pescadores. Desse modo, a população atual é formada por categorias distintas que permanecem nitidamente distanciadas no convívio social, de onde decorre a configuração de um espaço aparentemente dividido em áreas de atuação desses extratos sociais.

Os outros ciclos econômicos do Paraná, como o da “erva mate” e o da “madeira”, no século XIX, vão intensificar a atividade portuária em Paranaguá, pois a exportação desses produtos passa a ser feita a partir do Porto de Paranaguá.

“A exportação de madeira transformara-se na mais importante fonte de lucro. Paranaguá necessitava de madeira para lenha e construção e a via férrea Curitiba-Paranaguá, que começou a funcionar em 1886, consumia material de combustão. Além disso, somente no ano de 1896, mais de 100 mil peças de dormentes foram exportadas: a madeira cortada em Superagui era transportada até o Rio de Janeiro. Mas Michaud (o pintor de Superagui) reconhecia o lado sombrio deste proveitoso comércio de madeira (ao qual ele passara a se dedicar).

Pois, na falta de qualquer controle e de qualquer forma de economia florestal, foram destruídas as antes tão magníficas matas, que desapareceram sob verdadeiros desmatamentos selvagens”²⁴.

No início do século XX, o “café”, cultivado no norte do Paraná, domina a economia do estado. É a partir do café, que outras culturas agrícolas vão se desenvolver, tanto para o abastecimento interno quanto de produtos para exportação, como soja e trigo, através do Porto de Paranaguá.

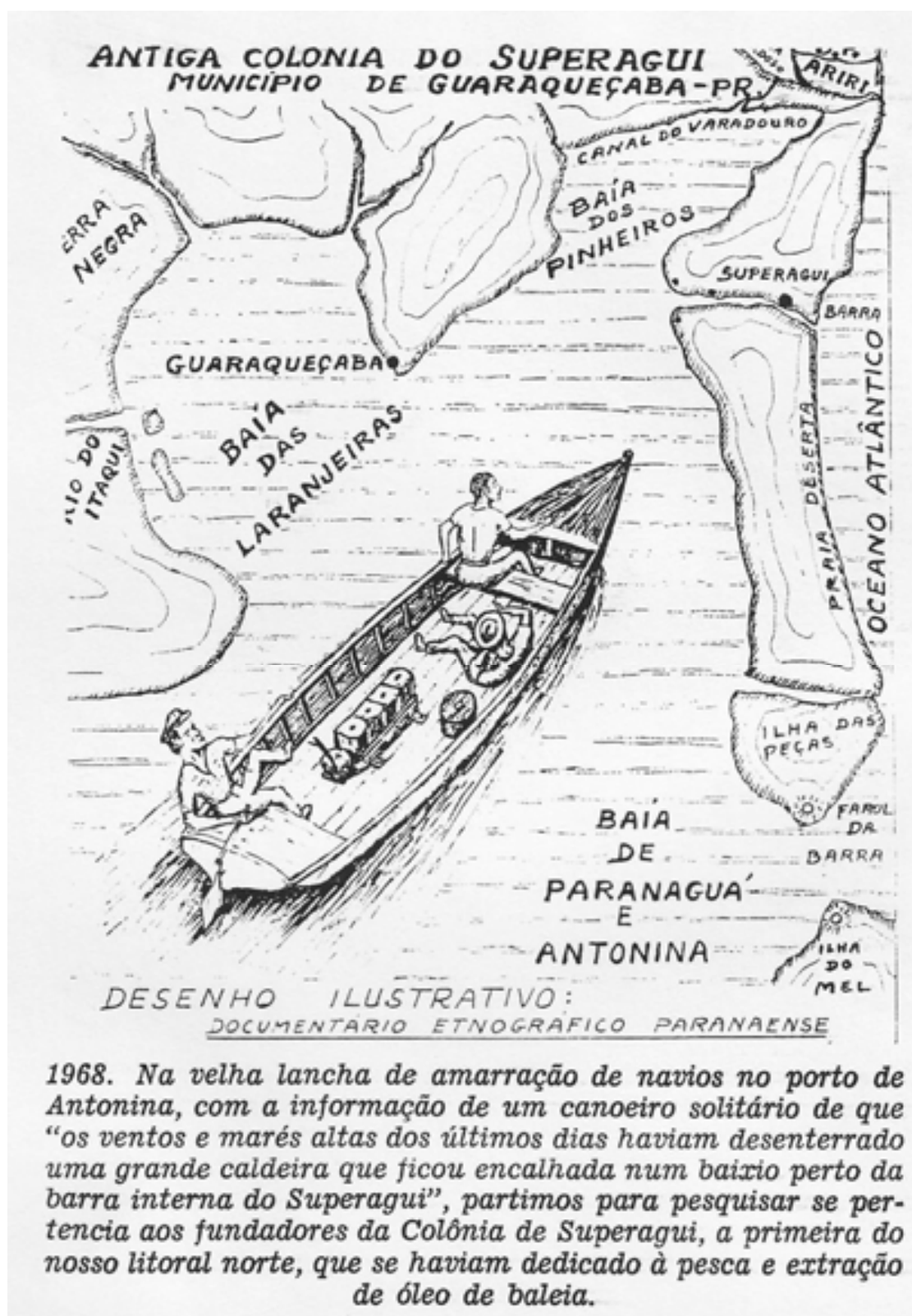
A pesca nunca teve maior significado na economia do Paraná²⁵. Entretanto, ela teve sempre um papel histórico fundamental: foi a principal fonte para a população regional, desde os “sambaquibas”, passando pelos índios, pelos brancos colonizadores e negros que aí se instalaram. A pesca, aliada às roças de subsistência, garantia o sustento da população.

A inexpressividade dessa atividade no âmbito econômico é atribuída a fatores, tais como a localização dos portos a pequena dimensão do litoral e a “natureza” recortada do estuário paranaense (facilitando o abastecimento para os pequenos povoados existentes nas próprias baías). Talvez o não desenvolvimento em grande escala da pesca empresarial e o predomínio da técnica da pesca artesanal tenham garantido essa fonte de alimento à população regional.

Quando a pesca passa a entrar gradualmente no mercado capitalista, e a figura do intermediário passa a se constituir como determinante na comercialização do produto, rompe-se o equilíbrio que fazia dessa atividade a mantenedora da reprodução social e a garantia de sobrevivência das comunidades de pescadores.

²⁴ Schere, p.79.

²⁵ Kraemer, 1983, p.22.



legenda e desenho de Enéas Galvão do Rio Apa, extraídos de “Antonina e Guaraqueçaba de outrora” in Boletim do IHGE, vol XXXVI, 1979, Curitiba.



legenda e desenho de Enéas Galvão do Rio Apa, extraídos de “Antonina e Guaraqueçaba de outrora” in Boletim do IHGE, vol XXXVI, 1979, Curitiba.

3. A História e os Primeiros Ocupantes Da Baía De Paranaguá

Este capítulo está longe de ser um exercício de reconstrução da história do litoral paranaense do descobrimento. Autores como Vieira dos Santos, Reinhard Maack, Manoel Viana, Nascimento Junior, Estrela Moreira e outros apresentam, em suas obras, vasto material de pesquisa. Vieira dos Santos, em “Memória Histórica de Paranaguá” compilou farto material composto de cartas e relatórios de viagens dos primeiros cronistas e exploradores. Maack, em seu “Geografia Física do Estado do Paraná”, descreve e analisa minuciosamente roteiros e relatos de viagens, desenhos e mapas produzidos desde as primeiras viagens exploratórias ao litoral do Brasil. Estes trabalhos proporcionam informações e críticas bastante interessantes sobre a história do Paraná desde sua conquista.

Pretendemos aqui alinhar algumas informações, a partir de descrições e comentários dos autores, com respeito à ocupação indígena e aos primeiros ocupantes brancos na região da baía de Paranaguá. A ênfase em certas passagens não é dada em função da sua importância histórica. Procuramos, através dos textos, reproduzir as condições que norteavam as relações entre brancos e índios do litoral, a partir dos relatos apresentados.

O recorte incide sobre a região de Paranaguá e Guaraqueçaba, devido ao fato dessas regiões do litoral paranaense abrigarem aldeias Guarani-Mbya. Essas aldeias fazem parte do território mbya Guarani “da Serra do Mar” que compreende várias aldeias situadas entre os Estados do Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Como já foi mencionado, todo o complexo de ilhas e de continente que integram os municípios de Paranaguá e Guaraqueçaba eram considerados como municípios de Paranaguá até 1880, quando Guaraqueçaba é desmembrada. Até então os historiadores se referem a toda região como Paranaguá.

Maack, em seu “Geografia Física do Estado de Paraná”, (1981, capítulo I), apresenta uma série de documentos, cartas e mapas das viagens exploratórias pré-colombianas, bem como descrições e comentários importantes sobre as

mesmas. Entretanto, marcadas pelo segredo, não tiveram a repercussão e a importância política da viagem de Colombo, realizada em 1492. A natureza político-econômica e expansionista dessas explorações marítimas impunha sigilo às descobertas. Narrativas esparsas e a recuperação de mapas, roteiros e relatórios não foram suficientes para uma construção linear dessa história. Entretanto, documentos importantes dessas viagens comprovam a supremacia dos conhecimentos dos portugueses acerca das novas terras. As conseqüências das viagens de Colombo põem fim ao sigilo mantido pelos portugueses sobre suas viagens, obrigando-os a reconhecer oficialmente a concorrência espanhola.

O litoral paranaense teria sido uma das primeiras regiões exploradas na costa brasileira, mesmo antes da viagem de Cabral²⁶. A expedição saída de Tejo, em 10/05/1501, antes do regresso de Cabral, com o fim de melhor explorar a nova possessão portuguesa, era composta de três naus. Até hoje, segundo Maack, existem controvérsias sobre quem seria seu comandante: Américo Vespúcio (conforme Nascimento Junior) ou Gonçalo Coelho (conforme Vieira dos Santos). Uma das naus dirigidas por André Gonçalves explorou a costa sul-americana “avançando bem para o sul”²⁷.

Em 1503, Gonçalo Coelho comanda uma frota de seis naus. Nenhuma das naus atingiu a foz do Rio da Prata, mas acredita-se que durante as viagens realizadas entre 1501 e 1503 “a entrada da baía de Paranaguá tenha sido conhecida pela primeira vez. Com segurança pode-se afirmar que a costa brasileira foi explorada, nesse período, até Cananéia”, conforme mapas de autores anônimos”²⁸.

Segundo Maack, o fato da baía de Paranaguá não ter sido representada num mapa até 1520, indica que, até então, não fora atingida por via marítima. “A baía de Paranaguá foi atingida primeiramente a partir de Cananéia, por

²⁶ Entre os navegadores que primeiro assinalaram o litoral paranaense destaca-se Vicente Yanez Pinson (JUNIOR, Vicente Nascimento, p.12).

²⁷ Maack, p. 22.

²⁸ Maack, p. 23.

deportados e naufragos das expedições realizadas entre 1501 e 1514”²⁹. Segundo o autor, não se pode afirmar tampouco que a expedição de Martim de Souza, realizada em 1531-32, tenha feito o reconhecimento da baía Paranaguá através do mar, pois não existe nenhum registro dessa expedição sobre tal fato. “Entretanto, a baía era conhecida, a partir da Cananéia, pelos portugueses deportados ou naufragos das viagens sucedidas entre 1501 e 1514. Estes puderam atingir, em canoas, a oeste da ilha do Cardoso, canais de comunicação (varadouro velho) que conduziam ao canal de Superagui”³⁰.

Vários autores, entre os quais Maack, afirmam que “a partir de Cananéia os portugueses ocuparam primeiramente a Ilha da Cotinga, na baía de Paranaguá, tendo iniciado, com isso, a conquista do estado do Paraná. Os portugueses se apoderaram também das terras circundantes da baía, como esfera de interesse da Coroa de Portugal”³¹.

Para Manoel Viana foram os aventureiros Domingos Peneda e Diogo de Unhate que, “ávidos de tudo conhecer” e “encontrar meios de sustento mais seguro”, em 1550, saem em canoas e costeando as praias de Ararapira e Superagui “ficam extasiados ante tamanha beleza”. Buscando pouso aproximam-se da “majestosa ilha fronteira ao continente”.

“...Foi nessa histórica e secular ‘Cotinga’ de nossos ancestrais que surgiu o primeiro povoado de brancos, nele chantando-se o marco civilizador da Terra Paranaense.....”³².

Vieira dos Santos reforça, pois, a tese de que os descendentes dos europeus degredados a partir de 1501 na Ilha de Cananéia, com os índios locais e seus descendentes, formaram o primeiro povoado da Ilha da Cotinga. Pois, saindo em canoas “pella barra fora, costeando as praias Ararapira e Superagui entrarão pella barra dentro das formozas Bahias de Paranaguá e admirados de ver em derredor dellas muitas habitações de índios Carijós: e receozos talvez de que lhes fizesem algũa traição em direitura à Ilha de Cotinga; para o lado do

²⁹ Maack, p. 23.

³⁰ Maack, p. 2.

³¹ Maack, p. 24.

furado que a divide da Ilha Raza, onde principiarão a fazer suas habitações talvez por hũa ilha circulada de mar, deffensavel; e de mais seguro azylo si por ventura os Carijós lhes quizessem fazer algũa emboscada.....”³³.

E numa nota de rodapé, o mesmo autor explica: “A nação dos índios Carijó, erão habitantes desde os montes da Juréa, ou desde Cananéia, e povoavão toda a costa té a Ilha de Sta. Catherina. Dos aborígenes forão os Carijos os mais afáveis e por isso os primeiros apreendidos pellos vicentistas”³⁴.

Martim Afonso de Souza foi o 1º donatário da capitania de S. Vicente que abrangia desde a região costeira de Paranaguá para o norte.

Existiam controvérsias com relação à linha demarcatória do tratado de Tordesilhas. Para os portugueses o corte se dava em Laguna e para os espanhóis em Iguape, o que os fazia supor que Paranaguá estava “bajo de la corona Castilla”. Segundo Maack essa indefinição foi causa da lentidão com que os portugueses penetraram no interior, “tendo se contentado com povoamentos ao longo da costa”.

Os espanhóis, partindo da costa de Santa Catarina penetraram antes que os portugueses no planalto e no interior do Paraná (1541, 1542), sob o comando de D. Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca que, “nomeado governador do Paraguai, dirigiu-se” “à Assunção por via terrestre”, cortando de leste à oeste o atual Estado do Paraná.

Esse empreendimento só foi possível graças aos caminhos e trilhas dos índios que, no período pré-colombiano, vinham do interior do continente através de matas virgens e campos, em direção à costa. “Um desses caminhos muito usado pelos índios em suas migrações do interior para a costa, vinha do Rio Itapucu e da baía de São Francisco, percorria a faixa litorânea de Santa Catarina através de matas úmidas e levava em direção noroeste aos atuais Campos Gerais. Aí dava nas proximidades de um grande aldeamento Tupi-Guarani

³² Manoel Viana, p. 11.

³³ Vieira dos Santos, p. 24.

denominado ‘Abapany’, num caminho transcontinental, o ‘Peabiru’ (isto é, o caminho cujo percurso se iniciou’), que vinha do litoral paulista perto de São Vicente. De Piratininga este caminho levava para o sul, seguindo o principal formador do Rio Ribeira, para cima até os Campos de Castro, e de lá, através do Rio Tibagi, até o Ivaí, que era transposto acima do salto de Ubá; daí, subindo a Serra da Boa Esperança pelo Vale do Rio Pedra Preta alcançava as nascentes do Rio Cantu. Enquanto que o caminho principal, rumo oeste, conduzia ao Rio Paraná acima das Sete Quedas, e , passando através do Chaco e do Planalto Peruano, terminava no Oceano Pacífico, um ramal cruzava o Rio Cantu, o curso superior do Piqueri e do Rio do Cobre para atingir, dirigindo-se para o sul do Rio Iguaçu, na foz do Cotegina e a grande aldeia indígena Carieseba, na zona sudoeste do atual Estado de Santa Catarina, assim como o Rio Uruguai”³⁵.

A travessia do continente por Ulrich Schmidel, de Assunção até S. Vicente, também merece destaque. Movido pelo impulso de retornar à Pátria (Baviera) para ver seu irmão doente, após 18 anos de estadia na América, alcança o porto de São Vicente a tempo de embarcar na nave regressaria à Europa, a 13 de junho de 1553. Seguiu em direção contrária à viagem empreendida por Cabeza de Vaca e seus relatos são fontes documentais importantes.

Para esse empreendimento, iniciado a 26 de dezembro de 1552, cercou-se de 20 índios Carijós que freqüentemente se dirigiam ao Atlântico³⁶.

Segundo o próprio Schmidel, “este povo (os Carijós) viaja mais do que qualquer outro no país Rio de la Plata. São também ótimos guerreiros em terra”. Schmidel e sua “comitiva” percorreram, através das selvas, cerca de 2500 km (476 milhas), a pé.

A primeira entrada na baía de Paranaguá por via marítima foi a da nau em que se encontra Hans Staden, em 1550, à procura da ilha de Santa Catarina.

³⁴ Vieira dos Santos, p. 10.

³⁵ Maack, p. 25.

Velejando ao longo da costa foram apanhados por uma forte tempestade.

“Cruzamos contra o vento e esperávamos assim, apartar-nos da terra. Mas de nada isto serviu. O vento impeliu-nos sobre os recifes, que estavam ocultos a quatro braças de profundidade e grandes vagas nos empurraram contra a costa. Pensávamos que íamos todos perecer.

Então permitiu Deus, quando já estávamos perto dos recifes, que um dos nossos companheiros descobrisse um porto. Entramos nele e aí vimos um pequeno navio.... Não o seguimos porém e ancoramos..... Pelo escurecer veio uma grande canoa cheia de selvagens ao nosso navio. Queriam falar-nos, mas nenhum de nós podia entender bem a sua língua. Demo-lhes algumas facas e anzóis e eles se retiraram. Durante a noite aproximou-se de novo uma canoa repleta de homens, dentre os quais estavam dois portugueses... O porto no qual nos achávamos, chamava-se Superagui e devia ficar a cerca de 18 milhas (medida de extensão alemã de 7,420 km, p.57, Nota 70) distante da ilha de São Vicente que pertencia ao rei de Portugal”³⁷.

Segundo Moisés Marcondes, em Documentos para a história do Paraná³⁸, “Superagui é um porto numa língua de terra ao norte de Barra de Paranaguá. Aí ficava um caminho por terra para Cananéia, conhecido secularmente pelos índios”.

Júlio Estrela Moreira faz uma interpretação diferente dos demais autores que atribuem a vinda dos pioneiros à baía de Paranaguá “ao espírito aventureiro dos arrojados portugueses e à ambição de fortuna”, que os moviam em busca das minas de ouro. Para este autor, o grupo de habitantes de Cananéia e São Vicente que “aproou seus barcos no litoral da baía de Paranaguá.... era possivelmente, a bandeira de préia de índios Carijós, organizada pelo capitão-mor Vicentino Diogo Leitão, irmão de Jerônimo Leitão”³⁹.

³⁶ Maack, 1981, p. 27, 28.

³⁷ Staden, 1974, p. 55 a 57.

³⁸ Staden, 1974, p.57, nota 69.

³⁹ Estrela Moreira, 1975, p.509.

A preia dos índios, “material humano de grande valia para o trabalho escravo de imensa colônia que se formava”⁴⁰, foi iniciativa, nas terras paranaenses, de Jerônimo Leitão.

Este, apesar de ser “partidário da escravização do indígena de corso, os paulistas desconfiavam de sua relação com os jesuítas (era correspondente do Padre José de Anchieta), a esse tempo intransigentes defensores da liberdade do nativo – e insistiram com grande atoarda para que se fizesse guerra aos Carijós, indo-se por mar, porque pelo sertão não era possível o transporte de todo o necessário. Firmavam ainda, e esse o ponto essencial, que todos os índios aprisionados fossem repartidos exclusivamente entre as praças da bandeira. Dois meses depois, Jerônimo Leitão, em junta reunida na capela do engenho de São Jorge dos Erasmos, resolvia que se fizesse tal guerra e que a ação se estendesse também aos Tupinés e que tomassem também parte na tropa os moradores de São Paulo de Piratininga. Concordando estes últimos, os documentos correlativos foram assinados por Jerônimo Leitão e os representantes das três vilas, que somaram trinta e seis pontentados os quais os seguintes companheiros de Martim Afonso de Souza – Antonio de Oliveira, Antonio de Proença, Diogo Rodrigues, Jorge Ferreira, Pedro Colaço e Pedro Leme. Partindo de Santos em meados de novembro de 1585, a grande expedição velejou para Paranaguá e daí penetrou o território dos carijós, em direção aos cursos dos rios Tibagi, Cinzas e Paranapanema. Possível Também que passasse do lado oposto rumo do Iguaçu e seus tributários. O certo é ali andou oito meses volvendo à capitania em julho do ano seguinte, com numerosa presa indígena”.

A partir dessas entradas, partindo do litoral em direção ao sertão, foi traçado o perfil que caracteriza a relação de dominação dos brancos para com os índios.

Cabe, a indagação de Vieira dos Santos:

“Quaes serão os feitos illustres que fizerão nas Bahias de Paranaguá esses

⁴⁰ Estrela Moreira, 1975, p. 363.

primeiros colonos vindos de Cananéa a povoar os reconcavos? De que maneira angariarão os índios attrahindo-os à sua amizade? Ou se pello contrario, os subjugarão com força de mão armada essa Nação Carijó”⁴¹.

⁴¹ Vieira dos Santos, p.10.



XILOGRAFURA, retirada de Hans Staden, 1974. p. 56.

APÊNDICE

Os fatos que determinaram a fixação dos primeiros europeus em Cananéia são relatados cronologicamente, em detalhes, por Vieira dos Santos (1850, 1º. Vol, pgs. 11 à 15).

“1501-4. Em princípio do anno de 1501 forão naufragados ou degredados por Gonçalo Coelho na Ilha de Cananéia hum Bacharel Portuguez, que se julga chamar-se Duarte Peres, hum Francisco de Chaves e mais cinco ou seis castelhanos; segue-se que os Índios Carijós ali habitantes unidos com elles em boa paz e amizade fraternalmente vivião, deve suppor-se que, alliando-se os Indigenas d’ellas haverião propagação de filhos e nettos, que no espaço de 30 anos, tinhão decorrido desde 1502 té a chegada de Martim Affonso em Cananéia em 1531, certamente bem poderia então haver para mais de 100 pessoas mestiças, entre filhos e nettos que aquelles primeiros colonos ali propagarão; e com a educação de seus paes, os farião mais doceis de seus costumes, e mais approximados ao estado da civilização Europea.”

“1512-1515. Naufrágio acontecido entre os annos de 1512 a 1515 na costa de Sr. Viçente de hum Navio Portugues que vinha demandar a costa do Brazil, do qual escaparão os portuguezes Antonio Rodrigues e o bacharel João Ramalho; e ficando em terra tratarão de estabelecer hua pequena Feitoria, na Barra da Bertioga entre a Ilha de Santo Amaro, ou de Sm. Viçente.”

“1531-6. Martim Affonso de Souza sahiu ao Rio de Janeiro com sua armada composta de 7 vellas e 400 homens no 1º de agosto de 1531; e surgiu na ilha de Cananéia em 12 de agosto do mesmo anno; mandou à Terra o Piloto Pero Annes por saber a lingua Indígena, e haver falla com os índios. No dia 17 voltou para bordo, acompanhado de Francisco de Chaves, e de hum bacharel portugues que alli estavam degradados desde o anno de 1501; os quais noticiarão Affonso

de Souza, dos grandes haveres de minas de prata e ouro que havião naquelles recôncavos. No 1º do mês de setembro fes marchar Martim Affonso hũa expedição de 80 homens portuguezes dos que trazia a bordo de sua armada, sendo 40 Besteiros e 40 Espingardeiros commandados por Lobo a explorarem essas afamadas minas, para voltarem dellas dahi a dez mezes, em junho de 1532, trazendo quatrocentos escravos carregados”.

Conforme “Memória Histórica para a Capitania de São Vicente” (Liv 10º nr. 121 p. 82):

“A expedição que Martim Afonso de Souza enviou aos sertões de Cananéia, tendo por guia a Francisco de Chaves foi infeliz por serem aquelles portuguezes atraíçoadamente mortos pelo índios, não constando nem hum só escapase nem mesmo o guia seu condutor... e nem se sabe o lugar certo, onde foi tal massacre se nos Sertões das cabeceiras da Ribeira de Iguape, ou nas Serranias do Açongui, e Negra, ou se nas varzeas proximas as grandes Cordilheiras”. Martim Affonso de Souza, ao ter ciência do evento, em “janeiro ou fevereiro de 1533” e não podendo punir ele mesmo “aquelle gentio como dezejava por estar proximo o seu embarque, ordenou que os agressôres fosem castigados com a mão armáda ordenando para Cappitães de Guérria a Pedro de Goes e Ruy Pinto”.

PLANTA DA BAIÁ DE PARANAGUA (1963)

Retirado de Estrela Moreira, p. 45, onde constam maiores dados.



LEGENDAS DO QUADRO DAS CONVENÇÕES

(Estrela Moreira pg. 45)

A- Ilha do Mel

B- Pedra no meio da Barra (Ilha das Palmas)

C- Barra do Soporagui (Superagui)

D- Ilha das Peças (Assim chamada por ai terem sido montadas peças de artilharia para defesa da Barra)

E- Varadouro

F- Ilha das Cobras

G- Ilha das Gamelas

H- Ilha donde criam os guarases. Auesverm (substitua-se na última palavra a letra U par V, e leia-se aves vermelhas)

I- Barra de Ubupetuba (Barra da Galheta)

J- (falta a legenda J que freqüentemente substituía a letra I)

L- Ilha Rasa

M- Primeira Povoação (na Ilha da Cotinga - origem da Vila de Paranaguá)

N- Cidade de Pernaguá

O- Ilha de Ibirarema

P- Ilha de Guarapirocaba (primitivo nome da Baia de Antonina)

Q- Casa donde começam as minas (Casa da Fundação do Ouro)

R- Caminho de Quereitiba (primeira corruptela, ou simplesmente erro da palavra Curitiba que já em 1649 era corretamente escrita)

S- Tromba da Serra de Guararabi (esse nome deve ter originado a palavra Guarumbí, antiga forma do nome Marumbi)

T- Campos de Querytiba (Veja observação da legenda R)

U- (falta a legenda U. Essa letra substituía freqüentemente a letra V)

V- Povoação Nova (origem de Curitiba)

X- Recife na Barra de Soporagui.

ANALISE DA PLANTA. Ao exame dos pormenores, de interesse a este trabalho, destacamos:

A “rosa dos ventos” representada por um sol radiante, disposto com a parte superior voltada para o oeste (lado da serra do Mar), é do conhecimento dos que examinam os mapas desenhados por João Teixeira Albernás: todos eles são desenhados com o sinal cartográfico - Rosa dos Ventos”. Seria estranhável que esta planta fosse a única exceção entre cerca de trinta, por ele executadas. o sol poente que fica para o lado do Emboguaçu, para as pessoas que se encontram em Paranaguá nas horas vespertinas.

A construção que aparece na margem esquerda da foz do rio Cubatão é a Casa de Fundição do ouro, e do Cofre dos Quintos, construída por Ébano Pereira em 1649, e aprovada pelo Governador Duarte Correa Vasqueanes. Foi ela o motivo das desavenças entre o Provedor Pascoal Afonso e Ébano Pereira.

As indicações “Minas”, em boa quantidade nos rios Cubatão, do Pinto e Guarumbi, há uma com a designação de “Minas de Pedra”, num dos afluentes da margem direita do Rio do Pinto. Cremos serem estas as minas examinadas pelo Administrador Pedro de Souza Pereira, em 1653.

A Povoação Nova, representada por duas casas, o pelourinho e o cruzeiro, estes dois últimos apenas esboçados, demonstram, ao que nos parece, o desejo daquela gente da criação da Justiça e a implantação da Fé Cristã.

Ao pé da Serra, uma árvore frondosa lembra o mato que delimitava a borda do campo, a alguma distância da Povoação Nova.

Entre a Serra e os campos notam-se dois animais de grande porte: um veado e uma ema, ainda hoje comuns nos campos gaúchos. Isto confirma as palavras de Ribeiro de Andrade “os moradores viviam contentes com a abundância de caça do monte”.

III. OS GUARANI DO LITORAL PARANAENSE

1. Língua e Grupo

Os Guarani que vivem no litoral do Paraná, nas regiões de Paranaguá e Guaraqueçaba, identificam-se como mbya, um dos três grupos Guarani que sobrevivem, hoje, no Brasil⁴². Conforme a classificação de Aryon Dall'Igna Rodrigues⁴³, Mbya seria um dos dialetos do idioma Guarani que pertence à família Tupi-Guarani, do tronco lingüístico Tupi. A identificação do grupo Mbya é determinada através de especificidades culturais e lingüísticas bem nítidas. Desse modo, a despeito dos diversos tipos de pressões e interferências que os Guarani em geral vem sofrendo no decorrer de séculos, e da vasta dispersão geográfica de suas aldeias na América do Sul, os Mbya se reconhecem plenamente enquanto povo diferenciado. Dessa forma, apesar da miscigenação entre vários grupos Guarani (que não parece ter sido tão intensa quanto se supõe), os Mbya mantêm uma unidade cultural atuante que lhes permite reconhecer seus iguais, mesmo vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envolvidas por distintas sociedades nacionais (Argentina, Paraguai, Uruguai, Brasil). Embora controvertidos, os estudos recentes sobre os Guarani apontam que os mbya descendem dos grupos que não se submeteram aos encomenderos espanhóis e tampouco às missões jesuíticas, refugiando-se nos montes e nas mata subtropicais da região do Guaira paraguaio e dos sete povos. No século XIX aparecem na literatura com o nome genérico de caingua ou Kayguá⁴⁴. Kayguá, explica Cadogan⁴⁵, provém de Ka'agüygua, nome depreciativo aplicativo aos Mbya que significa "habitantes da mata".

Helena Clastres⁴⁶, entretanto, afirma que "descendem dos caiguás provavelmente os três grupos Guarani-Mbiá, Xiripá e paim" – que tendo

⁴² Os outros Guarani que se encontram em território brasileiro são Nhandeva e Kaiowa. Maiores informações sobre a classificação dos grupos Guarni no Brasil ver Schaden 1974, p.2.

⁴³ Melatti, 1987, p.36.

⁴⁴ Ladeira e Azanha, 1988 p. 16.

⁴⁵ Cadogan in Revista do Museu Paulista N.S. vol. IV, 1953-2, p. 233.

⁴⁶ Clastres, 1978 p. 3.

escapado dos colonos e dos jesuítas conservaram sua autonomia, porque se estabeleceram num território que, durante muito tempo, permaneceu inacessível. Daí a denominação de caaiguás ou cainguás (gente da floresta) que lhes foi atribuída.

Para Schaden⁴⁷, “mbuá (gente) é a auto denominação mais usada pelos Guarani conhecida na bibliografia como Kainguá, Kaivá, etc... e a que os ñhandéva chamam tambéaópé (‘xiripá largo’) ou txeiru, ñaneiru (‘meus’ ou ‘nossos amigos’). Não raro, encontra-se para esses índios a denominação apüteré, ou seja, apyteré, que eles repelem como depreciativo⁴⁸. Entre os Paraguaiois são conhecidos pelo apelido de batícolas, em atenção ao chiripá* que usam entre as pernas. Também se ouve em outros sub grupos o apodo de Aváhuguai, ‘homens de cauda’, dado pelo mesmo motivo”.

Mbya foi traduzido ainda como “muita gente num só lugar”⁴⁹. Mbya seria ainda “estrangeiro, estranho, aquele que vem de fora, de longe”⁵⁰. Para Cadogan, “o nome pelo qual os Mbya (gente ou povo)⁵¹ se designam em suas tradições é jeguakáva, ou jeguakáva tenonde porangue i. Jeguakáva, em linguagem comum, significa adorno de plumas, para a cabeça; jeguakáva, no vocabulário religioso, é o nome utilizado para designar ao homem, à humanidade masculina; e jeguakáva tenonde porangue i seria os primeiros homens escolhidos que receberam o adorno de plumas”⁵². O correspondente feminino dessa denominação é Jachukava.

Numa nova tentativa de definição do nome Mbya, obtive outra explicação que veio complementar àquela obtida no início dos anos 80, do cacique José⁵³. Mbya refere-se a gente, sim. Mas refere-se a gente diferente, que vem de longe,

⁴⁷ Schaden, 1974 p. 3.

⁴⁸ Karl von den Stein, 1940 p. 192 refere-se ao termo apité como “que está no centro, no meio”; in Schaden, p. 15, nota. Apité, nesse sentido, é o mesmo que pyte cula variação é Mbyté (“estar no meio”).

*Tecido de algodão preso à cintura entre as pernas, de uso masculino.

⁴⁹ Doo1ley, 1982 p. 112.

⁵⁰ Ladeira, em “índios no estado de São Paulo”, vários autores, 1984, p.123.

⁵¹ Cadogan, 1959, p.8.

⁵² Cadogan, 1959, p.8.

⁵³ Ladeira, 1984, p.123.

que é nova no lugar e portanto “estranha”. Mas o curioso que se pode absorver das explicações de meu interlocutor mbya, é que o processo de identificação do outro passa pelo sentido de se reconhecer no outro através da sua própria e igual condição de “diferente”.

Dessa forma, afirma a concepção que possuem de si mesmo de que são seres especiais gerados em “primeiro lugar por Nhanderu”. Incluem na sua definição de grupo a mensagem divina a eles revelada e cumprida, de que devem procurar “seus verdadeiros lugares”, através de caminhadas (oguata), o que faz deles essencialmente estrangeiros ou passageiros de seu próprio destino. Talvez o pequeno termo Mbya possa abranger todo esse significado, talvez não. De todo modo causa estranheza que “gente” possa, de fato, traduzir o que é ser Mbya.

Os Guaraní Mbya, por sua vez, referem-se àqueles que não são Mbya, como jurua. Não se sabe ao certo desde quando empregam esse termo, porém hoje ele tem uso corrente e parece destituído de seu sentido original. Jurua quer dizer, literalmente, “boca com cabelo”, uma referência à barba e bigode dos europeus portugueses e espanhóis conquistadores. O uso do bigode indevido aos Mbya, por corresponder à “mistura” de elementos, reitera a tese mbya de que “misturar-se” com o outro (principalmente com esse outro, o branco) é incompatível e “perigoso”.

De todo modo, o nome jurua foi criado a partir do contato com o branco a ser empregado genericamente à outras nações indígenas, e a toda e qualquer etnia diferente. Pode-se concluir que, após a conquista da América, as relações entre os povos indígenas passam a ser praticamente permeadas pelo “homem branco” que passou a configurar, com evidente razão histórica, todo o universo do outro, no sentido de ameaça, domínio, invasão e perigo. O mbya, na sua essência e origem, se sente tão diferente diante dos outros índios quando dos brancos, mas é com esse que ocorre o enfrentamento quase diariamente, e é justo que esses – os brancos – passem a corporificar o “outro” genérico.

Nesse sentido, reivindicam para si, a categoria de índios puros, excluindo dela qualquer outra nação. Esta postura pode ser entendida como uma tática que define o “nós” pela oposição com os “outros”, todos os outros, e é observada nos demais povos indígenas, que também são minorias, com história antiga de contato. “A denominação ‘índios’ é um nome genérico colonial, usado por conquistadores e missionários, para denominar a população autóctone dos territórios dominados. E estes povos foram sempre tratados com elementos perturbadores que deviam ser eliminados em função da expansão”⁵⁴.

Partindo dessa premissa pode-se crer que os diferentes povos indígenas, ao reivindicarem a exclusividade dessa denominação, tenham também como intenção anular o caráter genérico e homogeneizador do termo.

Os nomes utilizados desde antes da chegada dos europeus pelos antigos para referir-se aos não mbya são yvyipokuere e etavakuere⁵⁵. O primeiro corresponde “a todos aqueles que foram gerados no próprio mundo”, e portanto “não têm uma alma” proveniente de morada de Nhanderu Papa Tenonde (nosso pai último – último primeiro)⁵⁶, nem podem transitar nessa morada. O segundo termo designa “a todos aqueles que são maioria, que são muitos no mundo”.

Os mbya justificam (talvez hoje) o fato de serem “poucos” como sendo uma prerrogativa de origem. Vivem em “grupos pequenos”, portanto são sempre minoria, em obediência aos preceitos divinos.

“Desde o início, os mbya eram minorias porque Nhanderu quis assim, para serem melhores na terra, porque são especiais, assim diziam os avós antigos”⁵⁷.

⁵⁴ Dierna, 1984.

⁵⁵ Informações do Guaraní-Mbya Davi, Paranaguá, 1990.

⁵⁶ Cadongan, 1952 p.13.

⁵⁷ Davi, 1990.

Nos trechos que seguem do discurso “Palavras dos últimos dentre os eleitos”⁵⁸ transparece o esforço dos Mbya para cumprir os preceitos que os conduzem ao seu destino, através das “palavras divinas”.

“ Pois é isso, meus irmãos, minhas irmãs,
para obtermos as normas da obstinação,
as normas da completude, as normas da completude,
para que nós chegássemos à completude
nós nos erguemos no esforço.
Como deveremos nos conduzir na verdade?...

Fala-se que assim foi disposto:
Que os que obtiveram a completude, outrora, esses
escolheram os alimentos entre a sua totalidade.
Em consequência, nós os poucos numerosos
companheiros de fogueira, (fogo, morada)
seguramente não seremos avarentos quanto à comida,
graças ao amor que sentimos
por nossos irmãozinhos, por nossas irmãzinhas, por
eles que começam a brincar na terra.
Por solicitude pela vida deles,
Carai Ru Ete dirá seguramente, àqueles,
as normas para obter força....

...nós os eleitos, nós os eleitos que estamos à
escuta,
com certeza observaremos bem de novo;
aos que são as últimas gerações, também a eles,
de novo dirão as palavras
Carai Ru Ete, Carai Chi Ete. (divindades Guarani)

...já que em verdade ele se obstina e se ergue no
esforço,
faremos que pronuncie verdadeiramente
as normas relativas ao seu derradeiro lar,
as normas do lar último, vamos revelá-las a ele:
até mesmo o grande mar
ele sem nenhuma dúvida atravessará, com
certeza...”

⁵⁸ Discurso traído de “Terra sem Mal”, de Hélène Clastres, 1978 p. 120 à 123. O texto integral foi recolhido e traduzido do Guarani, em 1965, por Pierre Clastres e Leon Cadogan.



Aldeia Cotinga





2. População

Os mbya da baía de Paranaguá estão estreitamente ligados aos demais mbya, tanto do litoral quanto do interior dos estados do sul, observando-se, inclusive, vínculos de parentesco de algumas famílias mbya do norte da Argentina. As relações genealógicas, que apresentamos em anexo, têm como referência as famílias que vivem na Ilha da Cotinga, as que vivem em dois ‘pontos’ na Ilha das Peças (aldeia das Peças e aldeia Pescada) e as de Superagui, que formam o contingente populacional Guaraní no litoral para paranaense. Por meio desse recorde, vemos que, apesar dos variados tipos de relações com outras aldeias mais distantes, atualmente, este complexo sócio territorial forma um só bloco composto de unidades intimamente ligadas por laços de parentescos. Tais laços demonstram aspectos relativos às chefias de famílias, à origem dos grupos, à seqüência da movimentação Guaraní por essas bandas, bem como possibilitam distinguir as pessoas que serviam (ou servem) de elos de atração de outras famílias⁵⁹.

Ao procedermos o levantamento da população dessas aldeias, preferimos fazê-lo através da elaboração das genealogias. Dessa forma, pode-se visualizar as famílias que viveram anteriormente nas aldeias em questão [como é o caso do grande grupo que se mudou da Cutinga (PR) para Itatinga (RJ em 1987)], e observar de onde provêm os fluxos recentes mais intensos, nessa direção.

Devido às especificidades da morfologia social mbya, de sua cosmologia e concepção de território, não faz sentido proceder à levantamentos numéricos de população considerando cada aldeia como uma unidade, principalmente quando os objetivos são detectar território ou caracterizar ocupação.

No relatório elaborado por técnicos da FUNAI em setembro/85 (anexo IV), a população estimada era de 117 (cento e dezessete índios. Em outubro/86,

⁵⁹ Também no levantamento da população Guaraní do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, que acompanhou o laudo antropológico para o processo de demarcação das aldeias de São Paulo, optamos pela apresentação de genealogias, destacando as relações da população contemporânea. Ver Ladeira e Azanha, 1987.

a Coordenadoria de Terras Indígenas/SG/MIRAD visitou a área indígena e elaborou um informe, onde a população foi calculada em 138 (cento e trinta e oito) pessoas (anexo V).

Entre o final de 1987 e início de 1988, cerca de 200 pessoas, seguindo seu chefe familiar e espiritual, deslocaram-se para a aldeia Itatinga (Bracuí), no estado do Rio de Janeiro, tendo os próprios funcionários da FUNAI conseguido transporte para quase todo esse grande grupo⁶⁰.

Apesar de diversas declarações de que não havia “quase ninguém” na aldeia de Cutinga, e do “quase” desconhecimento da existência dos índios nas Ilhas de Guaraqueçaba, visitamos a área em dezembro de 1988, em companhia de um “cacique” mbya de São Paulo, e constatamos a presença de 10 famílias

⁶⁰ Os propagados motivos que teriam levado esse grande grupo a desejar empreender essa “mudança” foram:
-a “impropriedade” do local em termos físicos não condizentes com as características de uma aldeia Guarani;
-a escassez de minas de água em abundância para a população indígena que, para seu suprimento, necessitava usar água dos poços;
-a área reduzida para uma população numerosa.

Estas “razões”, acatadas pelos próprios Guarani, talvez fossem de encontro ao interesse maior de se promover o esvaziamento da Ilha de Cotinga, a começar pelos índios. Nunca os Guarani foram tão eficazmente atendidos em suas solicitações de transporte para proceder às suas mudanças, e para população tão grande, como nessa ocasião. Observou-se, ainda, que esse grande grupo deixado em Bracuí não recebeu do órgão tutor nenhum apoio nos momentos mais difíceis, quando de sua chegada. A aldeia Itatinga (Bracuí, mun. Angra dos Reis – RJ) abrigava, nessa época, 2 famílias, não tendo estrutura, então, tais como produtos agrícolas, áreas limpas para construção das casa para tantas famílias vindas de uma só vez. Depois de muitos meses, quando já instalados, passaram a receber alguma assistência, por conta da criação de um posto indígena.

O que podemos apreender desse movimento é que, de fato, o grupo liderado por João da Silva, desejava deixar, realmente, a aldeia da Cutinga, não pelas propagadas razões que poderiam muito bem servir por parte do próprio grupo como desculpas. João da Silva era primo-irmão do “Cacique” de Itatinga, Argemiro da Silva, que faleceu em 1984, vítima de um atropelamento. A aldeia de Itatinga já estava na rota de seu grupo desde 1986, quando seu João visitara o lugar, na volta de uma reunião na aldeia Boa Esperança (mun. Aracruz – ES). Perto de Angra dos Reis, em yva paú acú (‘grande espaço na céu’)*, João da Silva, líder espiritual desse grande grupo, afirma ter morado ser avô.

Há ainda que considerar outros aspectos de ordem política (como ser incompatível a convivência de diferentes grupos familiares com chefia própria) e religiosa (orientação divina de “separação” dos grupos, isto é, para que muitas famílias não ocupem a mesma área. No cap. V sobre o mito da ocupação mbya no litoral, está bem explícito esse ensinamento).

*Em Staden, 1974 p. 88, nota de Francisco de Assis C. Franco há menção dessa ilha.

nucleares vivendo na Ilha da Cotinga, e de 8 famílias na Ilha das Peças.

Em novembro/89 a aldeia Cutinga abrigava, segundo o atual cacique, perto de 100 pessoas, e as aldeias Peças e Pescada, 5 e 4 famílias, respectivamente. Essa situação mostra como os levantamentos populacionais de aldeias Mbya, tratadas como unidades estanques, são improdutivos quando os objetivos estão relacionados à caracterização da ocupação indígena na área, e o quando esses dados podem servir para manipulação, conforme os interesses envolvidos.

Contingente populacional bem inferior apresentam atualmente as demais áreas na baía de Paranaguá, o que não significa, para o Mbya, menosprezo por esses locais. Muito ao contrário, alguns pontos dessas ilhas onde ainda existem matas, são locais privilegiados, onde se realiza o próprio destino Mbya, que somente alguns eleitos podem alcançar.

Os mbya, sobretudo os que vivem na Ilhas, são refratários à qualquer tipo de cerceamento ou interferências que possam vir a sofrer com relação aos seus costumes e tradições as quais se inserem o uso da terra e a imposição de limites físicos, pois estes “lugares sagrados” não permitiriam tal violação. Entretanto, a profunda aversão que sentem com respeito à “briga pela terra” torna-os, apesar de reticentes, capazes de aceitar proposta de definição de área, ainda que seja puramente para resguardarem-se.









DIAGRAMA GENEALÓGICO – LOCAIS ONDE VIVEM

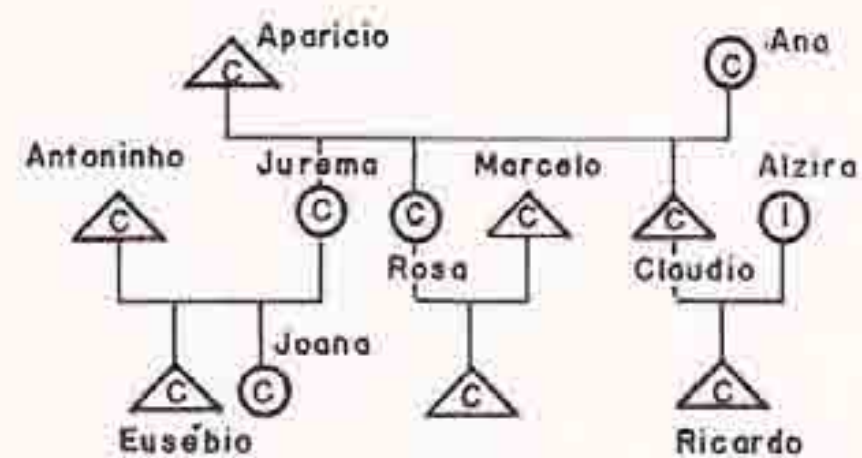
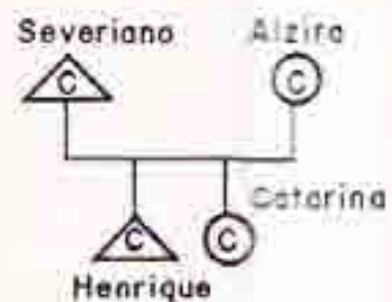
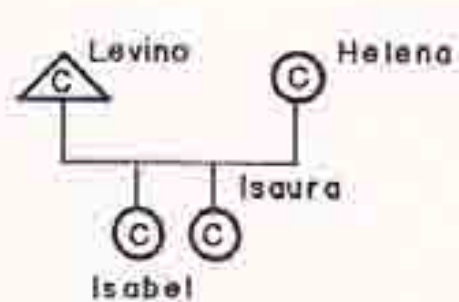
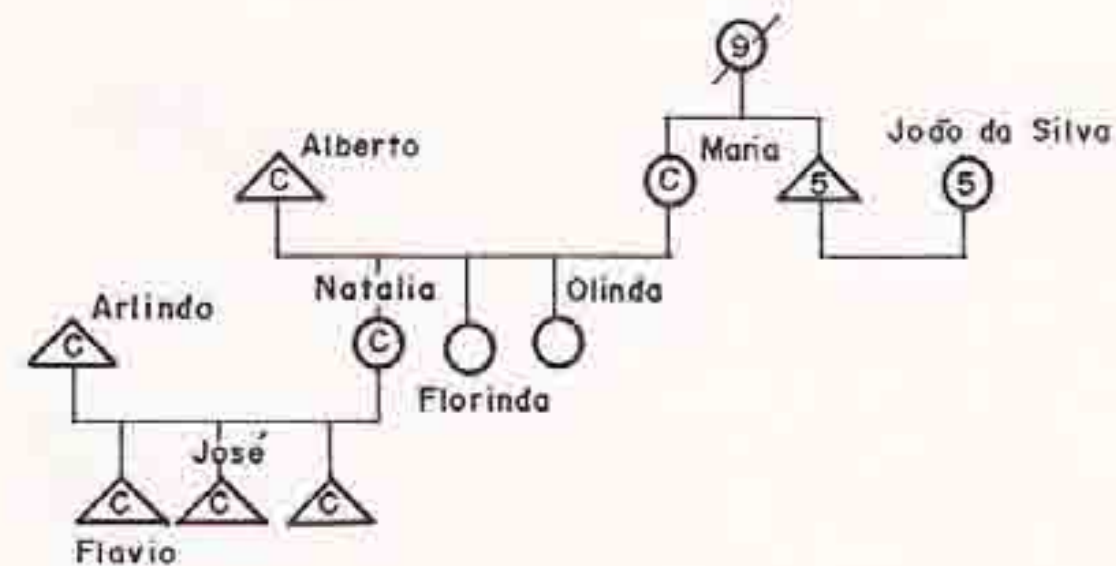
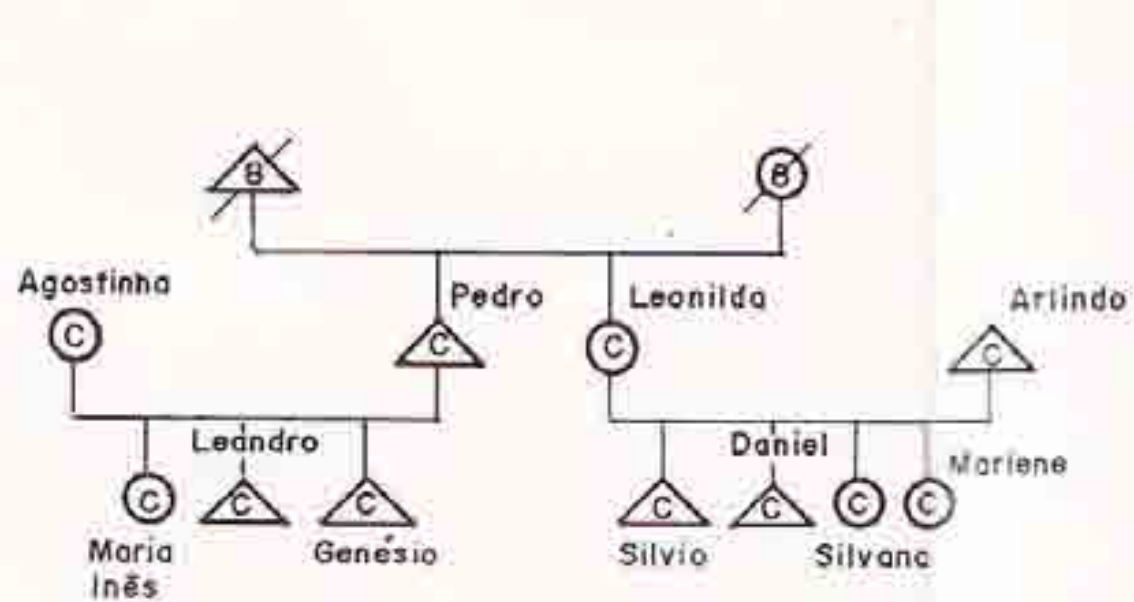
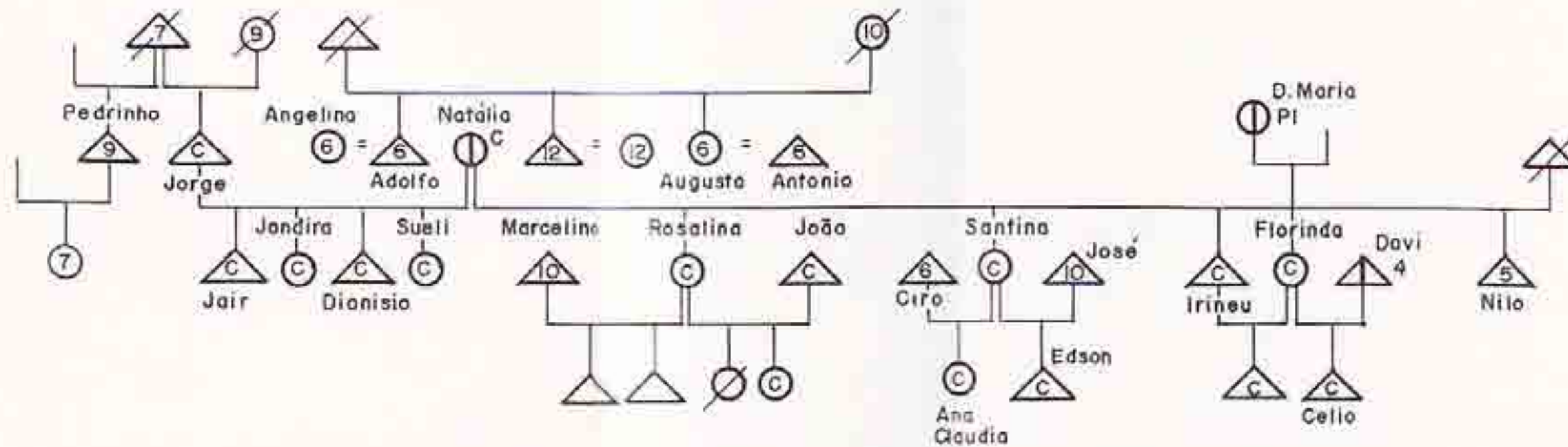
ALDEIAS :

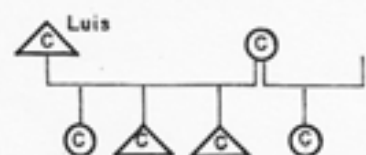
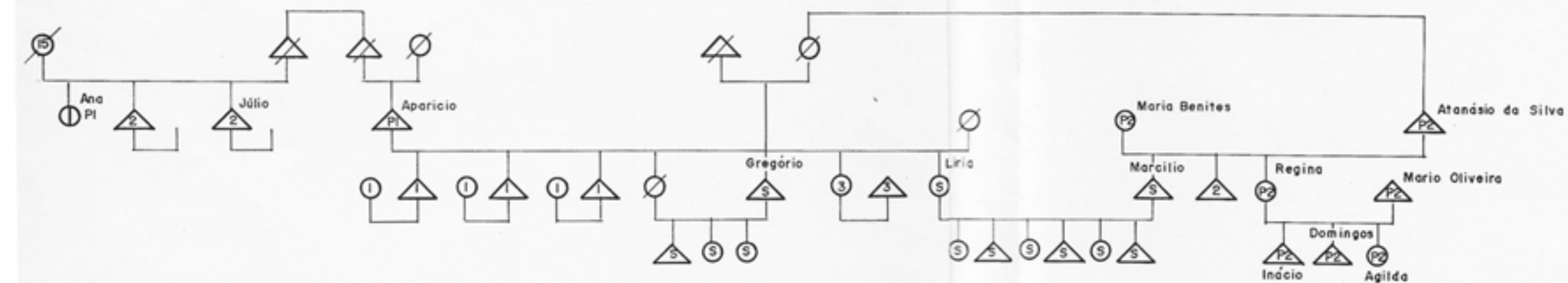
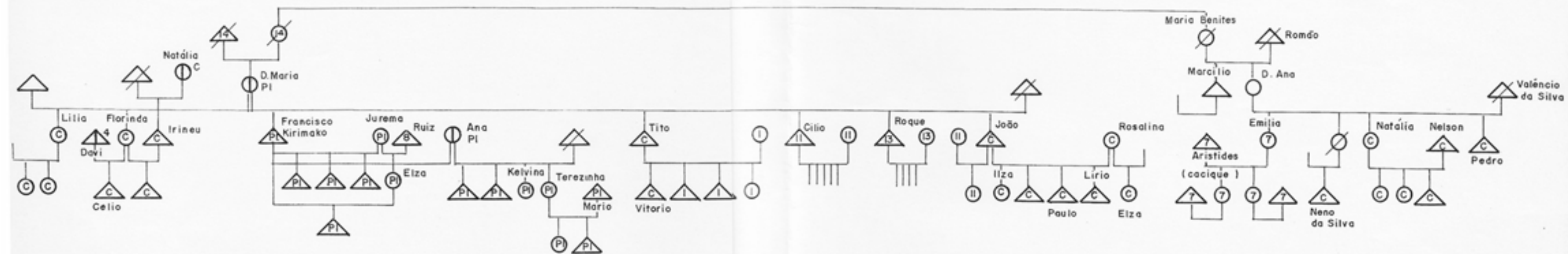
- C CUTINGA - Ilha da Cotinga - Município de Paranaíba - PR
- P1 PESCADA - Ilha das Peças - Município de Guaraqueçaba - PR
- P2 PEÇAS - Ilha das Peças - Município de Guaraqueçaba - PR
- S SUPERAGUI - Ilha do Superagui - Município de Guaraqueçaba - PR

- 1 ITAJAI - SC
- 2 OSÓRIO - RS
- 3 RIO BRANCO - SP
- 4 BARRAGEM - SP
- 5 BRACUI - RJ
- 6 ARACRUZ - ES
- 7 PALMEIRINHA - PR
- 8 RIO DAS COBRAS - PR
- 9 XAPECÓ - SC
- 10 IBIRAMA - SC
- 11 GUARITÁ - RS
- 12 VOTOURO - RS
- 13 Uruguai (próximo de Bagé - RS)
- 14 RIO RAJADO - Argentina
- 15 CAMAQUÃ - RS

Legenda

- | | |
|---|--------------|
|  | HOMEM |
|  | MULHER |
|  | FALECIDO |
|  | MESMA PESSOA |





IV – O TERRITÓRIO GUARANI

1. As fontes históricas

No século XVI os Guarani ocupavam o litoral a partir de Cananéia (SP) até o Rio Grande do Sul, e para o interior até os rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Conforme aponta Helène Clastres, o “seu território era limitado ao norte pelo Rio Tietê, a oeste pelo Rio Paraguai. Separado deste bloco pelo Chaco, vivia outro povo Guarani, os chiriguanos, junto às fronteiras do Império Inca”⁶¹. Esse território era então jurisdição da Província do Paraguai, integrava os atuais estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, além de parte do Uruguai e Argentina⁶².

Outras fontes⁶³, baseadas em pesquisas de campo e dados mais recentes, ampliam a ocupação Guarani no território brasileiro, incluindo o interior do estado de São Paulo, o litoral (do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo), além de alguns pontos no Maranhão, Pará e Goiás.

A Povoação Indígena do Araribá (município de AVAI, interior de São Paulo) foi criada em 1911 pelo Serviço de Proteção aos Índios e passou a abrigar os remanescentes Guarani-apapocuva que viviam na região. O plano de Nimuendaju de atrair e fixar os Guarani do litoral de São Paulo, Paraná e Mato Grosso para o P.I. Araribá não foi bem sucedido devido à grande resistência dos Guarani em lá permanecerem. Tampouco conseguiu impedir o movimento Guarani em direção ao litoral nem atrair os que já estavam fixados ao longo da Serra do Mar⁶⁴.

Somente em meados deste século a literatura etnográfica começa a registrar a presença dos Guarani no litoral sudeste.

Quanto aos Guarani que vivem hoje no Pará e no Maranhão, “bem além”

⁶¹ Helène Clastres, p.8.

⁶² Edgard de Assis Carvalho, p.5.

⁶³ Relatórios sobre os Guarani Mbya do espírito Santo para o Centro de Trabalho Indigenista, 1980, 1984, Lilia Valle.; - Levantamento áreas indígenas, CEDI e CIMI, 1980-1988; - Ladeira e Azanha, “Os índios da Serra do Mar”, 1987; -MBYA TEHOA, Inês Ladeira in São Paulo em Perspectiva vol. 3 nr.4, 1989; -EGON Schaden, 1974.

⁶⁴ Ladeira e Azanha, 1987 p. 15.

do que a história e a literatura etnográfica considera como sendo território de ocupação Guarani, não foram, ainda, alvo de estudos ou pesquisas que discutam as razões de sua presença nesses locais.

Se hoje é possível distinguir a ocupação e o território, coincidente ou não, dos diferentes sub-grupos Guarani da América, o mesmo não se sucedia com relação ao território original delineado pelos cronistas e pelos historiadores. Algumas tentativas de classificação dos grupos indígenas que habitavam a região foram feitas, mas, em geral, várias etnias eram agrupadas como sendo uma só nação e é possível que as disparidades de informações devem-se, além de razões históricas, também à complexidade e à natureza da ocupação das diversas etnias que viviam nas vastas matas inexploradas do continente sulamericano, ao contrário do que acontece hoje. Pode-se acrescentar ainda como fator de divergência, quanto as denominações atribuídas aos índios pelos colonizadores, o interesse que espanhóis e portugueses tinham em “ampliar” o território de seus aliados, Guarani ou Carijó e, em consequência, seu próprio domínio, sobrepondo classificações tribais, conforme suas próprias regras.

Essas indefinições perduraram entretanto durante séculos, o que dificulta pesquisas sobre o assunto, “A escassez de notícias dos mbya em território brasileiro deve-se em grande parte às imprecisões daqueles que entraram em contato com os grupos Guarani no século passado, notadamente no estado do Paraná; englobando todos os grupos como ‘Guarani’ e sem especificar diferenças dialetais não diferenciavam os mbya dos outros subgrupos Guarani”⁶⁵.

A menção ao Paraguai, Argentina, Uruguai, aos estados do Sul do Brasil e o litoral até o ES, como área possível, não transcende, pois, a área geográfica historicamente destinada aos “TUPI Guarani” através dos diversos autores.

Cadogan, que se ocupou da história de dirigentes religiosos que encabeçaram movimentos migratórios assim se pronuncia: “Creo que un estudio

minucioso de estos héroes que ingresaron en el Paraíso sin sufrir la prueba de la muerte, arrojaría mucha luz sobre las migraciones en busca de Para Guachú Rapytá – el origen del gran mar; y la YVY MARÃ EY – la Tierra sin mal, cuyas causas tuvieron un tanto perplejo a Nimuendaju. Todos ellos obtuvieron la gracia: i jaguyjé, en la era contempotanea ‘en esta Tierra’ como discen los Jeguaká-va y encabezaron migraciones ao Brasil, pues el ingreso ao Paraíso se hace cruzando el mar – Para Guachu”⁶⁶.

A viagem empreendida por Ulrich Shmidel, (mencionada no capítulo anterior), trouxe à luz informações e documentos interessantes. Ao contrário de Cabeza de Vaca, seu movimento se deu do interior para o litoral. Partiu, pois, de Assunção (Paraguai), com seus indígenas, pelas trilhas abertas e utilizadas pelos índios em seus movimentos migratórios em direção à costa, passando e parando em diversos aldeamentos.

O aldeamento do povo de “Biessaie” (Mbiazais), onde descansaram 4 dias, depois de penosas caminhadas, encontra-se segundo Schmidel no Rio Urquaie (=Uruguai), à 6 dias de viagem através de densa mata de Karieseba (=Carieseba)⁶⁷.

“O nome do povo dos ‘Biessaie’ ou ‘Riessaie’, encontra-se nos mapas espanhóis antigos a oeste da Serra do Mar, no território do atual Estado de Santa Catarina, ao norte do Rio Uruguai”. H. Plischke (1926,9) indica o nome deste povo no seu esboço de mapa para o relato de Schmidel, na zona entre as nascentes dos rios Iguaçu e Uruguai. Para a mesma zona, Romário Martins (1937, 45) menciona as tribos Tupi dos “Mbiazais”, que são idênticas às “Biessaie” e cujo nome os espanhóis aplicavam às tribos Tinguí”⁶⁸.

Francisco de Assis Carvalho Franco (em Staden, p. 67, 68, nota 86) cita o comentário de Moisés Bertoni acerca do fato de muitos autores considerarem

⁶⁵ Ladeira e Azanha, 1987 p. 16/17.

⁶⁶ Cadogan, 1952 p. 234.

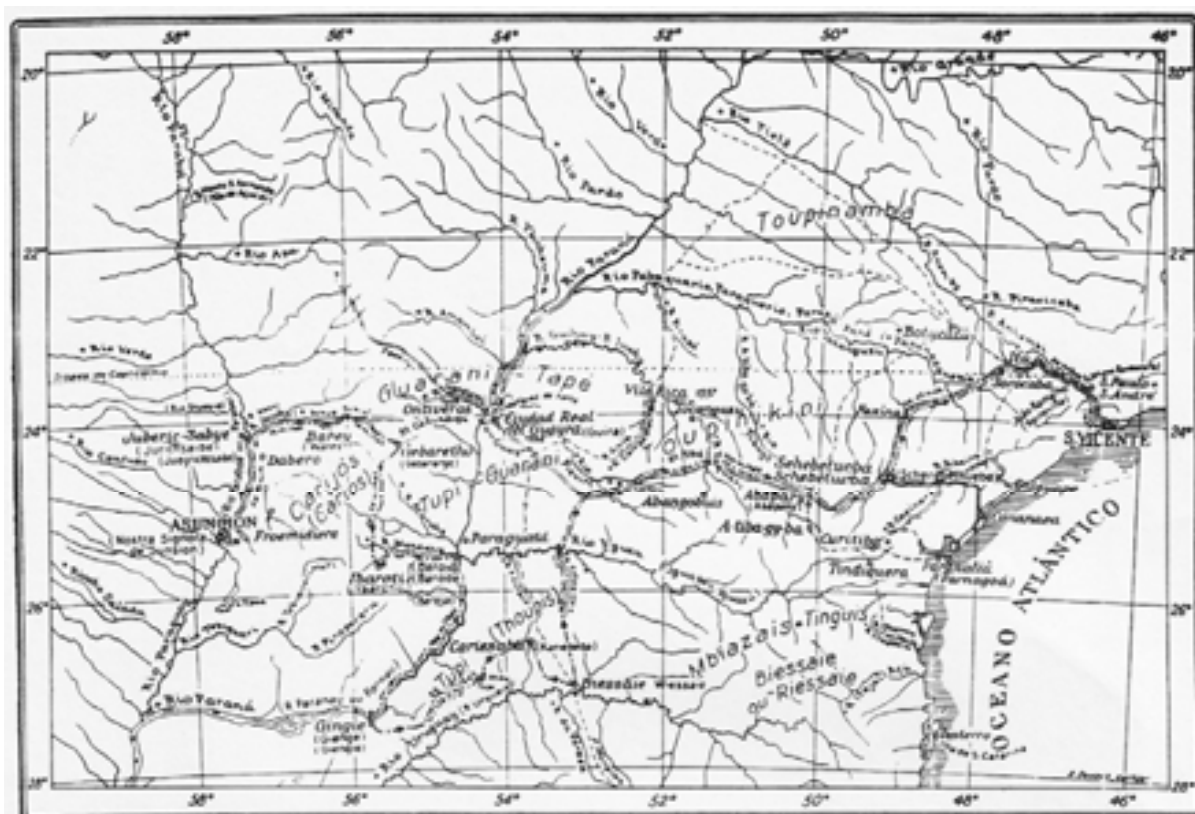
⁶⁷ Maack, 1981 p.31.

⁶⁸ Maack, 1981 p. 33.

como sendo o mesmo povo os Carijós e os Mbya, porque os primeiros tinham “sobre a Laguna de Los Patos, el puerto de mbiaca”. Este autor, entretanto, crê que se trata de povos diferentes e afirma que “os mbias, providos de Paraguay, penetraram fundo no Brasil e formaram o país de Mbiacá (Viaçá), que vinha desde o Paraguay até as cercanias de Cananéa, passando ao norte do Rio Iguassú”. A mesma nota faz menção à mapas antigos que “assinalam de fato essa região” e ao percurso de Ulrich Schmidel que atravessou o país dos Viaçás.

No capítulo V, que trata das caminhadas dos mbya pela “beira do oceano”, o narrador faz um esboço do que é o mundo mbya, a eles destinado e onde devem procurar seus “verdadeiros lugares”.

Essa história também “ensina” ao jurua que os mbya não reivindicam toda a terra que Nhanderu lhes destinou para suas caminhadas, em busca de seus “verdadeiros lugares”. Eles impõem a si mesmo, dentro desses limites geográficos um “limite” estratégico ou “eleição de áreas” através da orientação de Nhanderu. Esses limites, entretanto, são impostos a eles, mbya, e não aos outros povos que podem, por conseguinte, usufruir das vastas regiões de terra e cidades que lhes impróprias, e que circundam “seus” lugares e o “seu” mato.



ESBOÇO
do Itinerário de
ULRICI SCHMIDL
de sua viagem de Assunção a São Vicente,
de 26 de Dezembro de 1552 a 13 de Junho de 1553,
segundo a reconstrução de
Reinhard Maack

Escala
1:5.000.000

KARTENSKIZZE
des Reiseweges von
ULRICH SCHMIDL
von Asuncion nach São Vicente,
vom 26. Dezember 1552 bis 13. Juni 1553,
nach der Rekonstruktion von
Reinhard Maack

Legenda:
Peabiru ou caminho de São Tomé (Tronco)
(Caminho indígena pré-colombiano)
Ramal
Itinerário de Ulrich Schmidl
Viagem Fluvial

Zeichenerklärung:
Peabiru = pre-colombianischer Indianerweg (Hauptweg)
Nebenweg
Reiseweg Ulrich Schmidl's
Flussfahrt

Os nomes Schebetueba, Carissaba, Rio Itapuará e Rio Yaguazú foram extraídos do mapa n.º 67 do Atlas de Arnold Florentin van Langeren do ano de 1630.

Schebetueba, Guira, Rio Itapuará, Itenella e Itapuará: nomes consultados do Globo de Wallb. Jansenius Biege do ano de 1640. Schebetueba consta também no mapa de Henricus Hondius do ano de 1605 e de Joannes Janssonius de 1633.

Os nomes Juberiz-Jakye e Gungie provêm da mapa de Levis Mullius, do livro de Ulrich Schmidl do ano de 1553.

Os nomes entre parênteses correspondem à ortografia de Ulrich Schmidl. Os demais foram consultados de mapas antigos do século XVII.

Os nomes assinalados com uma estrela obedecem a ortografia moderna.

Die Namen Schebetueba, Carissaba, Rio Itapuará und Rio Yaguazú entstammen der Karte n.º 67 des Atlas von Arnold Florentin van Langeren aus dem Jahre 1630.

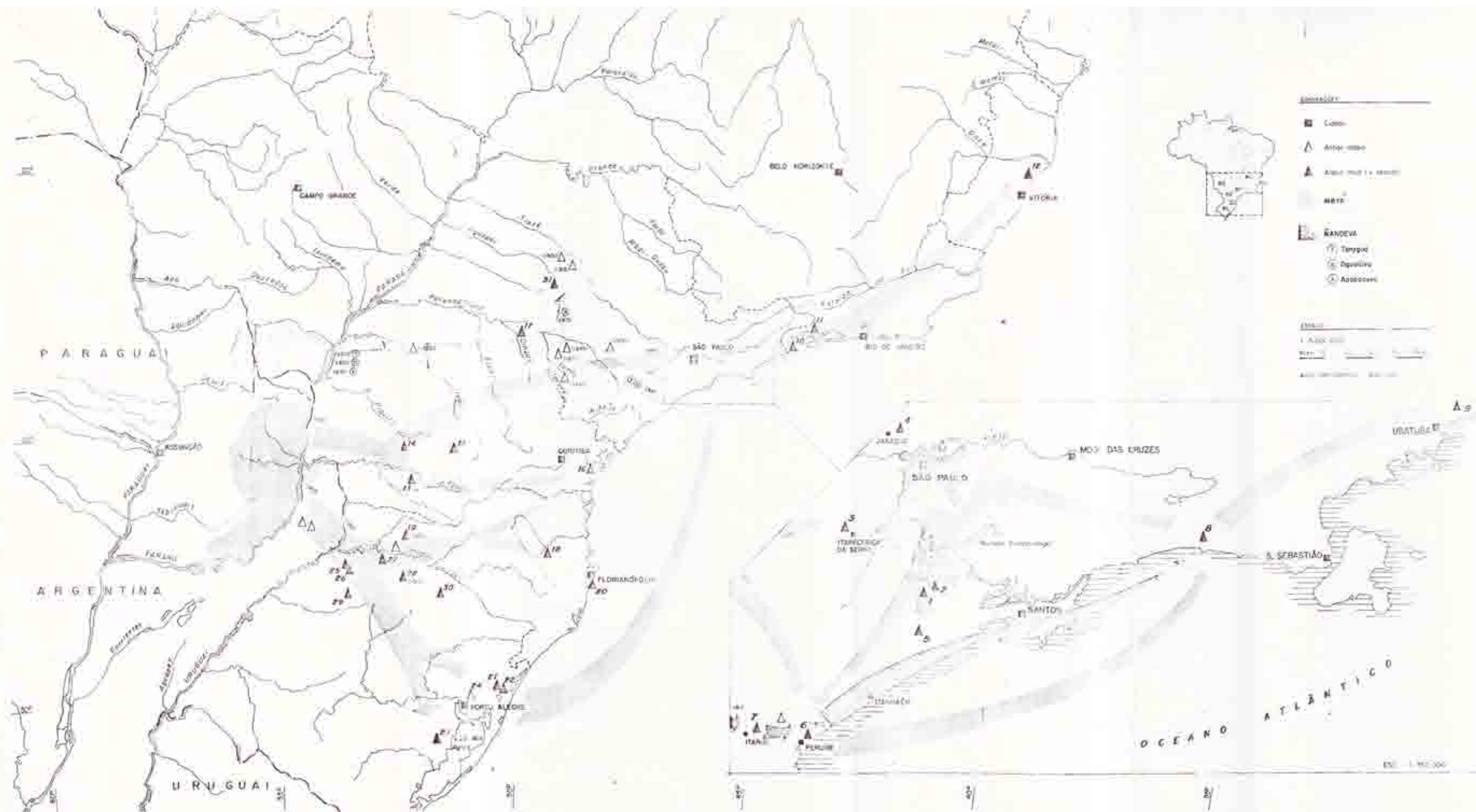
Die Namen Schebetueba, Guira, Rio Itapuará, Itenella und Itapuará entsprechen dem Globo von Wall Jansenius Biege aus dem Jahre 1640. Schebetueba ist auch auf den Karten von Henricus Hondius, vom Jahre 1605 und Joannes Janssonius, 1633, verzeichnet.

Die Namen Juberiz-Jakye und Gungie wurden der Karte von Levis Mullius, in der Ausgabe von Schmidl's Buch, aus dem Jahre 1553, entnommen.

Die Namen in Klammern entsprechen der Orthographie Ulrich Schmidl's, alle anderen aus allen Karten des 17. Jahrhunderts.

Die mit einem Stern bezeichneten Namen entsprechen der modernen Orthographie.

Retirado de Knack, 1981, n.º 34
fig. 7



MAPA HISTÓRICO DAS MIGRAÇÕES GUARANI PARA O LITORAL E LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS ATUAIS

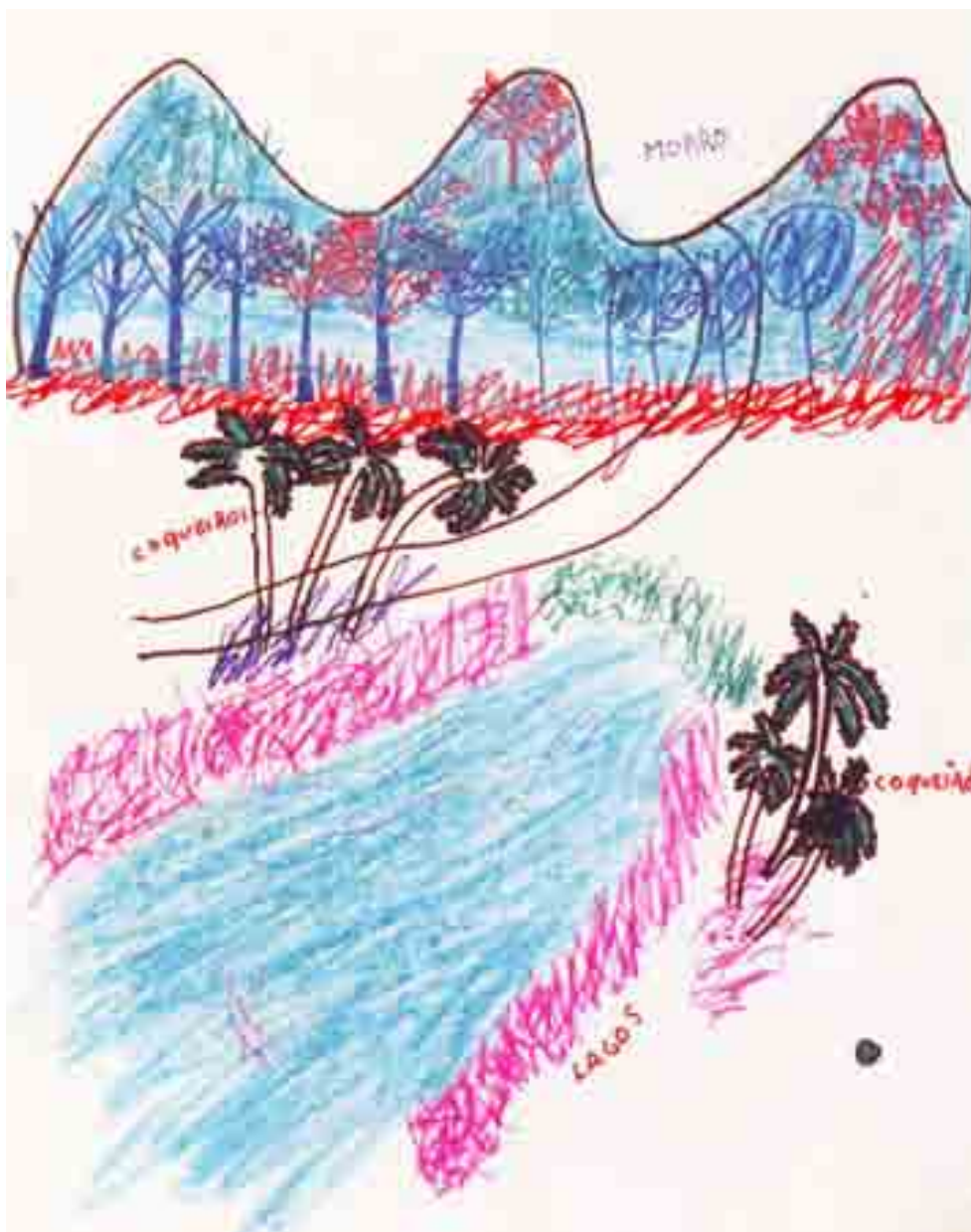
CTI - CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA
1986

ALDEIAS GUARANI MIRA E NANDEVA (LITORAL) NO BRASIL
(1986)

ALDEIAS GUARANI MIRA E NANDEVA (LITORAL) NO BRASIL	ESTADO	POPULAÇÃO
1 BARRAGEM (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	80
2 CRUCIUM	São Paulo	40
3 MBO MIRIM	São Paulo	50
4 JARAGUÁ	São Paulo	40
5 RIO BRANCO	São Paulo	40
6 BANANAL (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
7 ITARIRI	São Paulo	40
8 RIO SILVEIRA	São Paulo	40
9 SÃO VITO	São Paulo	40
10 BARRAGEM (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
11 BARRAGEM (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
12 SÃO JERÔNIMO	São Paulo	40
13 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
14 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
15 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
16 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
17 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
18 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
19 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
20 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
21 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
22 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
23 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
24 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
25 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
26 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
27 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
28 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
29 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
30 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40
31 SÃO JERÔNIMO (Aldeia de São Paulo)	São Paulo	40

V. OCUPAÇÃO MBYA NO LITORAL, SEGUNDO A SUA HISTÓRIA

“Os tupis da costa diziam que a alma dos bons, depois da morte, ai habitar além das montanhas azuis, em lugar maravilhoso, vedado aos traidores” .⁶⁹



Desenho de Mário Martins da Silva Guarani, 1986.

⁶⁹ Alcides d'Orbigny, in Romário Martins, 3a. ed. p. 108.





1. Introdução

A ocupação Guarani mbya no litoral leste e sul do Brasil antecede, em muito tempo, à chegada dos primeiros europeus.

Os primeiros mbya aí viveram, no “início do mundo”, num tempo em que só existiam os mbya. Essa história não sobrevive somente através da transmissão oral de gerações à gerações. Ela depende, também, de uma revelação ou iluminação a um dos “escolhidos”. Embora sempre tenha uma seqüência, ela nunca é revelada inteiramente, porque ela “não tem fim”, e pode sempre ser completada com outras revelações. Enquanto memória que ainda é vivida no presente, ela está intimamente associada com a razão de existir dos Guarani mbya.

Esse mito – mba’e ypy (“começo, origem de alguma coisa”), ou história, foi escrito em Guarani por Davi⁷⁰, jovem líder espiritual, que nasceu na aldeia da Barragem (mun. São Paulo, SP), tendo vivido em várias aldeias do litoral, entre as quais Cutinga (Ilha de Cotinga, mun. Paranaguá, PR), onde vive um dos seus filhos. Alguns comentários que figuram no texto estão inseridos na própria narrativa. Durante a tradução, que fizemos em conjunto, surgiram outras explicações complementares que procuramos colocar em destaque da narrativa original, embora elas não se diferenciem substancialmente dos comentários integrados à narrativa.

Alguns termos, como “origem”, “construção”, “revelação”, “iluminação”, “plenitude”, “oceano”, etc..., apareceram espontaneamente nesse e em outros mitos de origem narrados e traduzidos por Davi, embora ele não tenha anteriormente conhecido a obra de Cadogan (Ayvu Rapyta – texto míticos de los Mbya-Guarani del Guaira) nem outras traduções de discursos ou mitos Guarani.

Essa habilidade em trabalhar e traduzir conceitos em outro idioma (português, no caso) não decorre do domínio do português, que num diálogo corrente aparece quase sempre “pobre” e restrito. Parece que ela se dá em

função da riqueza de expressões “poéticas” da língua Guaraní tradicional que busca naturalmente similares nos outros idiomas. Os discursos e ensinamentos proferidos cotidianamente estão sempre vinculados aos “mitos” de origem.

Nessa narrativa não há menção explícita às aldeias do planalto paulista (Barragem, Mboi-Mirim, Jaraguá, Crucutu) nem a outros pontos importantes situados nas regiões apontadas, os quais estão inseridos em outras narrativas. A história da ocupação Mbya no litoral não se esgota, portanto, num único relato, nem num único indivíduo.

Entretanto, a ordenação dos fatos apresentados aqui coincidem com informes de outros Mbya.

A idéia de se fazer um recorte sobre a região do litoral paranaense que abordasse o significado da região para os mbya, tornou-se sem sentido, pois seria o mesmo que isolá-la de um contexto que propriamente a define.

Paranaguá, Iparavãpy para os mbya, aparece ainda no mito de origem das almas, ou da construção da sociedade mbya como sendo o primeiro lugar atingido pelos primeiros filhos concebidos pelas divindades. Iparavãpy é “a origem do mundo”, especialmente para aqueles Mbya cuja rota migratória se inicia no Paraguai, entra no estado do Paraná e atinge o litoral desde Paranaguá, ou para aqueles que, partindo do norte da Argentina, vão para o estado de Santa Catarina e alcançam o litoral a partir de Paranaguá. E mesmo para muitos que deixaram o norte da Argentina ou Uruguai, penetrando nos estados do sul do Brasil pelo interior, atingiram o litoral a partir de São Paulo (ver mapa de migrações em anexo).

O que é certo é que se Paranaguá é concebida como origem do mundo mbya, ela não é na direção sul do Brasil o seu limite. Assim, o litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul também se insere no conjunto dos espaços adequados à busca das áreas eleitas. Os movimentos migratórios dos mbya do Rio Grande do Sul tem sido realizados pelo litoral, a partir de uma das aldeias

⁷⁰ Davi Martins da Silva

desse estado, em Osório, para aldeias em Joinville ou Itajaí, no litoral de Santa Catarina.

Qual seria, então o “limite” do que chamamos de Território mbya no litoral? Se Paranaguá é “origem” mas não divisa (que na direção do sul pode se estender até o RS), no sentido contrário qual é o limite?

No mito sobre a “construção da sociedade mbya”, a aldeia Boa Esperança, no Espírito Santo, já aparece como sendo yvy apy, o final do mundo, ou seu extremo.

Quando da tradução da história sobre a ocupação mbya no litoral, indaguei sobre o que existe além da aldeia de Aracruz (município do ES onde se situa a aldeia Boa Esperança), a resposta, repetida várias vezes, era a de que lá era “o fim do mundo”. Era a extremidade do mundo mbya de onde, da beira do oceano, só seguiriam para atravessar suas águas e alcançar yvy maraëy (a terra sem mal).

O que até então parecia obscuro e que cada vez se delineia mais claramente, a partir do desenho dos movimentos migratórios e da mobilidade mbya em função das relações sociais, é que o mundo possível de se encontrar “lugares verdadeiros” ainda é aquele reconhecido pelos historiadores (Paraguai, norte da Argentina, Uruguai, sul do Brasil) estendendo-se às encostas da Serra do Mar⁷¹. Fora desses limites, o mundo “não existe”⁷², o que resta de “terra” foi destinado às outras nações que chegaram depois, como dizem: “os brancos, os tupiniquins... (talvez numa alusão à área tupiniquim contínua a aldeia Guarani Boa Esperança, dentro da mesma reserva indígena).

Embora o espaço reservado às suas caminhadas ocorra nas mesmas regiões geográficas, não é toda ela fruto de suas reivindicações. Os lugares revelados por Nhanderu ao dirigente do grupo são aqueles que apresentam

⁷¹ Pelo menos conforme a concepção mbya vigente. Quem sabe se num futuro próximo eles não serão compelidos a extrapolar esses limites em busca de novas possibilidades de sobrevivência?

⁷² No Litoral, hoje, não se têm conhecimento de aldeias mbya acima de Aracruz (ES).

qualificações específicas e que foram guardados pelos “antigos avós” para os mbya. Sobre esses reivindicam exclusividade. Assim é perfeitamente possível que o Juruá possa compartilhar e viver na terra como “vizinho” de suas últimas áreas eleitas, apesar de desaprovarem o modo como o Juruá usa a terra. (Ladeira e Azanha, 1987, p.24).

2. A História e sua explicação

“Quando Nhanderu Tenonde (nosso Pai primeiro) construiu esse mundo, ele disse:

‘Esse mundo não durará muito tempo. Meus filhos que vão estar no mundo⁷³ vão ter que se separar. O mundo é muito grande. Por isso que se separar em, mais ou menos, três famílias, e deverão caminhar (oguata)’. Então, do começo do mundo (yvy apy) vieram andando, procurando seus lugares, seus verdadeiros lugares. Vieram do começo do mundo e andaram pela beirada do oceano (yy eẽ remberupi meme) para encontrar o fim do mundo (yvy apy).

Eles andaram sobre as águas e ficaram no meio das águas (yy pau rupi) nas ilhas (paracupe). Eles andaram para o bem. E se separaram, cada um com suas companheiras, cada um com suas famílias.

Eles andaram e atravessaram as águas, parando sempre no meio do oceano. Então deixaram as ilhas para nós, filhos caçulas⁷⁴ (ay apyre), para vivermos nesses lugares.

Quando eles vieram, eles passaram onde hoje se chama Argentina, Uruguai, Paraguai. Depois vieram para esse mundo (Brasil). Então vieram para este meio do mundo (yvymbytere). Então começou a caminhada para a beira do oceano. E foram fundando vários lugares para depois “serem cidades” (tentã). Passaram em Curiyty⁷⁵ (Curitiba) e pararam algum tempo. Ali se separaram. Alguns desceram pelo mato, em direção ao mar, à procura de seu lugar. E encontraram Opavãpy ou Iparavãpy⁷⁶ (Paranaguá). E, de novo, se separaram naquele lugar.

E de lá foram para as ilhas (yva paũ = ‘espaço’ no céu, ou yy paũ = ‘espaço’ entre as águas), no meio do oceano.

Este mundo foi feito para nós todos. Foi para todos nós usarmos que nosso Pai deixou. Pois nós estamos no mundo para sermos acabados pelos brancos. Nhanderu (nosso Pai) fez o mundo para todos. Os brancos não devem ter ciúmes dos matos, pois nós não vamos fazer mal aos matos, pois nós não vamos ficar igual aos brancos, pois nós não vamos fazer mal à nós mesmos. E nem os brancos devem fazer mal a nós. Pois assim, fazendo mal a nós mesmos, vamos errar para Nhanderu. E nosso corpo seria comprado pelo mal. E nós mesmos já não vamos saber como viver.

⁷³ *Só os Mbya haviam sido gerados.

⁷⁴ Os “filhos caçulas” são os Mbya que vivem atualmente neste mundo.

⁷⁵ Curiyty = pinhal.

⁷⁶ Opavãpy = a ponta da terra (o início do destino). Apy = extremidade. Nesse sentido, é o fim de uma coisa, início de outra. Iparavãpy = no mar, o fim da terra, o início do destino.

Quando nossos irmãos mais velhos (nhanderykey) se separaram em Opavãpi, cada grupo se repartiu entre as ilhas. Alguns foram para Jacutinga⁷⁷ (Ilha da Cotinga), alguns foram para Eiretã⁷⁸ (Ilha do Mel), algumas famílias foram para Piragui⁷⁹ (Superagui), para todas as ilhas. Alguns daqueles que se separaram em Curiyty desceram também até a beirada do oceano. Então pararam de novo num lugar onde encontraram uma fonte d'água, boa de beber, num lugar muito limpo, Oyguarã⁸⁰ (Iguape). Então, limpavam ainda mais o lugar dessa água e lá ficaram muito tempo. Passou muito tempo, as crianças já ficaram como os adultos. As meninas ficaram adultas. Os meninos ficaram como os adultos, pois eles já sabiam todos os acontecimentos. Então, eles seguiram o mesmo caminho de seus antepassados (ivaguyjevy), daqueles que tinham a plenitude, daqueles que alcançaram Yvyjuporã, a terra perfeita.

Então, alguns subiram montanhas. Eles vieram pelas montanhas. No alto das montanhas eles paravam. Paravam nos lugares planos onde poderiam ficar por algum tempo (“yvy au rupi opyta pyta aguéma”).

Nós, todos nós, desde antigamente, “andamos para o bem” (oguata porã), iluminados por Nhanderu. E, antigamente, Nhanderykey (nossos irmãos mais velhos) não tiveram dificuldades. Não havia fome, nem doenças, antigamente. Estavam em plenitude e não sentiam nenhum mal em seus corpos, pois só seguiam os ensinamentos de Nhanderu. Pois não comiam as coisas deste mundo, não comiam sal. Eles comiam milho, caguyjy (chicha de milho). Todos os nossos antigos avós, nossos avós, nossos avós antigos paravam onde o lugar era nosso, Nhanderekoa. Onde eles chegavam, onde recebiam a iluminação ficavam o tempo certo para produzirem seus alimentos.

Nossos avós descobriram esses lugares, pois eles andavam pelo mundo, pela beirada do oceano.

Mas eles não andavam por si mesmos. Eles andavam pela iluminação de Nhanderu (omoixacã). Eles vieram do começo do mundo. Nhanderu deu a iluminação e falou para que eles cumprissem os seus ensinamentos. E eles cumpriram o que Nhanderu falou. E em cada lugar que paravam eles deram um nome.

Pois os brancos não sabem mesmo a verdade. Eles falam mal de nós. Porque a nossa terra, Nhanderu deu para nós e Nhanderu não quer levar nada de troco. Mas se ele quiser, ele destrói o mundo que queimado (oapy) ou mandando água (yy ombou). Por isso, o lugar onde fazemos nossas aldeias é para nós. Se os brancos, se as autoridades entendessem, veriam que nós temos esse direito, o direito de vivermos nesses lugares. Pois essas cidades antigas, na beira do mar, foram descobertas por nossos avós, e os brancos já querem vender.

⁷⁷ Jacutinga – ave (jacuí) que havia muito nesse lugar e que é mais alimento gerado por Nhanderu para os Mbya.

⁷⁸ Eiretã – “lugar” de mel, muito mel.

⁷⁹ Piragui – sereia.

⁸⁰ Oyguarã – fonte de água boa. Depois de um tempo, os nhanderykey que lá viviam chamaram o lugar de nhande ygua (nossa fonte de água). Esse lugar será chamado pelos brancos de Iguape.

Depois, alguns dos nossos antigos avós andaram para outro lugar. Então, chegaram num lugar encontraram um pássaro marrom “Biguarãpy”⁸¹ (biguá). Lá pararam mais ou menos três anos e saíram todos por cima dos morros, procurando novos lugares, guiados pela iluminação. E onde não dava, onde a terra não dava para ficarem (não era boa para as plantações), saíram todos para lugares melhores. E alcançaram a terra onde tem muitas pedras Itarentapy ou Itaryryi⁸² (Itariri). E lá pararam de novo. E aqueles que andaram, chegaram num lugar onde disseram: vamos subir Itanhae⁸³ (Itanhaém). E ali eles ficaram. E dali muitos alcançaram o seu destino, yvyjuporã (terra perfeita). E eles, de novo, se separaram, e muitos entraram pelos matos.

As almas das crianças que morreram nas caminhadas ou nas paradas é que vão avisar, mais tarde, aos brancos, a alguns brancos (aos padres, por exemplo), o nome do lugar para que sejam fundadas as cidades. O corpo das crianças mortas podem ter sido enterradas nesses locais ou ter sido levadas por Nhanderu.

Os lugares planos entre as montanhas perto do mar (Serra do Mar – yvy jocoã – impedimento, cerca, terra que cerca o mar) são essas cidades de hoje que nossos avós antigos paravam durante as caminhadas. Esses lugares onde estão as cidades são sagrados, onde passaram e pararam muitas famílias. Mas onde a terra não servia para as plantações, então poderiam servir para o branco. Mas, desses lugares, muitos avós antigos alcançaram Yvyjuporã e ainda podem fazer isso, apesar de existirem cidades.

Nosso pai verdadeiro diz: - ‘onde existe um lugar que serve aos índios (aos Mbya), será deles: o mato’. A beirada do oceano, a beirada do oceano é que foi conhecida por nossos avós antigos. Para nós, filhos caçulas (a’y apyré), para nós hoje está sendo muito difícil poder ficar nesses lugares. E foram nossos avós antigos que descobriram esses lugares. E até hoje, onde é sagrado, não está sendo revelado para os brancos. Nhanderu está escondendo dos brancos, pois ele

⁸¹ Biguarãpy- lugar do pássaro marrom.

⁸² Itarentapy ou Itaryryi- lugar onde tem muitas pedras.

⁸³ Itanhaê - Vamos subir as pedras (nós, em cima das pedras). Este lugar é para os Mbya “muito sagrado”. Dali vários já alcançaram o yvy juporã, e outros foram para onde é a aldeia do Rio Branco e para Guapiu).

deixou, aqui na Terra, para nós, seus filhos caçulas, nos alimentarmos do mato. Algumas criações de Nhanderu (Mymbai), para nós, seus filhos, são: jacú (Jacutinga), uruí (pássaro), pindó (palmeira), eí (mel), jety (batata-doce, cara), coxii (porco do mato), jaracaxia (fruto silvestre jaracatia), guavira (guabiroba). Estas são criações de Nhanderu.

Pois agora, nós que somos seus filhos caçulas, não conseguimos usar as coisas que Nhanderu deixou. Nhanderu diz: ‘Quem se lembrar de mim, vai alcançar com seu corpo’. Mas hoje em dia as coisas, para seus filhos caçulas, estão muito difíceis.

Onde eles paravam, as crianças já ficavam adultas, os meninos já sabiam tudo, então eles de novo andavam. Das pedras onde eles estavam (Itanhaem), eles saíram de novo e continuaram seguindo à beira do oceano. Então, eles chegaram no lugar que agora já é chamado pelos brancos de Santos. Eles não pararam por lá, passaram (alguns lugares eles só paravam para descansar). Onde eles foram parar mesmo, chamaram o lugar por Para⁸⁴ (Parati), e mais para dentro do mato chamaram Para Miri⁸⁵ (Parati Mirim). Nesse lugar verdadeiro existem as criações de Nhanderu (Nhanderumymbai).

No mundo existem vários Amba (lugares que Nhanderu deixou para as suas criaturas viverem, conforme seu modo de ser). Nhanderu tem também seu Amba, onde vive.

Cada bichinho tem a sua parada preferida. Até os micos (ca ‘i miri’) tem. E os amba dos animais, no mundo, são sempre separados. Os macacos (ca ‘i’) são separados, os micos são separados. Guyra Amba (amba dos pássaros); no amba dos pássaros vivem todos os pássaros juntos (os pássaros criados por Nhanderu).

Onde existe amba, os bichos não abandonam. Eles saem, vão à procura de seus alimentos, mas sempre voltam para o seu lugar. Os macacos, os bichos, onde andam têm filhotes, como nós, mas sempre acabam procurando o seu lugar:

⁸⁴ Para = “encontro com o mar” (segundo a tradução de Davi).

⁸⁵ Para Miri = “encontro com pequeno mar” (segundo a tradução de Davi)

Para Guaxu se refere ao mar. Yy eẽ também se refere ao mar como água salgada.

Pois em Para Miri, onde eles pararam, as meninas e os meninos já ficaram como adultos. Alguns voltaram para trás para encontrar seus próprios parentes mais fracos que ficaram para trás, também a procura de seus lugares. E os que voltaram para trás, se encontraram no lugar onde deixaram seus próprios parentes, reunindo-se com eles e entrando pelos matos. Alguns faleceram no lugar onde pararam. Alguns atravessaram o oceano. Os que voltaram atrás foram dando nomes à todas as coisas e animais. E em cada lugar que passavam. Davam o nome dos bichos e das coisas que haviam no lugar. Onde eles viram Yguaxu⁸⁶ (Ubatuba) deram esse nome à cidade (Tetã) que depois vai ser chamado pelos brancos de Ubatuba. Depois eles se separaram, indo mais para dentro do mato. Alguns continuaram. Onde eles viram uma cobra enorme que sempre ficava num buraco no meio do caminho, onde eles passavam, eles deram o nome de Mboicua⁸⁷ (Boiçucanga). E alguns que foram para os matos procurando outros lugares e encontraram seus verdadeiros lugares⁸⁸.

Aqueles que saíram de Para Miri (Parati Mirim) seguiram para frente e chegaram em Tangara (Angra dos Reis). Nesse lugar, Tangara Amba, existia muitos desses passarinhos. Então, quando Ijaguyje (aqueles que estavam em plenitude) chegaram nesse lugar, conheceram mais um lugar para seus filhos caçulas (Itatinga)⁸⁹. E os mais valhos atravessaram o oceano. E os que ficavam, sempre tinham Yvyraiija (líder espiritual que dirige o grupo, o dono da varinha), que ordenava a caminhada pela beira do oceano. Deixaram Tangara, que vai ser chamada pelos brancos de Angra dos Reis. Então, depois de muito tempo ali, seguiram o seu caminho e foram até o lugar chamado Yvy Apy⁹⁰ (Aracruz, ES), fim do mundo, onde pararam. Desse lugar não puderam mais prosseguir. De lá, só seguiram aqueles que atravessaram o oceano (yy ee) e atingiram yvyjuporã. Os que ficaram guardaram o lugar para nós, seus filhos caçulas.

Antigamente, Nhanderu été, o pai verdadeiro, disse: ‘A Terra é para todos, nenhum de vocês deve ter ciúme da Terra’.

⁸⁶ Yguaxu- “riacho Grande”. O local onde está a cachoeira do Rio Pró-Mirim (Ubatuba), próximo à aldeia Mbya que recebeu o nome de Puru Mirim (estalo pequeno. Essa expressão, em Mbya, refere-se ao estalar de ossos).

⁸⁷ Mboi Cua – “buraco de cobra”. Esse buraco de cobrar está situado próximo à Boiçucanga, “perto da praia, nas rocha, é um buraco enorme”.

⁸⁸ Refere-se, aqui, onde hoje é a Aldeia do Rio Silveira.

⁸⁹ Aldeia de Itatinga – Bracui – Angra dos Reis, RJ (Tangara).

⁹⁰ Yvy Apy = fim do mundo, extremidade do mundo. Refere-se à aldeia Boa Esperança, no mun. de Aracruz (ES).

Ara cruxu = “Cruz no meio do dia”, segundo a tradução de Davi. Essa cruz não é a cruz dos cristãos.

3.Acontecimento em Superagui

“Quando as pessoas se separaram em Opavãpy, cada grupo se repartiu entre as ilhas. Alguns foram para Eiretã (Ilha do Mel), alguns foram para Jacutinga (Ilha da Cotinga), alguns foram para Piragui (Superagui)... E nesse lugar, quando tentavam atravessar o mar, havia uma mulher, fraca demais, prejudicando a passagem do grupo para a terra de Nhanderu. Ela, por ser muito fraca, não conseguia passar pelas provas⁹¹. Então não adiantava acompanhar o grupo, então sua alma sozinha foi ao encontro de Nhanderu, e seu corpo foi comprado pelo mal. Então o corpo dessa pessoa feminina foi comprado pelo mal e aí aconteceu uma coisa que não deveria acontecer. O corpo dessa pessoa feminina virou outra coisa. Então, o corpo da pessoa, que virou outra coisa, foi deixado naquele lugar. Esse corpo foi comprado pelos peixes para ser sua “rainha”. E se chamou Piragui⁹².

Os mais velhos contam esse caso muito antigo, que causava medo: “Piragui precisava de um acompanhante. Um homem teve um filho, mas quando esse filho estava na barriga da mãe, o pai sempre ia pescar. Piragui tomava conta dos rios pequenos e da grande água, de tudo, e ela tinha ciúmes das águas que eram limpas e bonitas. E ela tomava conta dos peixes e não queria que os homens estragassem, sujassem e não queria que os homens judiassem dos peixes. Ela dava só alguns peixes aos homens, só os que podia. Então, quando o homem não conseguia pescar o peixe, ele sujava a água, fazia cocô nas águas, de raiva, sem saber que Piragui existia ali. Então, um dia quando ele fazia isso, Piragui deu um tapa na bunda dele, e disse: ‘Você suja a água que para mim é o meu lugar (Piragui Amba). Seu filho está para nascer, então, se você quer peixe, você dá o seu filho pra mim, e eu te darei peixe em troca’.

E deu bastante peixe. E o homem levou para casa e, chegando lá, disse à sua mulher:

⁹¹ Refere-se às provas de Nhanderu, como jejuns prolongados, danças, rituais, abstinência sexuais, etc..., necessidade para se alcançar o “aguyjé” (a plenitude).

-‘Eu já pesquei bastante peixe, e agora não vou mais pescar nesse rio. E não contou à esposa o acontecimento. Depois que seu filho nasceu, o homem não foi mais pescar, nem andou à beira do rio. Depois que a criança cresceu, Piragui não esqueceu do trato com aquele homem.

E quando o filho já estava adulto, e não sabia do acontecimento, seu pai já tinha se esquecido do trato com Piragui. Então, o filho foi pescar. E Piragui já estava esperando. Então, quando o rapaz chegou no rio, Piragui pegou ele e levou para o fundo do mar (yyguyre).

O filho sumiu, e o pai e a mãe não sabiam como ele tinha desaparecido. Mas as famílias comentavam o jeito como ele sumiu, pois tinha um yvyraiia (guia religioso) muito forte naquele grupo.

Então, o pai daquele rapaz se lembrou e pensou:

-‘Fui eu que errei, fui eu que vendi meu filho para Piragui. E, chorando, ele disse assim: - Minha esposa, fui eu quem vendi, pois naquele tempo que meu filho estava para nascer, eu sempre ia ao rio, mas não pegava peixe. Por isso eu fiquei bravo e fiz cocô no rio. E Piragui veio e me bateu...’ E contou o caso para a mulher.

E o pai e a mãe do rapaz sumido se desesperaram e foram contar o caso para o yvyraiia que era forte e já sabia do acontecimento.

Então, yvyraiia fez uma reza (oporaiei) muito forte e pediu para Nhanderu (o pai lá de cima) para que mandasse mais força para ele, yvyraiia. Então fizeram uma casa grande, uma opy (casa de rezas), na beira do rio onde o rapaz desapareceu. E aí, nessa casa, rezaram, cantaram e dançaram todos juntos. Fizeram isso três dias (mboapy ara), sem parar. No quarto dia (irundy ara) Piragui apareceu, entrou nessa grande casa. Apareceu dançando e cantando (rezando como os mbya) e ao mesmo tempo, o rapaz que ela tinha levado, ela carregava preso ao seu corpo numa tipóia de carregar criança (jeaxa).

Os parentes do rapaz viram ele grudado em Piragui, mas ele estava vivo.

⁹² Piragui = sereia.

Quando ela entrou na casa, dançou, dançou, dançou, e de cansaço, pelo fogo, pelo calor do bem do yvyaija, ela caiu. Ele soltou o rapaz.

Então, quando ela voltou a si, se assustou, mas não falou nada e foi embora para seu lugar pela força do yvyraiia. E nunca mais voltou.

Pois esta é a origem da força dos yvyaija de libertar as pessoas que são atingidas pelo mal, que sofrem doenças causadas pelo mal dos outros.

E depois de muito tempo, quando o braço já se espalhava pelo mundo, quando o branco descobriu esses lugares, esses lugares já tinham seus nomes. Então, naquele lugar, que hoje os brancos chamam Superagui, o corpo de uma pessoa feminina se transformou em Piragui, a rainha dos peixes, que até hoje existe pelos grandes rios dos oceanos. E até hoje se tem medo disso.

Então, todas as ilhas, de primeiro, foram habitadas pelos índios. Então, até hoje, o brancos devem reconhecer os índios como os primeiros habitantes. Depois dos índios, os primeiros habitantes brancos foram pescadores”.

“Nada mais, dentre a totalidade das coisas⁹³,
inspira valor em meu coração,
Nada mais me dirige às normas futuras de minha existência.
E o mar maléfico, o mar maléfico,
tu não fizeste com que eu o atravessasse, eu, ...

Aqui está: a propósito dos poucos numerosos que permanecem,
eu faço ouvir minha lamentação.
A propósito desses, de novo eu questiono...

...os destinos à terra indestrutível, à terra eterna que nenhuma
pequenez altera,
todos esses, tu fizeste com que em verdade eles questionassem,
outrora, a propósito das normas futuras de sua própria existência.
E certamente, eles as conheceram em sua perfeição,
outrora.

E se, quando a mim, minha natureza se liberta de sua costureira
imperfeição,
se o sangue se liberta de sua costureira imperfeição de antanho:
então, certamente, isso não provém de todas as coisas más,
mas de que meu sangue de natureza imperfeita,

⁹³ Trechos do discurso publicado em Clastres, Pierre. “A Sociedade contra o Estado”, 1978. O texto integral foi recolhido em junho de 1966 no leste do Paraguai e traduzido por Leon Cadogan e Clastres.

minha carne de natureza imperfeita,
se mexam e expulsem para longe deles sua imperfeição.

É por isso que tu as pronunciará em abundância, as palavras, as
palavras
da alma excelente,

para aquele cuja face não apresenta nenhum sinal⁹⁴.
Tu as pronunciarás em abundância, as palavras,
Oh! Tu, Karai Ru Ete, e tu, Karai Chy Ete,
para todos os destinados à terra indestrutível, à
terra eterna,
que nenhuma pequenez altera,
Tu, Vós!”

⁹⁴ “Isto é, para aquele que recusa o batismo cristão” (conforme nota em Clastres, 1978, p. 117).

3. Dados complementares sobre a toponímia regional

Os significados dos topônimos aqui apresentados foram extraídos de alguns autores e dos próprios Guarani-Mbya que se ressentem das deformações e deturpações do sentido dos nomes originais, atribuídos aos locais pelos seus antepassados. Desconsiderando as denominações dos outros povos da família Tupi-Guarani que também viviam na região, na época da Conquista, os Guarani-Mbya, tampouco levam em conta que as corruptelas lusas tenham se originado da língua dos outros povos da mesma família.

Paranaguá:

1) PARANA na etimologia tupi é “rio grande” e GOA “redondo”. Assim, Paranaguá ou melhor PARANAGOA pode ser traduzido por “rio grande e redondo como uma lagoa”. (Nascimento Junior, 1980 p. 36.)

2) PERNAGOA seria o “gracioso nome dado pela raça audaz” que quer dizer “grande mar redondo”. Com o passar do tempo “sofreu a corruptela de PARANAGUÁ (PERNAGOÁ – PARNAGOÁ –PARNAGUÁ, PARANAGUÁ)” (Manoel Viana, 1976 p. 11)

3) PARA NÃ GUÁ era o nome com que os Carijós nativos denominavam a paisagem das baías de ingresso. Significa “baía parecida com o mar”. A mesma tradução se aplica à baía da Guanabara, no estado do Rio de Janeiro: Guá Nã Para. Portanto, o significado é “baía do mar”. (Maack, 1981 p. 40)

4) IPARAVÃPY: No mar, o fim do caminho e o início do destino: Esta é a definição dos mbya para a região. Paranaguá seria uma deformação do nome original feita pelos brancos. PARANAGUÁ, numa tradução literal do Guarani

seria “do Paraná”, ou “lugar do Paraná”. Paraná seria uma corruptela de “IPARAVÃ”.

Guaraqueçaba:

1) GUARAQUEÇABA: Na língua Tupi quer dizer “lugar das aves guarás”. Guará é o nome de dois animais: um, do mar, ave de plumagem vermelha; outro do mato. (Julio Alvar, 1979 p. 5)

2) GUARAQUEÇABA: Os mbya fazem a analogia desse nome não às aves, e sim ao “aguará'i” ou cachorro do mato (pequeno guará) que vive nessa região, inclusive na Ilha da Cotinga.

Cotinga:

1) COOTINGA quer dizer, na língua Tupi “lugar (casa) de brancos” tendo sido assim denominada pelos carijós a ilha onde se instalaram os primeiros povoadores vindos da Cananéia. (Manoel Viana, 1976).

2) COTINGA; é o nome Guarani de uma árvore de frutas silvestres que se encontra na Ilha do mesmo nome. Para os Mbya a tradução acima não faz sentido.

3) JACUTINGA: Esse é o nome original do lugar em razão da existência de muitas dessas aves de nome “JACU”, na região. De Jacu teria se derivado “JACUTINGA” que depois seria abreviado para “CUTINGA”. Essas aves, um bom e apropriado alimento para os mbya, não são vistas na ilha, conforme o depoimento do atual ‘cacique’, há cerca de um ano.









VI – ASPECTOS DA OCUPAÇÃO MBYA NAS ILHAS COTINGA, PEÇAS E SUPERAGUI E SEU RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO ENVOLVENTE.

“... O homem pobre neste abençoado paiz possuindo unicamente hũa espingarda para caça silvestre e hum anzol para sua pescaria, bem pode subsistir com o sustento vegetal que a natureza por toda parte lhe offerece no centro dessas mattas; ali acharão madeira para fazerem suas habitaçoens, a palha para as cobrir do tempo; o sipó, a embira, o tucum, o caraguatá, e a taguara huns para fazer atilhos, outros para fiar e fazer cordeame, linhas e redes de pescaria, çestos, balaies para o uzo de seus misteres. Hé portanto o solo do Município de Paranaguá, igual a este Paraizo de Eden, que os poetas nos pintão, o Supremo Arbitro da Natureza quis collocar no mundo e mostrar o grande poder de sua grandeza⁹⁵.”

Vieira dos Santos em seu “Memória Histórica” faz um levantamento minucioso das espécies vegetais e animais da região.

As espécies vegetais, animais, a hidrografia, o relevo que compõem a Mata Atlântica fazem parte do universo material e espiritual Guarani. Quando eles “partem em busca de seus verdadeiros lugares”, a orientação divina para o assentamento das famílias se dá em consonância também, embora não de forma exclusiva, com os recursos naturais existentes, e as condições para o sustento do grupo. Por isso as matas, cada vez mais raras, vão se tornando mais significativas para os Mbya.

“... a busca da ‘terra sem mal’ e de uma ‘terra nova’ estrutura marcantemente seu pensamento e suas vivências; a ‘terra sem mal’ é síntese histórica e prática de uma economia vivida profeticamente e de uma profecia realista, com os pés no chão Animicamente, o Guarani é um povo em êxodo, embora não desenraizado, pois a terra que procura é a que lhe servirá de base ecológica, amanhã como em tempos passados. Durante os últimos 1500 anos – período em que as tribos Guarani podem se considerar formadas com suas

⁹⁵ Vieira dos Santos, 1850, p. 90. É bom lembrar que quando escreveu sua obra, em 1850, Guaraqueçaba fazia parte do município de Paranaguá tendo sido desmembrada em 1880. Portanto a referência à Paranaguá abrange ambas as regiões.

características próprias – os Guarani se mostraram fiéis à sua ecologia tradicional, não por inércia, mas pelo trabalho ativo que supõe a recriação e a busca das condições ambientais mais adequadas para o desenvolvimento de seu modo de ser. A tradição, neste caso, é profecia viva. A busca da ‘terra sem mal’, como estrutura do modo de pensar do Guarani, dá forma ao dinamismo econômico e à vivência religiosa, que lhe são tão próprios;⁹⁶”

A ecologia Guarani e sua relação com os recursos naturais merecem um estudo mais detalhado, pois as relações com o meio ambiente são determinadas por regras muito bem definidas que vão compor o espaço social, político-religioso e econômico que definem o lugar possível de realização do “modo de ser Guarani”. O “modo de ser”, que abrange o sistema, a cultura, a lei, os costumes, está contido no termo ‘TEKO’. TEKOA é, pois, o lugar onde se realiza o modo de ser Guarani. “O TEKOA, com toda a sua materialidade terrena, é sobretudo uma inter-relação de espaços culturais, econômicos, sociais, religiosos e políticos”⁹⁷.

Os mbya, não estão em Ilhas, tão próximos ao mar, por conta de uma relação de caráter econômico e de subsistência com este. Ao contrário, tiram muito pouco do mar para seu sustento. Poucas espécies de peixe lhes são permitidas para o consumo. Isto é, somente àquelas criadas por Nhanderu (nosso pai, o criador)⁹⁸.

Maus nadadores atravessarão o mar (PARAGUAXU) sobre as águas. Os Guarani têm como base de subsistência, o mato. Portanto, estabelecer seus TEKOA à beira do oceano, e nas próprias matas, se constitui num ideal concretizado. Assim acontece nas ilhas (PARACUPE) onde antes “o Jurua (branco) não chegava”.

Ao contrário dos pescadores, tem sua subsistência voltada para o interior onde, no plano físico, se define seu território. Talvez a diferença de horizontes e perspectivas materiais e espirituais entre essas comunidades vizinhas (mbya e

⁹⁶ Melià, p 293.

⁹⁷ Melià, p 336.

⁹⁸ Os peixes de água doce e salgada que lhes são destinados são: o NHUNDIA (bagre) PIRARAI (tainha), PIKYI (lambari), PARATI e PIRATI (peixe branco).

pescadores) permita essa aproximação, que, em contrapartida, ocorre enquanto os “vizinhos” dos Guarani mantêm uma relação de subsistência com os recursos naturais e um controle demográfico interno.

Neste sentido, quando mais “tradicional” a comunidade de pescadores maior respeito e reconhecimento é concedido aos índios.

O termo tradicional aqui empregado refere-se ao modo de produção, organização, técnicas, reprodução dos conhecimentos e de consumo, determinadas por uma economia de subsistência.

A partir da observação de relação entre os mbya e a vila de pescadores de Tibicanga (Ilha das Peças) e da Cotinga (Ilha da Cotinga), foi possível, apesar da complexidade que envolve essas relações, detectar alguns aspectos da economia dessas comunidades que, no que concerne à utilização dos recursos naturais numa mesma região geográfica e à proximidade física, parecem fundamentais.

A economia, como qualquer aspecto da vida social, numa comunidade tradicional, não se constitui numa unidade isolada. Ela está integrada aos demais setores da vida, como religião, território, organização social e política, etc... O caráter não especulativo nem acumulativo da utilização dos recursos naturais e do modo de produção está presente tanto nos Guarani quanto nas comunidades tradicionais de pescadores. Entretanto, esses princípios são movidos por dinâmicas, causas e origens bem diferentes. E as diferenças, relacionadas aos horizontes e perspectivas das comunidades, por sua vez, são condicionantes de uma convivência harmoniosa. Para os pescadores trata-se da sua sobrevivência e reprodução social, mesmo que à duras penas, dentro da sociedade maior do qual se sentem participantes como segmento (e como eleitores). E como tal, seguem padrões morais, estéticos, políticos, religiosos e educacionais dentre os abrangidos pelo ideário da sociedade nacional.

E os Guarani?

“...no se sabe más si se trata de tribus, de parcialidades, de etnias, de razas, de pueblos. Al fin cualquiera de esos nombres se admitirá, con tal de proscribir el nombre inominable, el de nación. Sin embargo, todos estos pueblos hasta bien entrado el siglo XIX no tuvieron, otro nombre en la pluma de los escritores más representativos del mundo colonial sino este mismo de nación”.

“El Guaraní está en el Paraguay, está en el Brasil, está en Bolivia y está en la República Argentina, pero no es paraguayo, ni brasileño, ni boliviano, ni argentino, o si se quiere, que es lo mismo, es paraguayo, brasileño, boliviano y argentino, al mismo tiempo y a la vez. Querer negar esta realidad, es querer tapar el sol con un sombrero”⁹⁹.

Neste sentido, além de se constituir numa nação dentro de outra (as pressões, os preconceitos e dificuldades que tocam os Guaraní, que vivem nesses países da América do Sul são muito semelhantes pois estão subordinados à uma política fundiária e integracionista muito similares), eles são e sente-se uma sociedade fechada sem espelhos, a não ser dentro da própria etnia Guaraní. Seus deuses, seu mundo, sua estética, sua ética, suas regras morais, suas sanções, seus rituais religiosos, são particulares.

Aqueles que se dispõem a enxergá-los de fato, surpreendem-se com a aparente contradição com que se deparam: contato secular e preservação da tradição. A explicação se encontra na habilidade desses índios em conciliar seus objetivos com a realidade em que vivem os brancos e conceber suas aldeias como “ilhas”.

“Os Guaraní-Mbya, às custas do contato antigo e intenso com os brancos, caracterizado por perseguições culturais e físicas, desenvolveram vários mecanismos para guardar e viver suas tradições culturais e religiosas, garantindo sua reprodução enquanto povo e etnia. Seus métodos não excluíram o convívio inevitável com o branco, com quem sempre procuraram manter um relacionamento amistoso.

A demonstração de respeito aos costumes e religiões alheios, o modelo de trajar-se copiado da população regional significavam mais que a submissão a um processo contínuo de aculturação, uma estratégia de auto-preservação. Desta forma, sob o traje que encobre diferenças profundas, os Guaraní tentaram, embora nunca renegando sua condição de índios, com tolerância e intencional opacidade, resguardar-se de novas feridas”¹⁰⁰.

⁹⁹ Melià. Pero, Quiem le teme a los Guaranis?

¹⁰⁰ Ladeira. MBYA TEKOA: O Nosso lar, 1989, p. 58.

A possibilidade de convívio entre as comunidades dos pescadores de Tibicanga e dos Guarani da Pescada ocorre em função do reconhecimento da presença destes pelos primeiros, não por um entendimento, para eles muito claro e simples, de que os índios têm, de fato, o direito de viverem ali. A economia de subsistência, a utilização equilibrada dos recursos naturais só acontece em sociedades que pensam a natureza como fonte inesgotável de recursos, razão pela qual, por viverem e se reproduzirem junto a ela, não precisam apropriar-se dela. Seguem o princípio de que a natureza é uma herança natural. Nesse sentido, a sobrevivência desse princípio é a causa de encontrarmos áreas de reservas florestais preservadas (“para a humanidade”), a despeito da presença desse “tipo” de pessoa humana. O que vai danificar as matas não é pois essa forma de ocupação, e sim a destruição da crença na eternidade das espécies naturais, que passa a acontecer quando as comunidades “tradicionais” vêm seu projeto de vida e uma natureza antes poderosa serem violentados pela pesca predatória, pelos desmatamentos, para a implantação de projetos agropecuários, pela “propriedade privada” e tantas outras coisas. Para os pescadores “tradicionais”, em geral, após a perplexidade, surge o sentimento de perda de identidade, já que toda a base de seus princípios é posta em cheque. Novos modelos vêm impor então, novos caminhos, rompendo-se a relação anterior. Então eles passam a ser controladas, sancionadas, reeducados para aprenderem a conviver com uma natureza, de escassos e insuficientes recursos, frágil, proibitiva e sem o brilho e a sedução das novas necessidades que lhes são impostas e que, via de regra, jamais irão satisfazer. E o espírito de “comunidade” se desfaz. Para preservar a natureza é fundamental não se quebrar os mitos, a crença de seu domínio sobre o homem, seu encanto¹⁰¹.

¹⁰¹ Na comunidade Tibicanga, umas das mais tradicionais “tradicionais” da região, foi vendida a posse de uma casa, a última de uma das pontas, à um grupo de veranistas e esportistas da pesca. Na sequência, os donos da casa ao lado foram contratados como caseiros, cabendo à mulher as lidas domésticas da casa dos turistas, quando estes estão presentes. Este é um método de dominação por demais difundido e que transformou em caseiros e empregados os ocupantes da terra da quase totalidade das regiões do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro. Em Tibicanga pode-se observar, a partir desse primeiro caso, o início de um processo de desestruturação social. Todo o cotidiano do casal se compromete com a quebra da rotina e o deslocamento de interesses e

Na ilha da Cotinga, onde a comunidade de pescadores se encontra em outro processo (em parte devido à proximidade com a cidade), onde sua memória está comprometida pelos descompassos de seus integrantes em termos em termos de rotina, compromissos, expectativas, observa-se uma situação de tolerância nas relações entre pescadores e índios. Existem maiores preconceitos de uns e outros e a aceitação (ou tolerância) da existência do outro, passa pelo fato do reconhecimento consumado de suas presenças por toda sociedade regional. É claro que as razões desse comportamento são diametralmente apostos entre as duas comunidades, e não são consensuais. Entretanto, as relações adquirem um caráter ambíguo pois enquanto uma delas (Guarani) possui uma “identidade” bem delineada, a outra, em processo de mudança, ou buscando uma nova definição, perde as suas referências anteriores, que marcavam suas relações com outras comunidades ou com outras categorias. A relação passa a ocorrer, quase sempre, a nível individual.

É interessante notar que em Tibicanga, onde o reconhecimento da presença dos índios na região tem formas mais espontâneas, onde muitos afirmam a origem indígena de seus antepassados, e onde vários artefatos, técnicas de construção e organização interna das casas de farinha, demonstraram a herança recebida, nota-se, por parte da comunidade, menos ambigüidade, mais respeito por esse “outro”, que a despeito de tudo é diferente.

Por causa disso, ou apesar disso, têm mais clareza quanto à divisão entre as suas terras, e a consciência de que a definição de onde termina o território de uns e começa o de outros é uma condição fundamental para se estabelecer as relações de boa vizinhança, a troca de favores e de bens, etc...

conhecimentos. Nessa casa, a mulher, antes exímia artesã, deixa de fazer seus cestos e balaies usados na pesca, pois o corte de taquara, a sua preparação, demandam também ordenação do tempo. [Os índios vizinhos, observadores e absorvedores dos conhecimentos técnicos alheios, sem comprometimento dos seus, passam a produzir esse tipo de cesto para seus fregueses]. O novo uso do tempo e a nova forma de trabalho, promovem seu afastamento dos demais membros da vila, e dos interesses anteriores. Sentem-se diferentes, perdem sua função, tornam-se dispensáveis à coletividade, e, a partir daí, se está a um passo de outro rumo. Nesses momentos torna-se mais fácil aceitar propostas para venda de seus lotes, pois é o momento de voltar a crer em alguma coisa novamente, e vão embora quando a casa do lado já é o próximo alvo.

Os mbya não querem “misturar-se”, mas sabem que precisam de aliados. Conhecem as instituições dos brancos e respeitam-nas enquanto instituições não importando como ou por quem é administrada. Não é descaso, e sim uma forma de respeito às instituições alheias, uma vez que se sentem, falam e pensam-se enquanto um povo distinto. Mas não obtém o mesmo respeito às suas instituições pois os “brancos” estão sempre querendo remodelá-las. Entretanto, por serem “minoría” e por seus princípios sagrados, eles tem que ser melhores e isso implica em sabedoria e paciência. Nos lugares pequenos como Guaraqueçaba, os mbya do litoral, via de regra, procuram aliados, que consideram “representantes do povo”. Seu status, ou seu reconhecimento passa pois pelos poderes locais: prefeitura, igreja e polícia¹⁰². Nos grandes centros as relações são mais diversificadas, então passa a existir um padre ou um pastor, um policial e, se possível, um político, além de simpatizantes da “causa indígena”. Os mbya sabem que precisam desses aliados, pontos de apoio que localizam na sociedade dominante. Para expressiva parte desta, os mbya causam desconforto pelo seu modo de ser, de olhar, de entender, por sua língua, pela ambigüidade, pelo desconhecido que representam. Permanecem com um código indecifrável, que é melhor e mais fácil ignorar. A “sociedade dominante” não poderia simplesmente respeitá-los, sem querer transformá-los em receptáculos de seus argumentos e seus próprios conhecimentos.

¹⁰² O “cacique” da aldeia Pescada carregava um feixe de palmito às costas quando foi abordado por um guarda florestal que lhe tomou os palmitos. O “cacique”, não se conformando, seguiu o policial e tentou convencê-lo da necessidade que tinha, naquele momento, dos palmitos. A polícia também argumentou, dizendo que ele não podia cortar palmitos.

-Mas	você	é	índio	mesmo?
-Sou,		sou		índio.

- Aqui estão meus documentos. Por esse caso que contou, ficaram “amigos” e o cacique pendurou na entrada da trilha que conduz à sua casa, uma placa cedida pelo guarda, com os seguintes dizeres: “é proibido caçar”.

Peças e a Ilha do Superagui, no litoral do Paraná, como regiões de sua ocupação atual. Possuem trilhas no interior das matas, que vão de um extremo ao outro de uma ilha e conhecem perfeitamente seus estoques naturais. Fazem excursões de reconhecimento da vegetação e da fauna e dos indícios e sinais comprobatórios da estadias de seus antepassados no lugar; e essa busca segue “orientação divina”.

“Nhanderu ilumina onde existe as construções de pedras feitas no outro mundo: chamam oo marãey, que quer dizer, casa que nunca acaba. Se o oo marãey foi construída pelos fracos, pode ser habitada pelos brancos. Mas se foi feita por uma alma forte, só os mbya, que também tiverem uma alma forte, vão encontrar”¹⁰³. Alguns mbya referem-se ao tipo de arquitetura dessas edificações, que possuem “estacas nos quatro lados, mas são redondas”. Na aldeia Cutinga conta-se que já encontraram essas construções, que existem também no Superagui, e mais pessoas dessa aldeia e da aldeia das Peças desejam “alcançar” esse lugar. Comentam principalmente sobre a fauna das Ilhas das Peças e Superagui e sua relação com a onça pintada que vive na região, “vigiando a conduta das pessoas na mata, guardiã dos caminhos, como ‘filho’ de Tupã”.

“Os Guarani”¹⁰⁴ acreditam que a terra foi feita por ‘Deus’ para todos os viventes, e que as terras do litoral leste foram habitadas por seus antepassados. Encontram sinais dessa ocupação tanto na toponímia regional como nas ruínas das antigas igrejas de jesuítas, ‘semelhantes’ às que existiam na região do Alto Uruguai, RS. Os jesuítas, ou melhor, ‘kesuíta’¹⁰⁵, foram incorporados como um

¹⁰³ Davi, 1990.

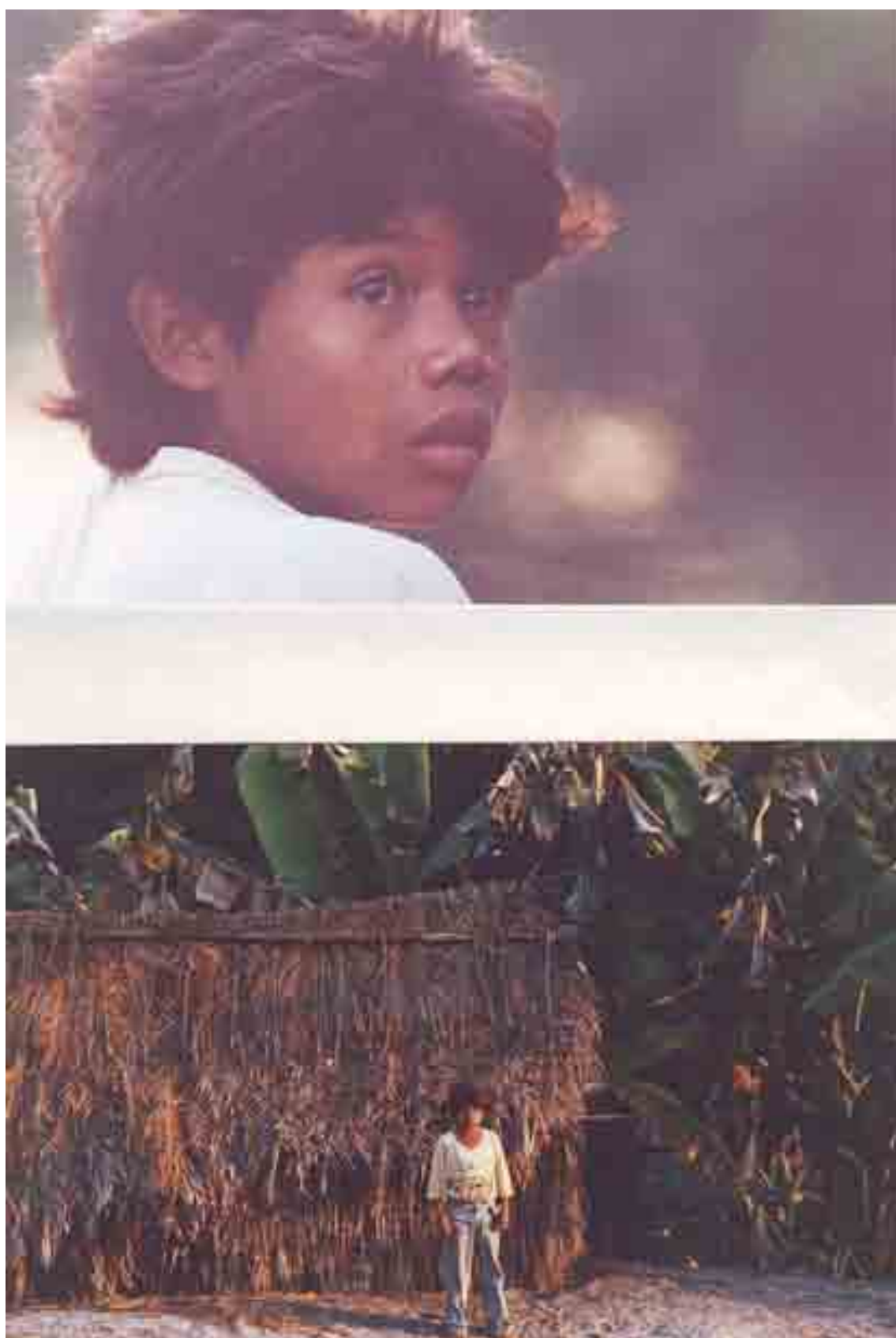
¹⁰⁴ Davi, 1990.

¹⁰⁵ Poucas informações obtivemos acerca do que foi o trabalho missionário da Companhia de Jesus em Superagui. Segundo Estrela Moreira, “os padres Lobato e Rodrigues, descendo de São Vicente (em 1605), passaram por Iguape e chegaram a Cananéia, onde se demoraram algum tempo, na catequização dos Carijós e administrando os sacramentos. Bem mais tarde, nos primeiros anos de 1700, havia somente a Casa das Missões de Superagui, de onde os jesuítas partiam para sua missão evangelizadora. Aí fundaram um estabelecimento agrícola e religioso, que estava localizado em frente a Ilhas das Peças, na baía de Paranaguá e que foi, sem dúvida, antes da doação oficial feita pela Câmara de Paranaguá e povo, em 1707, uma redução ou aldeia formada pelos antigos missionários, durante a catequização dos Carijós”.

Estrela Moreira, em Caminhos dos Comarcas de Curitiba e Paranaguá (1975, p. 511) relata ainda os litígios que envolveram as terras da Fazenda dos Jesuítas, presos e extraditados, pela carta régia de 24 de julho de 1759, assim como todos os jesuítas que viviam nos territórios portugueses. No ano seguinte à extradição dos

antepassado mítico pelos guaranis. É preciso notar a identidade étnica desses guaranis foi forjada num período concebido por nós como histórico (os últimos dois, três séculos), mas que não é vivido por eles enquanto tal” (grifo nosso). Dessa forma, também o processo de reconhecimento de seu território tradicional acontece, para os mbya, a partir de uma memória e de um tempo não concebem o mesmo padrão de medida que o nosso.

missionários foi feito o seqüestro da fazenda do Superagui. Nesse local em 1852 foi fundada por Carlos Gentil, a Colônia do Superagui com 10 famílias, suíças, 5 francesas e 2 alemãs” (p.515).





BIBLIOGRAFIA

-ALVAR E ALVAR, Julio e Janine. Guaraqueçaba, Mar e Mato, Universidade Federal do Paraná, 1979, Curitiba.

-BERTONI, Moises. La Civilización Guarani, Parte III, “La Higiene Guarani, La Medicina Guarani”, Puerto Bertoni, Ed. Sylvis, 1927, Alto-Paraná, Paraguai.

-BOUTIN, Leonidas. “Superagui”, Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Vol XL, 1983.

“Paranaguá – Desenvolvimento sócio-econômico e cultural”. Boletim do Instituto Histórico Geográfico Paranaense, vol. XLVI, 1989.

-CADOGAN, Léon. “AYVU Rapyta”, textos místicos de los Mbuá Guarani del Guairá. Boletim 227, Antropologia 5, Universidade de São Paulo, 1959, São Paulo.

Los Indios Jeguaká Tenonde (mbya) del Guairá, Paraguai.” America Indígena, nº 2 vol. VIII, 14948, México.

“La encarnación y la concepción; la muerte y la resurrección em la sagrada ‘esotérica’ de los Jeguakáva-Tenonde PORÃ-GUE (Mbya-Guarani) del Guairá, Paraguay”. Revista do Museu Paulista, Vol IV, 1952.

-CARVALHO, Edgard de Assis. Avá Guarani do Ocoi-Jacutinga, CIMI/Comissão de Justiça e Paz/ANAI – Pr, 1981.

-CLASTRES, Hélène. Terra sem mal, Profetismo Tupi-Guarani, Ed. Brasiliense, 1978, São Paulo.

-CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado, Ed. Francisco Alves, 1ª ed., 1978, Rio de Janeiro.

-COSTA, Carlos Zibel. Habitação Guarani, “Tese de Doutorado”. FAU-USP, 1989, São Paulo.

-DIERNA, Rosa Maria. Los Mbya Guarani de Misiones : Un aborde crítico de la Política Indigenista. Boletim del Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA) vol. 4, nums. ¾, novembro, 1984.

-DOOLEY, Robert. Vocabulário do Guarani, Summer Institute of Linguistics, 1982, Brasília.

-ELIADE, Mircea. Mito e realidade, Ed. Perspectiva, 2ª ed. Agosto/1986, São Paulo.

-KRAEMER, Marília. Malhas da Pobreza, “Exploração do Trabalho de Pescadores Artesanais na Baía de Paranaguá”, Estante Paranista do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico, Vol. 22, 1983, Curitiba.

-LADEIRA E AZANHA. Os Índios da Serra do Mar, Centro de Trabalho Indigenista, Nova Stella, 1987, São Paulo.

-LADEIRA, Maria Inês. “Aldeias Livres Guarani do Litoral de São Paulo e da Periferia da Capital”, in Índios no estado de São Paulo : resistência e transfiguração, YANKATU, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984.

“MBYA TEKOA : O nosso lugar”, in São Paulo em Perspectiva vol. 3, nº 4, Ecologia e Meio Ambiente, Fundação Seade, 1989, São Paulo.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. Mito e Significado, Edições 70, 1978, Lisboa.
- MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná, Livraria Jose Olympio Editora / Secretaria de Cultura e do Esporte do Paraná, 1981, Rio de Janeiro.
- MARTINS, Romario. História do Paraná, Editora Guaíra Ltda., 3ª ed. , 1939.
- MELATTI, Julio Cesar. Índios do Brasil, HUCITEC, 5ª ed., 1987, Brasília.
- MELIÁ, Bartolomeu. “A experiência Religiosa Guarani”.
- “Pero, ¿Quién le teme a los Guaranis?”, 1989, Miraguai, Brasil.
- MICHAELE, Faris Antonio. “Presença do Índio no Paraná”, in História do Paraná, 3º vol., Grafiapar, 1969.
- MOREIRA, Julio Estrella. Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Imprensa Oficial do Paraná, 1975, Curitiba.
- Nascimento Junior, Vicente. História Crônicas e Lendas, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, 1980, Paranaguá.
- PIRES, M. Lúcia Moura. Guarani e Kaingaug no Paraná. Tese de mestrado e doutorado em antropologia social. Universidade de Brasília, 1975.
- SCHADEN, Egon. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani, Edusp. 3ª ed., 1974, São Paulo.

-SCHERER, Emilio. Michaud, o Pintor de Superagui. Secretaria Municipal de Cultura, 1988, Curitiba.

-STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil, Ed. Itatiaia, 1974, Belo Horizonte.

-VALLE, Lilia. “Índios Guarani do Litoral: Histórico”. Em Aldeias Guarani do Litoral de São Paulo, Dossiê encaminhado à Secretaria do Interior do Estado de São Paulo, 1983.

-VIANA, Manoel. Paranaguá na História e na Tradição, “Conselho Municipal de Cultura”, 1976, Paranaguá.

-VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu Município, (1850), 1º volume. Museu Paranaense, 1952, Curitiba.

ILUSTRAÇÕES

- GALVAO DO RIO APA, Enéas. “Antonina e Guaraqueçaba de outrora (legenda e desenho)”, em Boletim do IHGE Paranaense, vol XXXVI, 1979, Curitiba.

-LADEIRA E AZANHA. Os Índios da Serra do Mar. CTI, Nova Stella, 1987, São Paulo.

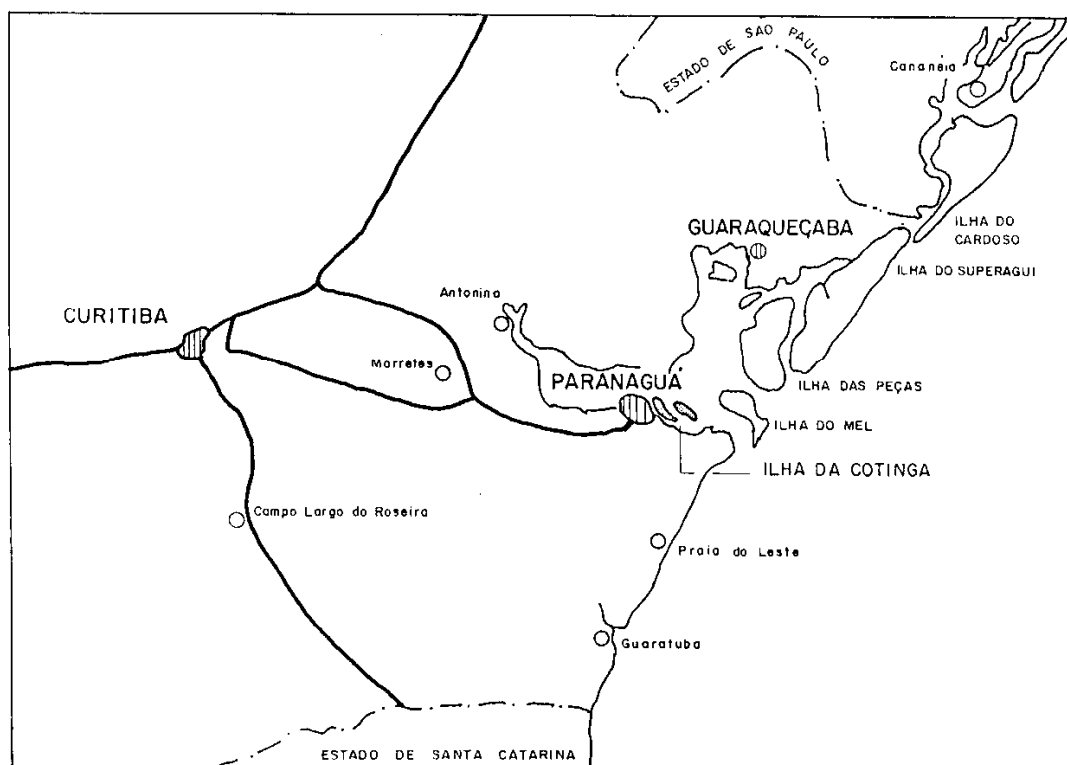
- MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. José Olympio/ S.C. e PR., 1981.

-MOREIRA, Julio Estrella. Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Imprensa Oficial do Paraná, 1975, Curitiba. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba: à luz de novos documentos.

-STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil, Ed. Itatiaia, 1974, Belo Horizonte.

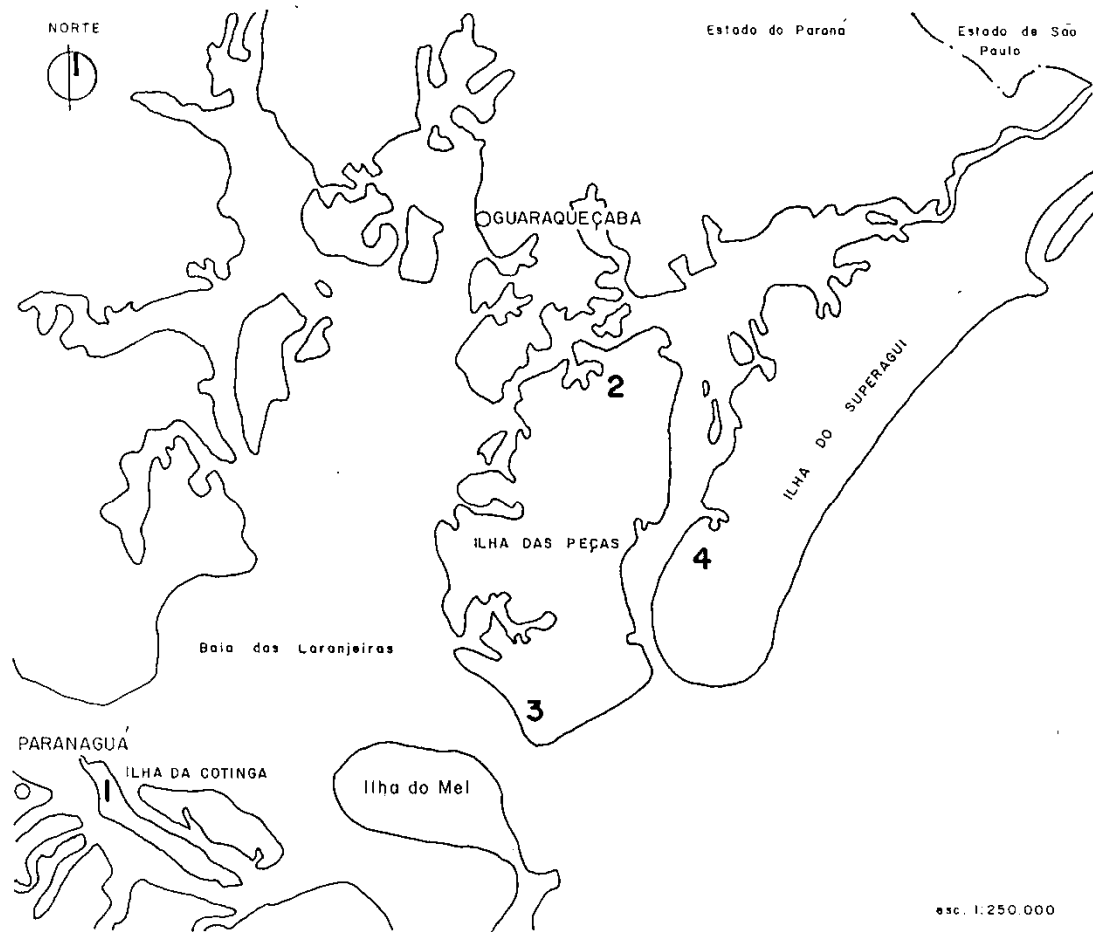
ILHA DA COTINGA

Paranaguá PR



Localização

LITORAL NORTE DO PARANÁ

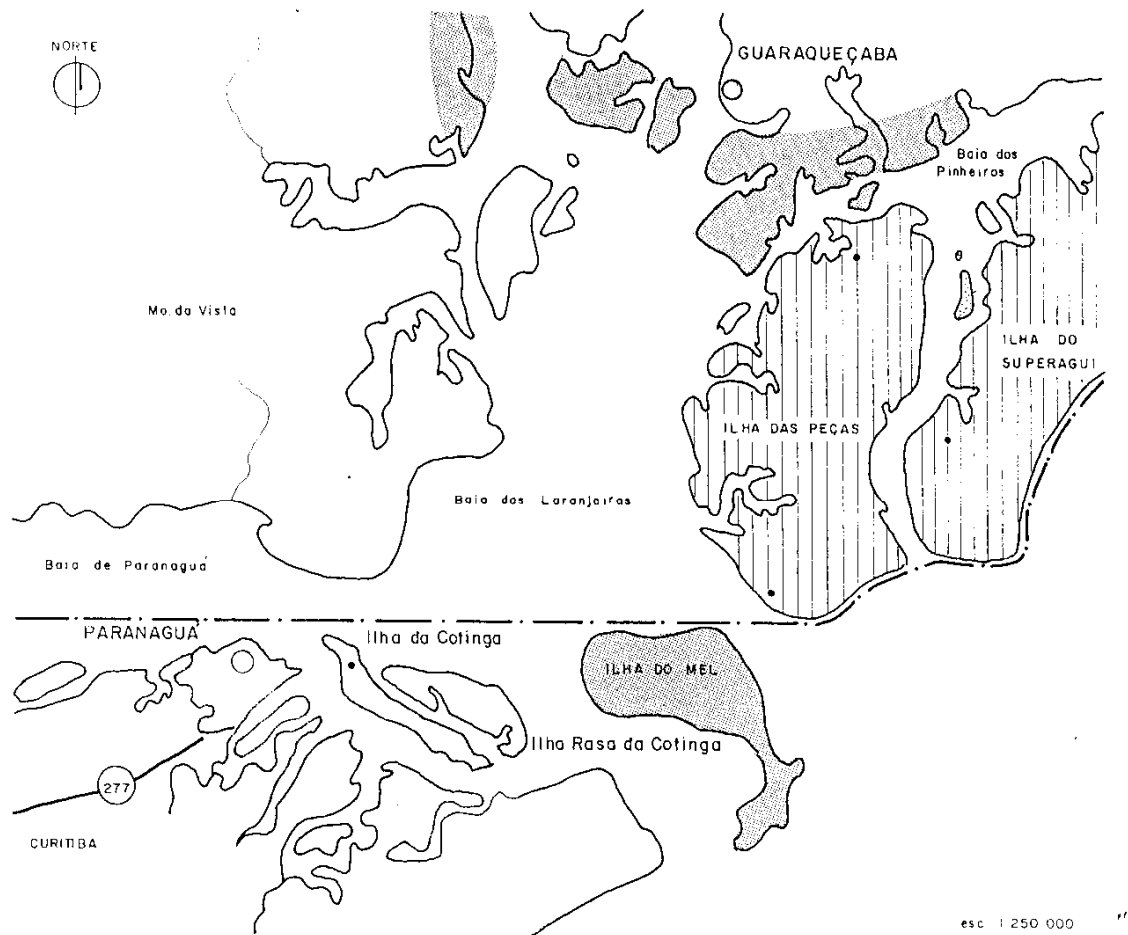


- 1 ALDEIA CUTINGA
- 2 ALDEIA PESCADEIRA
- 3 ALDEIA PEÇAS
- 4 ALDEIA SUPERAGUI

Aldeias Guaraní no Litoral

ILHA DA COTINGA

Paranaguá PR



-  ESTAÇÃO ECOLÓGICA
-  PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI
-  APA - ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
-  ARIE - ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO

Obs: • Ocupação Guarani

Unidades de Proteção Ambiental

Ponta da Cruz

ILHA DA COTINGA

Paranaguá PR

PESCADORES

1. ELIZEU ROSA (caseiro - OSMÁRIO RODRIGUES)
2. EMILIO RODRIGUES
3. AZIR SIQUEIRA
4. ARLINDO FRANÇA
5. MANOEL SQUININI
6. RAULINO ADÃO
7. SILVETE ADÃO
8. EDSON NEY PONTES
9. ELZA MOREIRA
10. OLANDA DIAS
11. FAUSTINO DIAS
12. AGRIPINO DIAS
13. SEBASTIÃO MENEGILDO
14. JAMIL SANTANA
15. ALCEU BARBOSA MIRANDA (caseiro - DORIVAL MENDONÇA)
16. ROSENO MENDONÇA COSTA
17. OSCAR (caseiro - ALTANIR MENDONÇA)
18. CARLOS AMORIM
19. LEONARDO ISAIAS (LALICO)
20. MARIA DIAS CUNHA
21. GREGÓRIO CUNHA (DEMOLIDA)
22. MÁRIO ISAIAS
23. OSCAR DIAS
24. CIRO SQUININI
25. MANOEL SQUININI
26. MARINO SQUININI
27. MARIO ISAIAS
28. ALCEU BARBOSA MIRANDA

INDIOS GUARANI

1. MARCOS (enfermaria)
2. PEDRO
3. ABILIO
4. ALBERTO
5. ARLINDO
6. GENESIO
7. JORGE
8. LEVINO
9. SEVERINO
10. JOÃO
11. NELSON
12. ANA
13. IRINEU
14. LIDIA
15. LUIS

Legenda

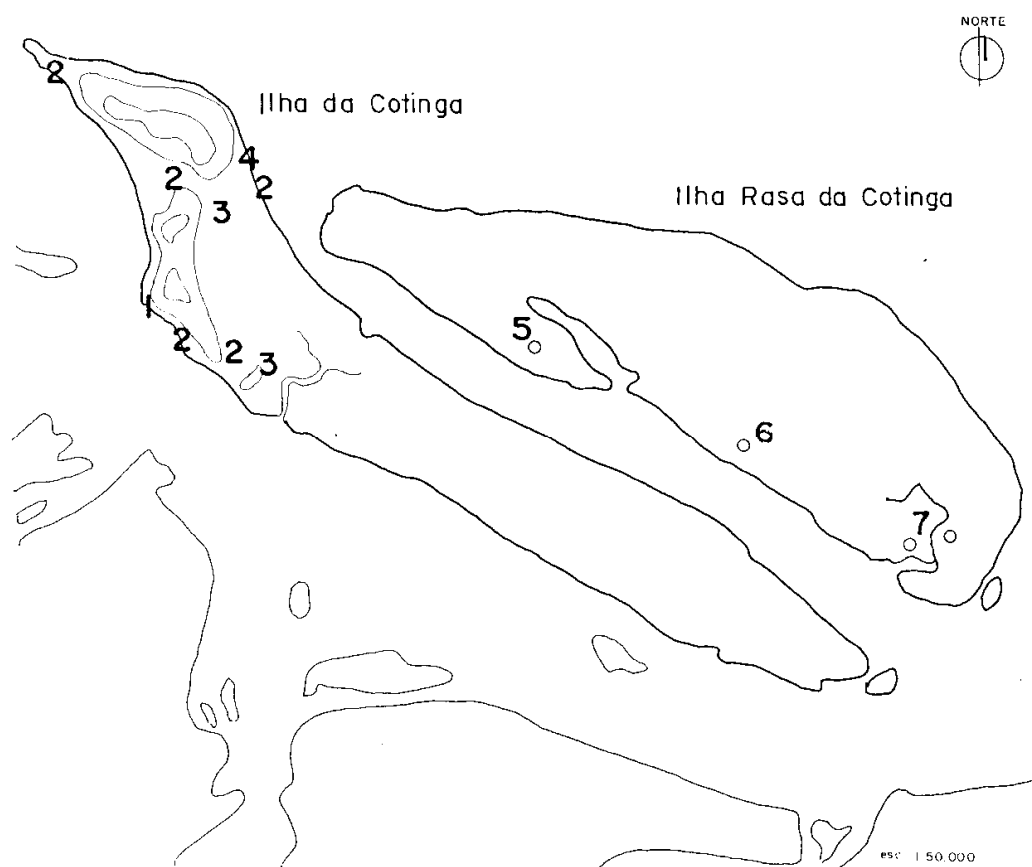
- rio/riacho
- caminho
- moradia pescadores
- moradia indios
- ▭ campo de futebol
- x bomba d'agua
- casa de reza
- escola pescadores
- escola indios
- ⌈ igreja Na. Sa. das Mercês
- △ atracadouro indios

0 100 200 300m
escala gráfica

Ocupação Tradicional

ILHA DA COTINGA

Paranaguá PR



Ilha da Cotinga (Ver detalhe planta "Ocupação Tradicional")

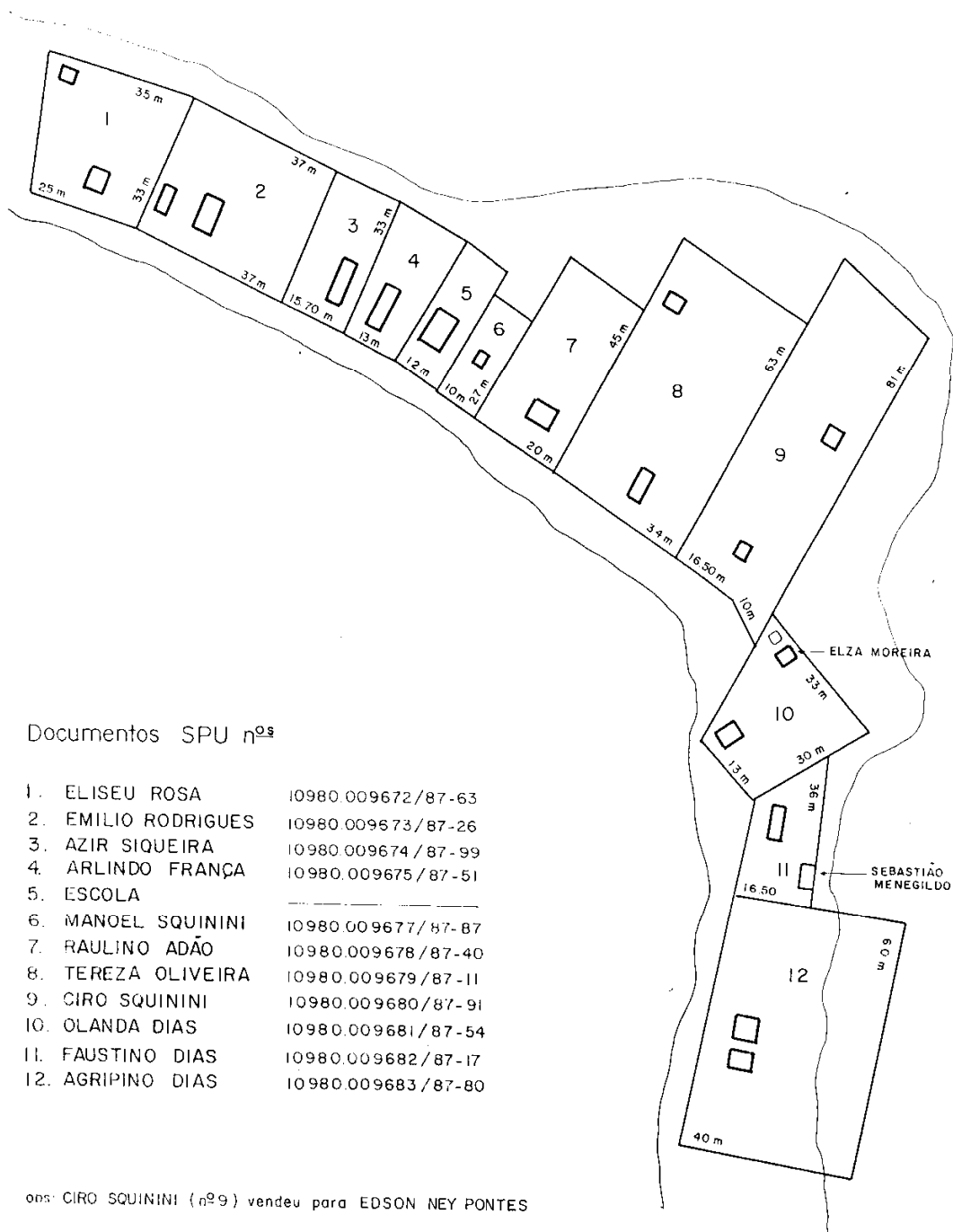
- 1. IATE CLUBE
- 2. PESCADORES
- 3. INDIOS GUARANI
- 4. SUCAM

Ilha Rasa da Cotinga

- 5. ANESIO - PRODUTOS MARINHOS Ltda
- 6. "GREGO" (caseiro - LEVI)
- 7. VALDOMIRO PEREIRA

Ocupação existente (setembro 1990)

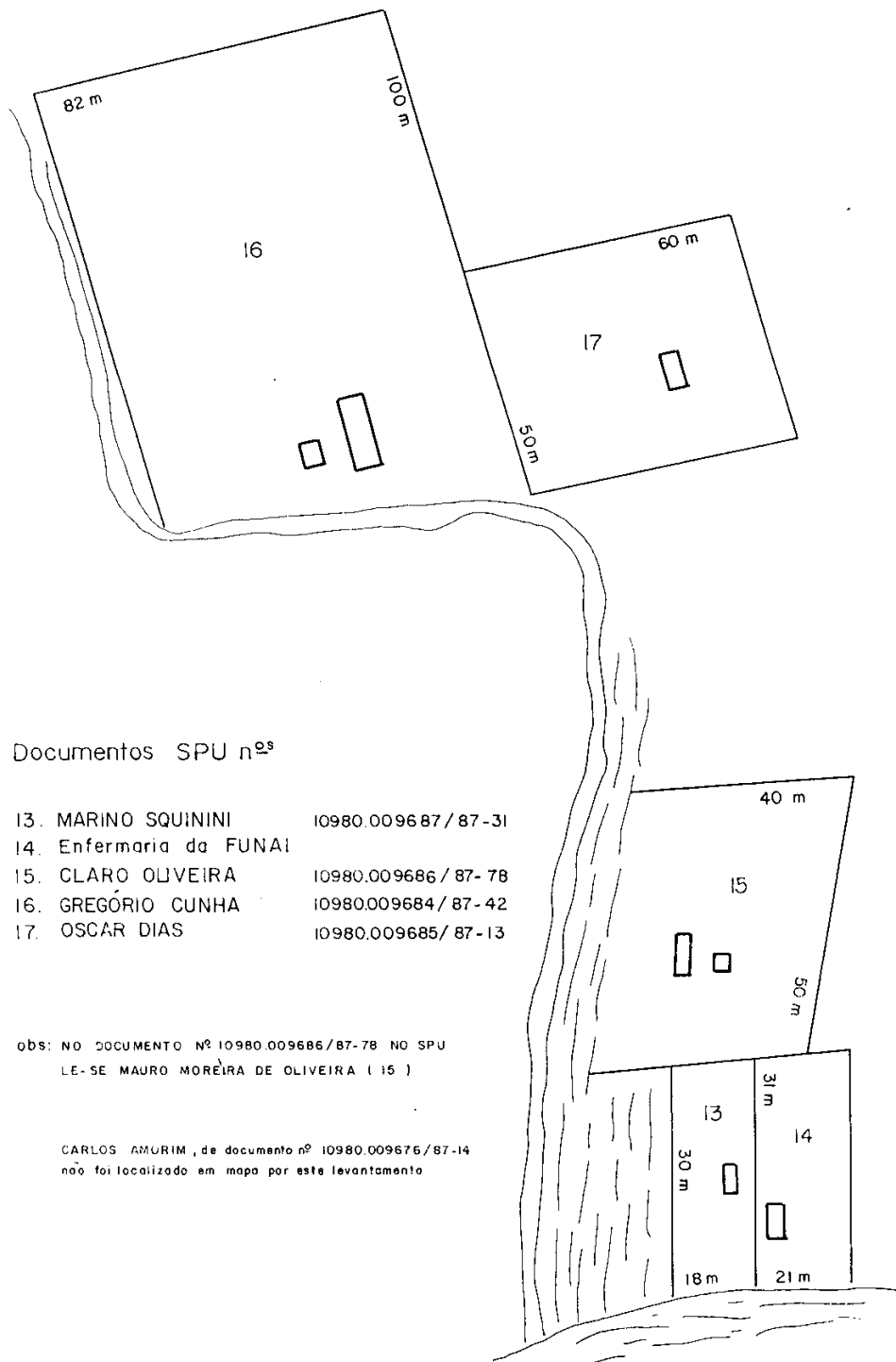
ILHA DA COTINGA Paranaguá PR



Levantamento Topográfico de parte da Comunidade da Ilha da Cotinga, executado pela Prefeitura de Paranaguá SMVOP set. 87

ILHA DA COTINGA

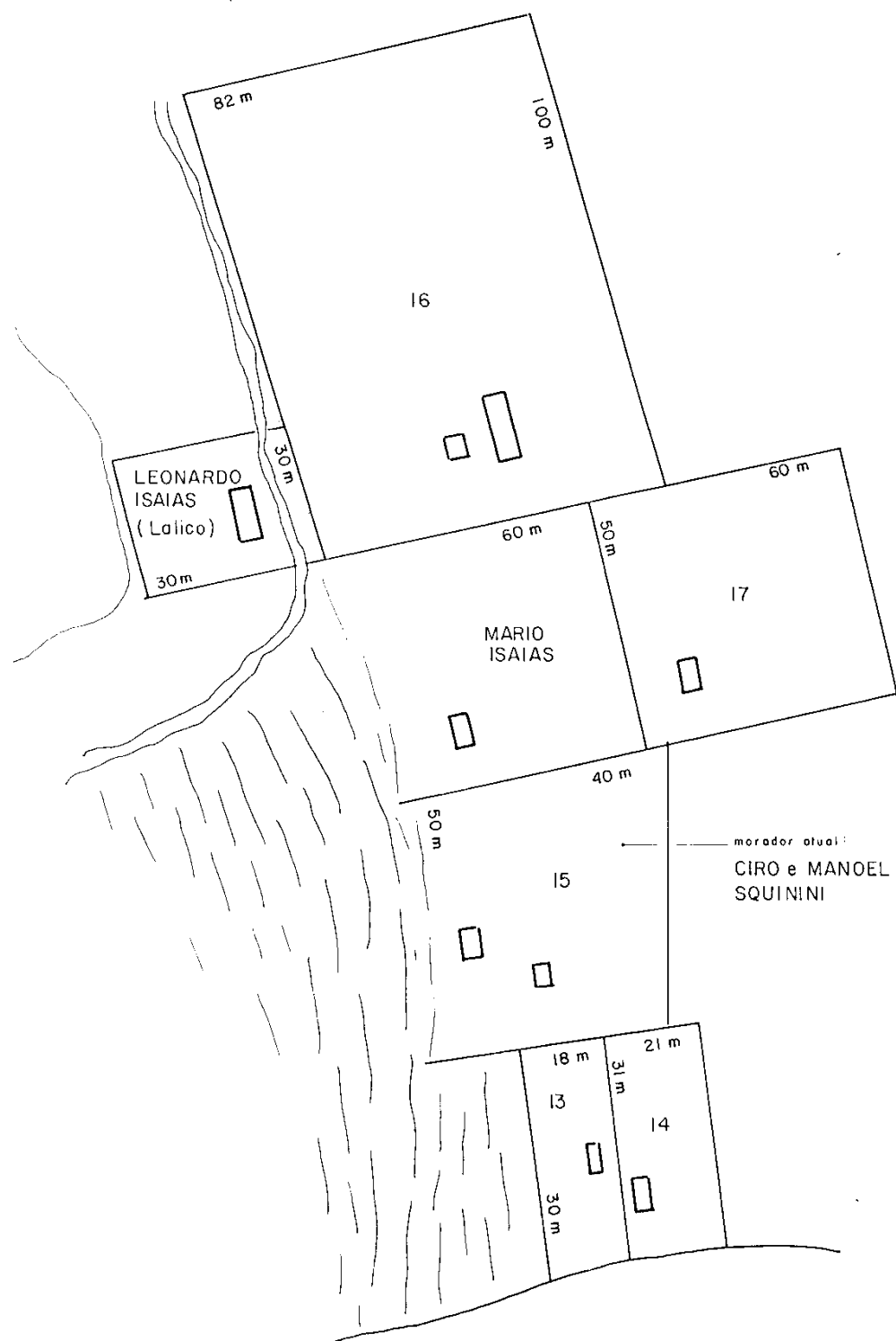
Paranaguá PR



Levantamento Topográfico de parte da Comunidade da Ilha da Cotinga, executado pela Prefeitura de Paranaguá SMVOP ser.87

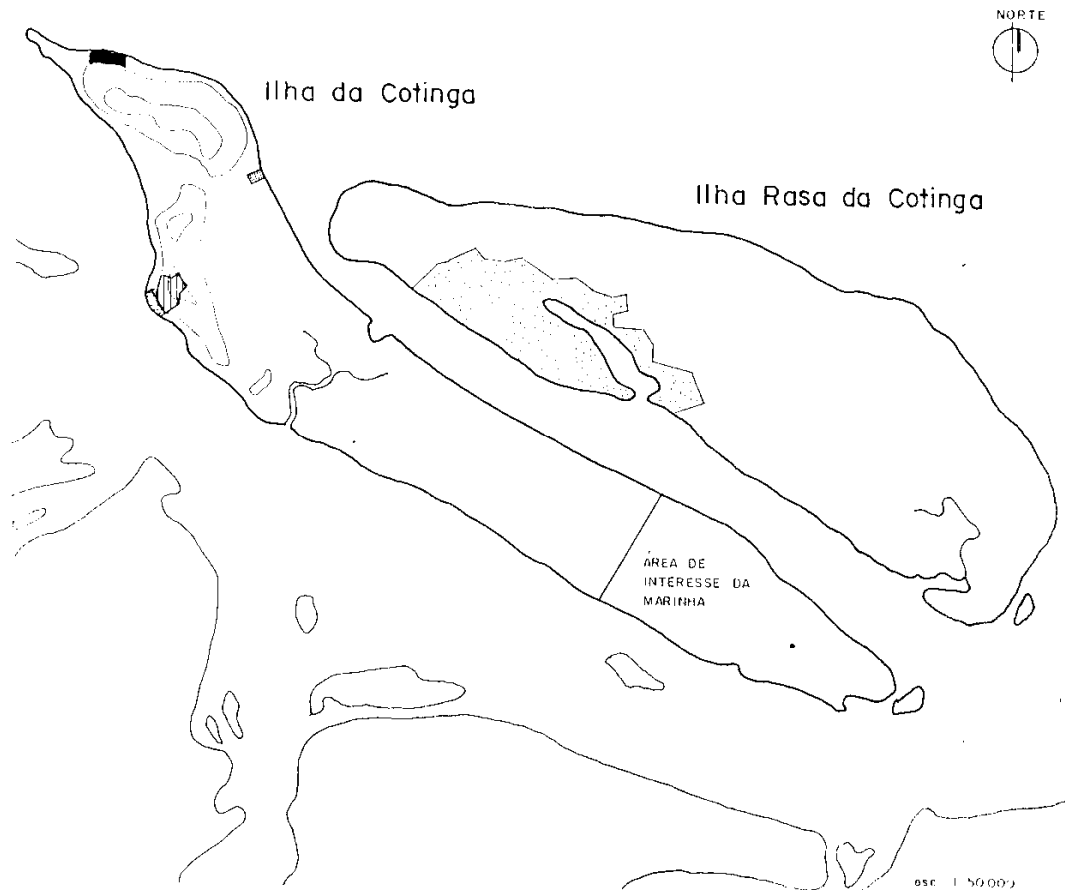
ILHA DA COTINGA

Paranaguá PR



Correção e complementação

ILHA DA COTINGA Paranaguá PR



	ROCHA SA _____	1769 - proc. nº 10980.004131/89-38 (10.000 m ²)
	JOÃO EUGENIO COMINESE _____	1692 - proc. nº 10980.004130/89-75 (10.000 m ²)
		1691 - proc. nº 10980.004129/89-96 (15.400 m ²)
		1690 - proc. nº 10980.004128/89-23 (12.100 m ²)
		1689 - proc. nº 10980.004127/89-61 (13.000 m ²)
	WILSON GALVÃO DO RIO APA _____	proc. nº 10980.004996/86-05 (495,00 m ²)
	APPA- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA _____	(106.521,90 m ²)
	IATE CLUBE DE PARANAGUA _____	proc. nº 0980.010864/82-45 (26.995,00 m ²)
	PRODUTOS MARINHOS LTDA _____	proc. nº 0980.006231/83-96 (1.278.663,71 m ²)

Aforamentos encontrados no SPU

ANEXO III

DOCUMENTOS CARTORIAIS ÚTEIS

(Ilha da Cotinga)

COMARCA DE PARANAGUA



ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Presciliano Corrêa, 98 — Telefone: 422-8466

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini

OFICIAL — CPF Nº 000.640.569-15

Jander Osny de Oliveira - Dinamara de Farias

Empleados Juramentados

[illegible]

= O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-

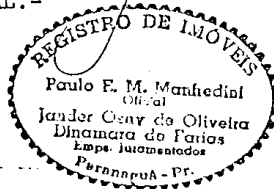
Paranaquã, 13/de agosto de 1.990.-

= O OFFICIAL. -

Custas Cr\$ 232,00.-

Prot.nº 2418/90.-

CB. ---



REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Presciliano Corrêa, 98 — Telefone: 422-8466

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini

OFICIAL — CPF Nº 003.640.569-15

Jander Osny de Oliveira - Dinamara de Farias

Empregados Juramentados

[illegible]

Custas Cr\$ 290,00.-

Prot.nº 2418/90.-

CB. _____

 OFFICIAL

Paulo F. M. Machado
Ozal
Jander Oney de Oliveira
Diretor de Ensino
Peranaguá - Pr.

COMARCA DE PARANAGUÁ



ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Presciliano Corrêa, 98 — Telefone: 422-8466

Paulo Eduardo Malheiros Manfredini

OFICIAL — CPF Nº 008.640.569-15

Jander Osny de Oliveira - Dinamara de Farias

Empregados Juramentados

C E R T I F I C A D O e dou fê, a pedido verbal-
de pessoa interessada que, revendo os livros de Transcrições das Trans-
missões, a meu cargo, no de numero "3-M" às fls 85, consta a transcri-
ção do teor seguinte:- NÚMERO DE ORDEM :- 14.012- DATA :- 12 de setem-
bro de 1.960.- CIRCUNSCRIÇÃO:- Município de Paranaçuã.-SITUAÇÃO :- Co-
tinga.- CARACTERÍSTICOS:- Um terreno, situado na Cotinha, deste Municí-
pio e Comarca, medindo 140,00mts. de frente, 140,00 metros de travessão
110,00 metros na lateral esquerda e 110,00 metros na lateral direita,-
com a área de 15.400,00m2 (quinze mil e quatrocentos metros quadrados),
confrontando: ao Norte com o mar, 140,00 metros, frente; a Leste com -
herageiros de Sinibaldo Calonassi, 110,00 metros, lateral direita: ao
Sul com terras devolutas, 140,00 metros, travessão, a Oeste com o requé-
rente, 110,00 metros, lateral esquerda.- ADQUIRENTE :- JOÃO EUGENIO CO-
MINESE, domiciliado neste Município.- TRANSMITENTE :- MUNICIPIO DE PA-
RANAGUÃ.- VALOR :- Não consta da certidão.- CONDIÇÕES :- As constantes
da certidão.- TÍTULO :- Certidão da Carta de Aforamento nº 1.691, de 15
de julho de 1.940, expedida pela Prefeitura Municipal de Paranaçuã, em-
28 de março de 1.960, assinada pelo Diretor do Departamento de Edifica-
ções e Obras, Dr. Iranor Norberto Jamnik.----- " E R A " O
que se continha na referida folha do mencionado livro, a cujo original-
me reporto e do qual bem e fielmente expedi a presente certidão, aos
treze (13) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa --
(1.990).-x.

= C REFERIDO É VERDADE E DOU FÊ.-

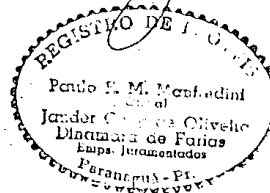
Paranaguã, 13 de agosto de 1.990.-

~~CONFIDENTIAL~~

Custas Cr\$ 232,00.-

Prot.nº 2418/90.-

CB. -----



Paulo Eduardo Malheiros Manfredini

OFICIAL — CPF Nº 000.840.569-15

Jander Osny de Oliveira - Dinamara de Farias

Empregados Juramentados

C E R T I F I C O e dou fê, a pedido verbal de
 pessoa interessada que, revendo os livros de Transcrições das Transmis-
 sões, a meu cargo, no de número "3-Q" às fls 291, consta a transcri-
 ção do teor seguinte:- NÚMERO DE ORDEM :- 18.934.- DATA :- 12 de ja-
 neiro de 1.966.- CIRCUNSCRIÇÃO:- Paranaguá.- DENOMINAÇÃO :- Cotinha e
 Rua Manoel Bonifácio;- CARACTERÍSTICOS :- Os seguintes imóveis:- a)-
 1/6 (uma sexta) parte na casa de madeira, coberta com telhas de barro,
 sobre sapatas de tijolos e pedras, sita no lugar denominado Cotinha,-
 deste Município e Comarca e o domínio útil dos respectivos terrenos da
 Carta de Aforamento nº 1.574, de 15 de março de 1.938, inclusive uma-
 pedreira aberta, confrontando ao norte, com terrenos de marinha, a Les-
 te com terrenos de Margarida Kyaguama; ao Sul, com o morro de terrenos
 devolutos; a Oeste, com terrenos de João Benedito Alves, que foi ava-
 liada por Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros), parte ésta no valor
 de Cr\$ 8.333,30; b)- 1/6 (uma sexta) parte em um terreno medindo 22,70
 metros de frente, sito à Rua Manoel Bonifácio, desta cidade, confron-
 tando a SW. com a Rua Manoel Bonifácio; a NW. com terrenos de Manoel
 Nunes Barranco; a NE, com Manoel Nunes Barranco ou seus herdeiros e -
 sucessores e a SE, com a Rua Conselheiro Correa, com a área total de
 1.150,89 metros quadrados, terreno esse com cinco(5) casas de madeira
 que foi avaliado por Cr\$ 300.000,00 (trescentos mil cruzeiros), parte
 esta no valor de Cr\$ 50.000,00.- ADQUIRENTE:- PAULINA FERNANDES DA-
 COSTA, brasileira, casada com José Marques da Costa.- TRANSMITENTE
 :- O espólio de José Fernandes Luiz.-VALOR:- Cr\$ 58.333,30 (cincoenta e
 oito mil, trescentos trinta e tres cruzeiros e trinta centavos).- CON-
DIÇÕES :- Não há.- TÍTULO :- Certidão de Partilha, expedida pelo Escri-
 vão de Cível Comércio e Anexos, João Maria de Mello, desta cidade, em
 19 de maio de 1.964.- Sentença de 22 de dezembro de 1.960.- OBSERVA-
ÇÕES :- Registros anteriores nrs. 2.708 do livro 3-D e 18.930, do li-
 vro 3-Q.- OBSERVAÇÕES :- Com referencia a matrícula 33.888 (item"B")-
"E R A" o que se continha na referida folha do mencionado li-
 vro, a cujo original me reporto e do qual bem e fielmente expedi a pre-
 sente certidão, aos treze (13) dias do mes de agosto do ano de mil no-
 vecentos e noventa (1.990).-x.
 x.
 = O REFERIDO É VERDADE E DOU FE-
 Custas Cr\$232,00.-

Prot.nº 2418/90.-

CP, ...

Paranaquã, 13 de agosto de 1950.

Paranaquã, 13 de agosto de 1.950. - 11.

11-1-10

110

REGISTRO DE IMÓVEIS
Paraná
Rua Presciliano Correa, 90
Tel. 422-0884 - Cx. Postal, 77
TITULAR: José Luiz Pinto Rebello
C.P.F. 002222089/53

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA N.º 25.695

IMÓVEL: - Domínio útil do terreno foreiro da Carta de nº.972, com 12.== 100,00m2., (doze mil e cem metros quadrados), situado na Ilha da Co-== tina, deste Município e Comarca, medindo 110,00m. (cento e dez me-== tros) de frente para a Baía de Paranaguá, por 110,00m. (cento e dez me-== tros) de frente aos fundos em ambos os lados e 110,00m. (cento e == dez metros) de largura no travessão-fundo, confrontando pela late-== ral direita de quem do terreno olha para a Baía, com Wilson Rioapa; pela lateral esquerda, confronta com Filati Calonaci, e nos fundos com Frederico Jay, - Suprindo as omissões do título anterior, no to-== cante as dimensões, confrontações e área do imóvel, as partes assu-== miram integral responsabilidade pelo suprimento, na forma do artigo 21, parágrafo 1º, do Provimento 260, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado.-

Proprietário: - Filati Calonaci, brasileiro, lavrador, filho de Calonaci Sinibaldo e Clelia Pibilotti, CFP.171916539-49, residente nesta cidade.

Reg. anterior: - 1.948, fls.42 do livro 3-D.-

Paranaguá, 16 de setembro de 1.982.-

O Oficial:-

R.nº.1/25.695.-Em 16 de setembro de 1982.- Protocolo nº 32.615.-

Título: - Compra e venda.-

Transmitentes: - Filati Calonaci, acima qualificado e sua mulher Anathália Carvalho Calonaci, brasileira, do lar, CI.3.651587-5-Br., residentes nessa cidade.-

Aquirente: - ROBERTO RICARDO FIECHTER, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens com Dilete Caspar Fiechter, prático de Terra, portador da CI.347044-Br. CFP.003026869-91, residente e domiciliado à Rua Manoel Bonifácio 1000, nesta cidade.-

Origem do título: - Escritura lavrada em Notas do 2º Tabelião desta cidade, em 09 de dezembro de 1982, fls.072/073 do livro 183.-

Valor: - Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).-

Condições: - Não tem.-

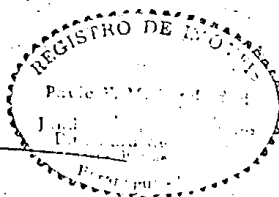
Valor: - Cr\$ 200.000,00.-

Data: - 16.09/82.-

O Oficial:-

Quanto: - Cr\$ 15.700,00 + CRC/Cr\$ 300,00.-

09 25.695.-----
julho 90
R. de O. P. de A. P.



MATRÍCULA N.º
- 25.695 -

CONTINUA NO VERSO

REGISTRO DE IMÓVEIS
Paranaguá - Paraná
Rua Presciliano Correa, 90
Tel. 422-0884 - Cx. Postal, 77
TITULAR: José Luiz Pinto Rebello
C.P.F. 002222089/53

REGISTRO GERAL

FICHA

-1-

RUBRICA

MATRÍCULA N.º 40.338.-

IMÓVEL :- O terreno foreiro, situado na " ILHA DA COTINGA ", neste Município e Comarca, havido pela Carta de Aforamento nº 506, expedida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, em 17 de março de 1913, com as seguintes características e confrontações:- a SW. com terrenos de Marinha da Baía da Cotinga, numa extensão de 120,00 (cento e vinte) metros; a NE. com terrenos devolutos, numa extensão de 120,00 (cento e vinte) metros; a NO. com Pedro Braz ou seus sucessores, numa extensão de 300,00 (trezentos) metros, e a SE. com Samibaldi Colonassi ou seus sucessores numa extensão de 300,00 (trezentos) metros, perfazendo a área total de 36.000,00m2. (trinta e seis mil metros quadrados).-

PROPRIETÁRIA :- SILVIA BRAGA MUNHOZ DA ROCHA, viúva, domiciliada em Curitiba, Capital deste Estado.-

REG.ANTERIOR :- Tr. nº 4.671, fls.46 do Livro 3-F.-
Paranaguá, 14 de julho de 1988.-

O Oficial:-

R. nº 1/40.338.- Em 14 de julho de 1988.- Protocolo nº 61.977.-

Título :- Pagamento em Inventário.-

Transmitente :- Espólio de Sylvia Braga Munhoz da Rocha.-

Adquirentes :- RAPHAEL MUNHOZ DA ROCHA, solteiro, maior, jornalista, CI.RG. 114.204-Pr., CPF/MF 000.531.049-00, residente na Avenida Iguaçu, 1.271; JOSÉ MARIA BRAGA MUNHOZ DA ROCHA, advogado, inscrito na OAB-Pr. sob nº 1316 e no CPF/MF 003.071.739-68, residente na rua Napoleão Lopes, 63, casado com Ana Maria Barreto Munhoz da Rocha; DOMITILA MARIA DA ROCHA SANTOS, do lar, CI.RG. 612.264-Pr., CPF/MF 000.633.989-15, casada com Antonio Lacerda Santos, residente na rua Saint-Hilaire, 507, ap.51; ANA MARIA MUNHOZ DA ROCHA PACHECO do lar, CI.RG. 297.413-4-Pr., CPF/MF 684.823.969-00, casada com Constantino de Melo Pacheco, pelo regime de separação de bens, residente e domiciliada na rua Capitão Pedro Bello, 1.738, em Clevelandia, deste Estado; HILDA MARIA MUNHOZ DA ROCHA TEIXEIRA, professora inativa, CI.RG. 297.412-Pr., CPF/MF 535.932.439-20, casada com Ruy Carneiro Teixeira, residente na rua Lamenha Lins, 711, 3º andar, ap.03; PAULO MUNHOZ DA ROCHA, engenheiro civil, CI.RG. 282.142-Pr., CPF/MF 002.075.789-15, casado com Sereley Antunes Munhoz da Rocha, residente na rua Pasteur, 711; MARGARIDA MARIA MUNHOZ FERREIRA DA COSTA, do lar, CI.RG. 297.627-Pr., CPF/MF 005.126.569-91, casada com Francisco Zunedda Ferreira da Costa, residente na rua Saint-Hilaire, 507, ap.51; CARLOS MUNHOZ DA ROCHA, bancário, CI.RG. sob nº 282.120-7-Pr., CPF/MF 008.455.589-00, casado com Lia Zôe Silva Munhoz da Rocha, residente na Avenida Getúlio Vargas, 3.545; MARIA ISABEL MUNHOZ DA ROCHA BARRETO, do lar, CI.RG. 374.767-Pr., CPF/MF 002.975.269-87, casada com Paulo Franco Barreto, residente na rua Napoleão Lopes, 77; MARIA ALICE MUNHOZ ESSENFELDER, do lar, CI.RG. 768.594-7-Pr., CPF/MF 104.394.049-91, casada com Alceu Frederico Essensfelder Filho, residente na Praça da Ucrânia, 44, ap.132; MANOEL ANTONIO MUNHOZ DA ROCHA, bancário, CI.RG. 733.552-Pr., CPF/MF 168.522.229-34, casado com Isis Bacilla Munhoz da Rocha, residente na Praça Alfredo Andersen, 2.001, ap.61; SYLVIA MUNHOZ DA ROCHA - ZIMMERMANN, do lar, CI.RG. 820.063-Pr., CPF/MF 456.920.769-34, casada com Juarez Pereira Zimmermann, residente e domiciliada na rua Carl Buchler, 86, ap.96, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, e HENRIQUE MUNHOZ DA ROCHA, solteiro, maior, engenheiro civil, CI.RG. 2.076.607-Pr., CPF/MF 405.171.879-49, residente na Avenida Vicente Machado, 1.171, ap.401, todos brasileiros, os demais casados pelo regime de comunhão de bens, domiciliados em Curitiba, Capital deste Estado.-

Forma do título :- Formal de Partilha de assinatura do MM. Juiz de Direito da Quarta Vara Cível da Comarca de Curitiba, Capital deste Estado, Dr. Edson Ribas Malachini, extraído dos autos sob nº 92/88

CONTINUA NO VERSO

MATRÍCULA N.º
-40.338-

CONTINUAÇÃO

de Inventário, expedido pelo Empregado Jureamentado Renato Cabral, em 02 de maio de 1988 - (Sentença de 20 de abril de 1988).-

Valor :- Cz\$-20.000,00 (vinte mil cruzados).-

Condições :- Do imóvel inventariado foi partilhado aos herdeiros filhos Raphael Munhoz da Rocha, José Maria Braga Munhoz da Rocha, Domitila Maria da Rocha Santos, Ana Maria Munhoz da Rocha Pacheco, Hilda Maria Munhoz da Rocha Teixeira, Paulo Munhoz da Rocha, Margareta Maria Munhoz Ferreira da Costa, Carlos Munhoz da Rocha, Maria Isabel Munhoz da Rocha Barreto, a cada um, uma décima parte, e aos herdeiros netos Maria Alice Munhoz Essenfelder, Manoel Antonio Munhoz da Rocha, Sylvia Munhoz da Rocha Zimmermann e Henrique Munhoz da Rocha, a cada um, uma quarta parte do total de uma décima parte.

IT.s/Cz\$-200.000,00.-

Custas:- Cz\$-3.019,08.- CPC:- Cz\$-316,92.-

F.Pen.:- Cz\$- 667,20.- Dist. nº 1.993/88.-

O Oficial:-

[Assinatura] df.

CERTIFICADO, que a presente é a decisão.

Nº de matrícula nº 40.338.

Procedimento nº 09 de julho de 1990.

[Assinatura]



SEGUIE

Notas:

1. Para chegarmos à Ilha de Cutinga contamos com a inestimável colaboração do Dr. Lício Jorge Domite, da SUDEPE de Paranaguá, o qual colocou à nossa disposição um barco com motor (voadeira).
2. 13 crianças Guarani frequentam uma escola mantida pela municipalidade de Paranaguá, nas proximidades da aldeia Cutinga. O cacique Verá nos afirmou que para o próximo ano serão mais de 30 crianças a frequentar a escola. Ponderou também que haveria necessidade da professora residir na Ilha, já que a mesma não pode comparecer à escola em dias de chuva, criando problemas para o desenvolvimento do ano letivo. Sendo uma escola mista, a FUNAI deveria providenciar junto à Prefeitura, a viabilização de ensino bilíngue e programa adequado à realidade indígena local.





MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

ANEXO IV

JOSE JOÃO DE OLIVEIRA

R E L A T Ó R I O

I L H A D A C O T I N G A

setembro/1985

4a. DR



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- I - INTRODUÇÃO
- II - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS
- III - CONCLUSÃO

I. INTRODUÇÃO

Desde o ano passado a 4a. Delegacia da FUNAI presta assistência aos Índios Guarani aldeados na ilha da Cotinga, município de Paranaguá. Naquelas terras não existe unidade administrativa da FUNAI, mas ocasionalmente os Índios recebem alimentos, ferramentas, assistência médica e, recentemente, a Delegacia destinou-lhes duas canoas e um motor a gasolina. As crianças estudam numa escola mantida pela prefeitura municipal e os técnicos da ACARPA, especialmente, um técnico agrícola e uma assistente social, assistem os ilhéus inclusive os Guarani.

Os alimentos enviados pela Delegacia são distribuídos diretamente às famílias nucleares. Nesta oportunidade eles receberam mais de duzentos quilos de alimentos e oitenta quilos de sementes sendo 40 quilos de milho, 20 quilos de arroz e 20 quilos de feijão. Ressalte-se, que quando essas sementes foram distribuídas eles já haviam plantado mais de cem mudas de bananeiras fornecidas pela ACARPA e um pouco de arroz. Na medida de seus interesses e necessidades os Guarani cultivam as terras da ilha.

II. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Vivem atualmente na ilha da Cotinga cento e dezessete Índios Guarani organizados em vinte e cinco famílias nucleares. Em maio de 1984 eles somavam cinquenta e sete, em outubro do mesmo ano cinquenta e nove. Portan-



to, nos últimos dozes meses a população Guarani da ilha da Cotinha aumentou em quase 100%. Entre os adultos, a maioria é natural da Área Indígena Xapecó, mas entre as crianças, quatro nasceram na ilha. O aumento do número de famílias nucleares deve-se a novas uniões, mas o aumento do número de pessoas deve-se a nascimentos e à migração dos Guarani de Xapecó.

Diversos fatores favoreceram a permanência dos Guarani na ilha. Pode-se destacar que eles estão a salvo de controles administrativos por parte da FUNAI, isto é, deslocam-se sem precisarem de autorizações. Na ilha o inverno não é tão rigoroso, as águas da baía de Paranaguá são fartas em peixes, as terras da ilha são cultivadas sem problemas com ilhéus, em toda ilha há abundância de matéria-prima para confecção de artesanato, a ACARPA presta-lhes assistência através de um técnico agrícola e uma assistente social e, acima de tudo, na ilha os Guarani não são minoria social em relação a outro grupo tribal, e as relações entre eles e os ilhéus quase todos pescadores e ex-pescadores, dão-se num plano de igualdade que permite e favorece a troca de favores e informações especialmente, sobre técnicas e manejo de redes e demais artefatos de pesca e navegação; além disso, a cidade de Paranaguá distante da ilha cerca de dois quilômetros é um centro consumidor de artesanato indígena.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

3

ILHA DA COTINGA

Levantamento populacional

casa 1

	idade	local de nascimento
1. Olivino	30 anos	Xapecô
2. Jandira	29 anos	Xapecô
3. Waldir	11 anos	Xapecô
4. Jorge	09 anos	Xapecô
5. Gonçálino	05 anos	Xapecô
6. Lina	12 anos	Xapecô
7. Lúcia	09 meses	Ilha da Cotinga
8. Adolfo		

casa 2

9. João Silva	68 anos	Xapecô
10. Santina	51 anos	Xapecô
11. Ernesto	13 anos	Xapecô
12. Sebastião	06 anos	Xapecô
13. Waldir	06 anos	Xapecô
14. Alexandre	03 anos	Xapecô
15. Nária	02 anos	Ilha da Cotinga
16. Aldo	20 anos	Xapecô
17. Ildete	17 anos	Xapecô
18. Vicenta	65 anos	Xapecô
19. Rosa		
20. Ana Maria	65 anos	Xapecô
21. Maria	04 anos	Xapecô

casa 3

22. Nicanor	46 anos	Xapecô
23. Jenira	08 anos	Xapecô
24. Vitorino	15 anos	Xapecô
25. Sebastiana	11 anos	Xapecô
26. Tina	07 anos	Xapecô



<u>casa 3</u> (cont.)	idade	local de nascimento
27. Newton	05 anos	Xapecô
28. Adelino	03 anos	Xapecô
29. Olinda	03 meses	Ilha da Cotinga

casa 4

30. Nelson Ortega	42 anos	Xapecô
31. Arlinda	42 anos	Xapecô
32. Justino	16 anos	Xapecô
33. Juvina	07 anos	Xapecô
34. Nerci	03 anos	Xapecô

casa 5

35. Marcílio	31 anos	Xapecô
36. Tereza	30 anos	Xapecô
37. José	08 anos	Xapecô
38. Jorge	03 anos	Xapecô
39. Juraci	06 anos	Xapecô
40. Cláudio	03 meses	
41. Alícia	05 anos	Xapecô
42. Lúcia	15 anos	Xapecô

casa 6

43. Albino Fernandes	23 anos	Xapecô
44. Lúcia	22 anos	Xapecô
45. Maria	01 ano e 8 meses	

casa 7

46. Natalina	65 anos	Xapecô
47. Juliana	22 anos	Xapecô
48. Ilda	18 anos	Xapecô
49. Tereza	23 anos	Xapecô
50. Luiz	08 meses	



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

25

casa 7 - cont.

	idade	local de nascimento
51. Geniro	05 anos	Xapecô
52. Tito	23 anos	Xapecô
53. Marcília	21 anos	Xapecô

casa 8

54. Sebastião Mariano	18 anos	Xapecô
55. Idalina da Silva	49 anos	Xapecô
56. Júlia Mariano	14 anos	Xapecô
57. Justino Mariano	14 anos	Xapecô
58. Adílio	09 anos	Xapecô
59. Lurdes	07 anos	Xapecô
60. Eneida	05 anos	Xapecô

casa 9

61. Basílio	33 anos	
62. Maria Aquiles	31 ano	
63. Nêlco	11 anos	
64. João	05 anos	
65. Lúdia	03 anos	
66. Lino	01 ano	

casa 10

67. Virgílio		
68. Angelina	25 anos	Xapecô
69. Delvair	09 anos	Xapecô
70. Luzia	06 anos	Xapecô
71. Lucia	03 anos	Xapecô
72. Benício	02 meses	

casa 11

73. Agenor Mariano		
74. Alzira Barbosa	45 anos	



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

casa 11 - cont. idade local de nascimento

75. Zinica 09 anos
76. Lucinda 02 anos

casa 12

77. Pedro 19 anos
78. Arminda 18 anos

casa 13

79. Argemiro 25 anos
80. Iracema 25 anos
81. Sueli 03 anos

casa 14

82. Albino de Souza 21 anos
83. Joana 20 anos

casa 15

84. Darci 26 anos Xapecô
85. Crenita 28 anos
86. Dezio 02 anos
87. Maria 66 anos
88. Lurdes 07 anos
89. Ilma 21 anos
90. menina 02 anos
91. menina 04 anos

casa 16

92. Alberto Aquiles da Silva
93. Rosalina
94. Tomasia 15 anos
95. Inácio 18 anos



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

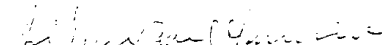
2

III. CONCLUSÃO

Os Guarani da ilha da Cotinga precisam de mais orientações sobre conservação das canoas e do motor que dispõem. No momento as embarcações precisam de pinturas e de um abrigo para serem recolhidas diariamente, caso contrário a ação intensa do sol poderá danificá-las.

As sementes que receberam são suficientes para todos e, sem dúvida alguma, serão aproveitadas oportunamente.

Curitiba, 02 de setembro de 1985.


JOSE JOÃO DE OLIVEIRA
Sociólogo/4DR

P.S.: Não foi possível esclarecer o local de nascimento e a idade de todos, por falta de informantes habilitados.

JJO/tbl.

ANEXO V

LIGIA LOPES SIMONIAN

COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS/SG/MIRAD

Informação Técnica nº 98

Informe sobre a ocupação e condições de vida dos Guarani da Ilha de Cutinga, Paranaguá/PR

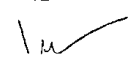
Estivemos na área em 22 próximo passado, com o objetivo de estabelecer contatos com a população local, e em especial com as famílias Guarani de Ibirama/SC, que para lá migraram em meados do corrente ano. O cacique Verá Mirim (João da Silva) nos recebeu e nos prestou informações básicas sobre a ocupação e condições de vida da população local. Ante o exíguo espaço de tempo que dispúnhamos, não pudemos visitar a aldeia Britador, localizada no outro lado da Ilha, defronte ao Porto de Paranaguá.

Em primeiro lugar o cacique Verá Mirim destacou que já se encontram no local desde 1979, sendo em sua maioria provenientes do Peperi-Guaçú (Misiones/Argentina), com passagem por Chapecózinho, Área Indígena localizada em Xanxerê/SC. Só mais recentemente, é que um número significativo de famílias (sete ao todo), provenientes de Ibirama, se instalaram no local. Sobre a presença destas famílias na área, o cacique lembrou que não é contra a permanência, mas que as mesmas têm que considerar o problema do pouco espaço para a realização das roças. Atualmente 138 Guarani vivem na Ilha Cutinga, sendo que 5 famílias ocupam a aldeia Britador, e as outras 24 famílias a aldeia Cutinga, esta localizada defronte à cidade de Paranaguá, a qual pode ser alcançada em 15 minutos, via barco voadeira.

Pelo que pudemos apurar, os indígenas vivem bem en-

trosados com a população de pescadores nativos, tendo inclusive participado de recente eleição de fiscal de quarteirão, promovida pela Prefeitura local, sendo que o vitorioso contou com os votos dos Guarani para se eleger. Os Guarani cultivam roças de milho, feijão, mandioca, amendoim, e arroz, e mantém pomares de bananeiras. As terras mais propícias à agricultura estão todas cultivadas, mas são bastante arenosas, limitando, portanto, o índice de produtividade. Eles também produzem artesanato, mas têm dificuldades de acesso à matéria prima (cipós, taquaras, etc...), pois as mesmas são quase inexistentes na Ilha. Assim, que eles necessitam fazer deslocamentos para se proverem das mesmas. A sua produção artesanal é comercializada em Paranaguá e em áreas turísticas adjacentes. A população local reconhece a produção artesanal Guarani como a produção artesanal local, quando procurada por turistas ou visitantes.²

Segundo informações a nós prestadas pelo antropólogo José João de Oliveira, vinculado à Superintendência Regional da FUNAI em Curitiba, a Fundação vem prestando uma certa assistência aos Guarani de Cutinga, desde 1984, na medida em que por lá passaram equipes volantes de saúde, em que foram adquiridos alguns barcos e sementes. Além desta assistência a FUNAI já manteve contato com o Serviço do Patrimônio da União (SPU), o que lhe permitiu tomar ciência sobre a situação da área: apesar da ocupação da Ilha ser muito antiga por parte de pescadores, não há cadastramento da população nem registro das posses. Neste sentido, respeitados os direitos históricos dos pescadores não há impedimento quanto à solicitação de destinação de parte da área, para posse e usufruto dos indígenas Guarani. A FUNAI

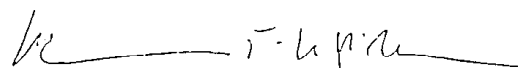


também entrou em contato com a Prefeitura de Paranaguá com o objetivo de verificar a procedência da notícia que informa ter a mesma emitido carta de aforamento para os ocupantes. Mas até o presente momento a FUNAI não recebeu resposta.

A área ocupada e pretendida pelos indígenas na Ilha de Cutinga ainda não foi medida pela FUNAI, mas pelo que pudemos observar in loco, a mesma é bastante pequena, não sendo, por certo, suficiente para garantir uma sobrevivência digna aos Guarani ali residentes. A situação se agrava mais no período de veraneio (meses de verão), pois nesta época a população indígena local tende a crescer, já que é mais propícia à comercialização do artesanato. Cabe ressaltar ainda, que a população Guarani da Ilha é relativamente atípica para os padrões das aldeias Guarani do litoral brasileiro, quando em geral não chegam a mais que poucas dezenas por ocupação.

Ante tal situação, sugerimos que a FUNAI proceda a um levantamento mais preciso quanto à disponibilidade de terras nas ilhas próximas à de Cutinga, as quais, juntamente com as áreas localizadas e ocupadas pelos indígenas nesta ilha, poderão formar uma reserva indígena para os Guarani.

Brasília, 29 de Outubro de 1986



Ligia T. Lopes Simonian

Antropóloga